

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGE

JENIFER DE OLIVEIRA SOUZA LARA

**PRODUÇÃO DE ROTEIROS DIDÁTICOS PARA A LEITURA DA PAISAGEM
URBANA DA CIDADE DE MARINGÁ-PR: CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO DE
GEOGRAFIA**

MARINGÁ - PR

2024

JENIFER DE OLIVEIRA SOUZA LARA

**PRODUÇÃO DE ROTEIROS DIDÁTICOS PARA A LEITURA DA PAISAGEM
URBANA DA CIDADE DE MARINGÁ-PR: CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Claudivan Sanches Lopes

MARINGÁ-PR

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L318p

Lara, Jenifer de Oliveira Souza

Produção de roteiros didáticos para a leitura da paisagem urbana da cidade de Maringá-PR: : uma contribuição ao ensino de Geografia / Jenifer de Oliveira Souza Lara. -- Maringá, PR, 2024.

145 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Ensino de Geografia. 2. Paisagem urbana. 3. Roteiros didáticos. 4. Cidade - Paisagem. I. Lopes, Claudivan Sanches, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

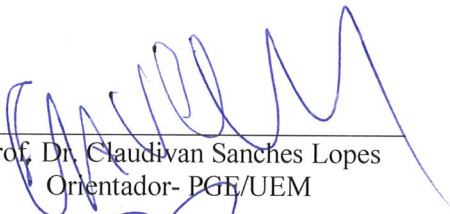
CDD 23.ed. 910.92

PRODUÇÃO DE ROTEIROS DIDÁTICOS PARA A LEITURA DA PAISAGEM URBANA
DA CIDADE DE MARINGÁ-PR: CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO DE GEOGRAFIA

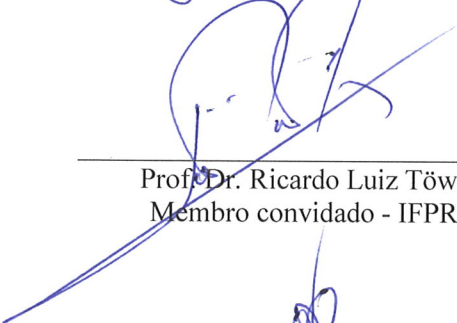
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **12 de abril de 2024.**

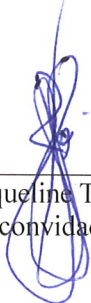
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes
Orientador- PGE/UEM



Prof. Dr. Ricardo Luiz Töws
Membro convidado - IFPR



Profª. Drª. Jaqueline Telma Vercezi
Membro convidado - UEL

Aos meus pais,
Francisco de Assis e Maria Aparecida,
com todo meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Escrevo com o coração aberto e cheio de gratidão por todos aqueles que me acompanharam nesta jornada.

Ser grata é guardar no coração as coisas boas que me aconteceram, é reconhecer a bondade nos pequenos detalhes da vida. A vida que muitas vezes é bastante dura, mas também é muito boa de se viver.

Tive momentos muito difíceis nessa jornada, que é a realização de um sonho e um objetivo de vida. Um dos mais doloridos foi a dura retirada terrena de uma das pessoas que eu mais amo nessa vida, ainda não consigo falar como se ele não estivesse aqui, pois acredito que enquanto eu viver e me lembrar ele vai viver dentro do meu coração. Ao meu segundo pai, tio Juarez, a sua partida é um golpe bem duro da vida, mas eu sou grata, muito grata por ter tido um ser tão maravilhoso presente na minha vida.

Na reta final desta pesquisa me deparei com a mais terrível dor que jamais pensei que passaria, ou tão cedo. Meu pai, de uma maneira muito rápida e inesperada fez a sua retirada da vida terrena e foi morar junto de Deus. Ele não vai poder presenciar fisicamente a defesa desta pesquisa, mas ele junto de minha mãe são as pessoas mais responsáveis por eu ter tido essa oportunidade e privilégio de poder estudar. Palavras e homenagem nenhuma são capazes de demonstrar o tamanho significado do meu pai na minha vida e dos meus irmãos e mãe. Hoje, no presente momento que reescrevo esse agradecimento, escrevo com muita tristeza, mas a gratidão e o amor são muito maiores por eu ter o privilégio de ser filha do Assis Maciel, e que privilégio pai, obrigada!

Agradeço aos meus pais, por serem pessoas excepcionais, por sempre terem nos instruídos ao caminho dos estudos. Agradeço a criação cheia de amor e compaixão que me deram e por criar possibilidades para que eu alcançasse meus sonhos. Vocês são um exemplo de pessoas de fé em Deus e na vida e nos dias melhores, a minha fortaleza. A vocês, a minha eterna gratidão e amor.

Agradeço ao meu grande amigo e melhor companheiro de vida que Deus e o universo poderia me dar, Henrique, obrigada por ser tão amigo e me incentivar a buscar meus objetivos. E por todo cuidado e força mesmo quando eu não acreditava que iria conseguir ou dar conta de toda as demandas da vida, você sempre me apoiou e me incentivou.

A minha irmã Jeane, que além de cumprir com as “obrigações” de ser uma irmã mais velha é uma grande amiga, companheira de pesquisa acadêmica, de leitura, de bar, de conversas e de tristezas, você é incrível, nunca se esqueça disso.

Agradeço aos meus irmãos Guilherme e Gabriel apenas por existirem e por serem tão fortes, os amo muito.

A Ângela e ao Ernani meus queridos sogros, pelo carinho, apoio e incentivo em meus estudos, os amo muito.

Aos meus amigos que fiz durante esse percurso, Gustavo, Isabella e Amanda, não imaginava que iria conhecer pessoas tão maravilhosas e que tornaram ainda mais felizes esse caminho, inclusive nos dias mais difíceis.

Ao meu orientador Claudivan, por ser uma ótima pessoa e um excelente orientador. Realizar uma pesquisa acadêmica não é algo fácil, mas ter a sua orientação e apoio durante esse trajeto foi de suma importância, te admiro muito, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao CNPQ pelo apoio e financiamento desta pesquisa. É importantíssimo o apoio financeiro aos pesquisadores, e destaco aqui os pesquisadores na área do ensino de Geografia.

*Para além da curva da estrada
Talvez haja um poço, e talvez um castelo,
E talvez apenas a continuação da estrada.
Não sei nem pergunto.
Enquanto vou na estrada antes da curva
Só olho para a estrada antes da curva,
Porque não posso ver senão a estrada antes da curva.
De nada me serviria estar olhando para outro lado
E para aquilo que não vejo.
Importemo-nos apenas com o lugar onde estamos.
Há beleza bastante em estar aqui e não noutra parte qualquer.
Se há alguém para além da curva da estrada,
Esses que se preocupem com o que há para além da curva da estrada.
Essa é que é a estrada para eles.
Se nós tivermos que chegar lá, quando lá chegarmos saberemos.
Por ora só sabemos que lá não estamos.
Aqui há só a estrada antes da curva, e antes da curva
Há a estrada sem curva nenhuma.*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo propiciar a análise da paisagem, mais especificamente, da paisagem urbana da cidade de Maringá-PR, por intermédio da proposição de “roteiros didáticos de percurso urbano”, estruturado pelo conceito de paisagem. Neste sentido, busca-se o aprofundamento teórico metodológico acerca deste conceito estruturante da ciência geográfica – a paisagem –, realizando, inicialmente, uma análise na qual se considera, diferentes autores. Analisa-se, também, de modo inter-relacionado, a importância desse conceito para o desenvolvimento do ensino da Geografia escolar, buscando evidenciar suas potencialidades didáticas. Busca-se, mais especificamente, oportunizar ao aluno o entendimento da realidade concretamente vivida, mas que, ao mesmo tempo, pretendem superar o mero empirismo. Argumenta-se, portanto, que é preciso, buscar estratégias didáticas estruturadas pelos conceitos-chave da disciplina, propiciando aos alunos a compreensão de que os conteúdos geográficos trabalhados em sala de aula podem iluminar a compreensão das rotinas presentes na vida cotidiana dos seres humanos para além da simples aparência. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa, na qual, mediado por trabalhos de campo, apresenta-se espaços selecionados da cidade de Maringá, PR, para a consecução dos “Roteiros Didáticos de Percurso Urbano”. As áreas selecionadas foram as seguintes: O Eurogarden, o Parque do Ingá e o Novo Centro. Defende-se, finalmente, que a abordagem direta da paisagem por meio dos “roteiros didáticos de percursos urbanos”, é uma importante ferramenta que, estruturados pelos conceitos geográficos permite uma compreensão mais profunda do espaço geográfico. Cabem aos professores adaptarem nossas sugestões teóricas e metodológicas, à sua realidade, ou seja, à realidade de suas cidades e das escolas onde atuam. Ou seja, espera-se dos professores e dos pesquisadores de modo geral, uma apropriação crítica e criativa dos resultados dessa dissertação.

Palavras chave: Ensino de Geografia; Roteiros didáticos; Paisagem; Paisagem Urbana; Cidade.

ABSTRACT

The present research aims to provide an analysis of the landscape, more specifically, the urban landscape of the city of Maringá-PR, through the proposition of “educational urban route itineraries”, structured by the concept of landscape. In this sense, we seek to deepen the theoretical and methodological aspects of this structuring concept of geographic science – the landscape –, initially carrying out an analysis in which different authors are considered. The importance of this concept for the development of school Geography teaching is also analyzed in an interrelated way, seeking to highlight its didactic potential. More specifically, the aim is to provide the student with the opportunity to understand the concretely lived reality, but at the same time, they aim to overcome mere empiricism. It is argued, therefore, that it is necessary to seek teaching strategies structured by the key concepts of the discipline, providing students with the understanding that the geographic content worked in the classroom can illuminate the understanding of the routines present in the daily lives of human beings to beyond simple appearance. Methodologically, we opted for a qualitative approach, in which, mediated by fieldwork, selected spaces in the city of Maringá- PR, are presented to achieve the “Didactic Urban Route Routes”. The selected areas were the following: Eurogarden, Parque do Ingá and Novo Centro. Finally, it is argued that the direct approach to the landscape through “educational itineraries of urban routes” is an important tool that, structured by geographic concepts, allows a deeper understanding of geographic space. It is up to teachers to adapt our theoretical and methodological suggestions to their reality, that is, the reality of their cities and the schools where they work. In other words, teachers and researchers in general are expected to make a critical and creative appropriation of the results of this dissertation.

Keywords: Geography Teaching; Didactic scripts; Landscape; Urban landscape; City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa conceitual	24
Figura 2: Elementos do processo de ensino pela perspectiva do construtivismo crítico	53
Figura 3: Sistematização do conceito de Paisagem	55
Figura 4: Sistematização do conceito de Cidade	71
Figura 5: Mapa de localização da cidade de Maringá-PR	74
Figura 6: Plano de Maringá 1947	78
Figura 7: Localização dos percursos de estudo	85
Figura 8: Percurso de leitura da paisagem: bairro Eurogarden	90
Figura 9: Projeto Eurogarden	93
Figura 10: Projeto Eurogarden	93
Figura 11: Projeto Eurogarden	94
Figura 12: Área total do Eurogarden	95
Figura 13: Novo centro cívico	96
Figura 14: Eurogarden	97
Figura 15: Jardim Eurogarden	99
Figura 16: Placas instrutivas do jardim Eurogarden	100
Figura 17: Placa indicativa do La Dolce Vita Café - Eurogarden	101
Figura 18: Percurso do Parque do Ingá e seu entorno	104
Figura 19: Praça Regente Feijó – Zona 3	105
Figura 20: Entorno da praça Regente Feijó	106
Figura 21: Parque do Ingá	107
Figura 22: Catedral Basílica e Hotel Bandeirantes	108
Figura 23: Percurso do Novo Centro	109
Figura 24: Pontos de observação: I - Universidade Estadual de Maringá; II - Igreja Santa Maria Goretti; III - Rua Ruy Barbosa – casas de madeira	110
Figura 25: Rebaixamento da Linha Férrea	111
Figura 26: Novo centro	113
Figura 27: Mercado Municipal e Complexo Vila Olímpica	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Planos de articulação sobre as cidades	66
Quadro 2: Fases/etapas metodológicas do roteiro didático	86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS	20
2.1. O ALUNO NO CENTRO DO APRENDIZADO	24
2.2. O PAPEL DO TRABALHO DE CAMPO NA DISCIPLINA GEOGRÁFICA	30
3. OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: BASES TEÓRICAS PARA ENTENDER O MUNDO	34
3.1. ESPAÇO GEOGRÁFICO	34
3.2. TERRITÓRIO	36
3.3. LUGAR	38
3.4. REGIÃO	39
3.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA IMPORTÂNCIA COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR DE ROTEIROS DIDÁTICOS PARA O ESTUDO DA PAISAGEM URBANA	40
3.5.1. O conceito de Paisagem na ciência geográfica	41
3.5.2. O uso do conceito de Paisagem no ensino de Geografia: a formação de conceitos como meta para o processo de ensino aprendizagem de Geografia na educação básica	48
4. O ESTUDO DA PAISAGEM URBANA: A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO NA CIÊNCIA E NO ENSINO DE GEOGRAFIA	60
4.1. A CIDADE ENSINADA NA GEOGRAFIA ESCOLAR	67
5. A CIDADE DE MARINGÁ NO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ	73
6. OS ROTEIROS DIDÁTICOS DE PERCURSO URBANO	84
6.1. ETAPAS DE ORGANIZAÇÃO DO ROTEIROS DIDÁTICOS PERCURSO URBANO	86
6.2. PERCURSOS URBANOS SELECIONADOS	89
6.2.1. Roteiro I: O Eurogarden	89
6.2.2. Roteiro II: O Parque do Ingá	102

6.2.3. Roteiro III: O Novo Centro	109
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	127

1. INTRODUÇÃO

*O mundo é formado não apenas pelo que já existe,
mas pelo que pode efetivamente existir.
(Milton Santos)*

A educação de modo geral e, complementarmente, a educação geográfica, tem como propósito promover o pleno desenvolvimento do indivíduo em determinado contexto social. Pela apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores acumulados pela Geografia em seu percurso histórico e ressignificados nas práticas pedagógica-didáticas que compõe a disciplina escolar, busca-se estimular no aluno a compreensão da dimensão espacial da sociedade humana, considerando, nesta perspectiva, diferentes tempos e espaços. A educação geográfica objetiva, assim, desenvolver no aluno um modo específico de pensar – o pensamento geográfico – habilitando-o para uma leitura crítica do mundo, para o trabalho e a convivência social, para a promoção de ações que visem o bem comum na sociedade em que vive, considerando, inclusive a preservação ambiental do planeta Terra (Brasil, 2017; Cavalcanti, 2019).

Passamos, entretanto, por um período em que observamos no sistema educacional a presença de políticas neoliberais que desafiam o professor em sala de aula e no exercício de sua profissão. Compete ao professor em seu trabalho diário, uma luta constante contra essas ações que se caracterizam, de modo geral, pela desvalorização da educação e, também, de ataque à qualidade do exercício profissional pelos educadores do país. É um desafio, destarte, “driblar” essas “políticas de retrocessos” que, a despeito dos movimentos de resistência, podem provocar a descaracterização da liberdade e da autonomia do professor em sala de aula e, conseqüentemente, na redução da qualidade do ensino, que desejamos seja libertador e promotor da aprendizagem de conhecimentos científicos pelos alunos nos diversos níveis de ensino.

Concordamos com Azambuja (2018, p. 15) quando afirma que “A escola precisa ser cada vez mais o lugar de apropriação crítica, historicamente recriada do saber científico”. A educação, assim, numa perspectiva libertadora, deve considerar o aluno como sujeito do seu próprio processo de aprendizagem, pois, em consonância também com Cavalcanti (2012) consideramos o ensino como um processo de construção de conhecimento e o aluno como sujeito ativo desse processo. Entendendo, desse modo, o aluno ativo no seu processo de desenvolvimento e não apenas receptor, o professor desempenha o papel de mediador dos

objetos de conhecimentos científicos, na busca de ajudá-lo na consecução de seu pleno desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo e social.

A despeito da ameaça de retrocessos já mencionados, devido à existência de uma estrutura socioeconômica que gera empobrecimento intelectual e a perpetuação de uma sociedade desigual, há avanços significativos em pesquisas relacionadas ao ensino e em especial ao ensino de Geografia. Verificamos, portanto, na literatura educacional pesquisas que abordam temáticas inovadoras e que evidenciam a importância de colocar o aluno como sujeito ativo de seu processo de aquisição dos conhecimentos.

Ao deixar claro aos alunos a leitura real do mundo e do ambiente em que vivemos, os contextos que ocorrem para que tais situações se desenrolam, firma-se na escola e em sala de aula a educação como “um direito” e não apenas como “uma mercadoria”. Ensinar, ser professor, nesta perspectiva, torna-se um desafio, pois, de modo geral, o poder hegemônico, não tem compromisso com a qualidade da educação pública. Devido a isso, reforça-se a defesa da educação e do ensino de qualidade, que por meio da Geografia, com sua visão crítica pode e deve oferecer. A Geografia, como afirma Kaercher (1996), está presente no dia a dia, e, buscando contribuir na promoção de seu ensino de forma significativa temos, apoiados em seus diversos temas e conceitos, meios eficazes de alavancar o processo ensino-aprendizagem, articulando, devidamente, a vivência dos alunos aos conhecimentos científicos.

Nesse sentido, evidenciamos, neste estudo, o uso do conceito da paisagem no ensino de Geografia como instrumento simbólico para alcançarmos esses propósitos: “Apreender e interpretar a realidade natural e social mediante a apropriação das ferramentas conceituais da Geografia e na interdisciplinaridade com áreas afins é agora tarefa da Geografia Escolar” (Azambuja, 2018, p. 16).

A paisagem, em sua dimensão empírica, compõe o cotidiano do aluno e do professor, entretanto, muitas vezes, as atividades didáticas relacionadas ao seu estudo, as potencialidades do uso deste conceito geográfico para a compreensão do espaço – o objeto de estudo da Geografia – pelos alunos da educação básica são insuficientemente conhecidas e, portanto, considerando ainda, de modo geral, as adversas condições em que os professores exercem seu trabalho, subutilizadas. Defendemos, nesta direção, que a leitura da paisagem é um ponto de partida interessante, um caminho didático atraente e significativo para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o espaço geográfico, e pode ser iniciado desde a infância em sala de aula.

Os estudos que tratam da importância da paisagem no ensino da Geografia reúnem, no passado e no presente, diferentes autores (Monbeig, 1956; Neris e Lopes, 2012; Santos, 1988; Callai, 2013; Cavalcanti, 2006; 2019). Em seu conjunto, buscam oportunizar ao aluno o

entendimento da realidade concretamente vivida, mas que, ao mesmo tempo, pretendem superar o mero empirismo.

Para isso, é preciso buscar metodologias estruturados pelos conceitos-chave da disciplina de forma que se possa fazê-los compreender que os conteúdos geográficos trabalhados em sala de aula podem iluminar a compreensão das rotinas presentes na vida diária dos seres humanos para além da simples aparência. A Geografia, destarte, não é, apenas, mais uma disciplina do currículo escolar. Esta disciplina almeja levar o aluno a entender cientificamente o meio geográfico no qual está inserido em suas múltiplas relações, a compreender as marcas das lógicas sociais, como, por exemplo, da sociedade capitalista, em suas formas e processos.

Ao preocuparmo-nos com um ensino que seja crítico e significativo para os alunos, buscamos superar formas “tecnicistas” de formação impostos por gestores e, ao mesmo tempo, despertar nos alunos o olhar geográfico para o lugar em que estes se inserem na sociedade, para entendê-la com o aporte da ciência geográfica, isto é, pelo uso do conceito de paisagem, por exemplo, indo além de um conteúdo disciplinar, fazendo a relação com o seu cotidiano.

O ensino de Geografia na educação básica, reafirmamos, pode contribuir muito no processo formativo dos alunos, especialmente quando, asseguradas as condições de trabalho ao professor, para que ele possa desenvolver estratégias didáticas estruturadas pelos conceitos utilizados pelo geógrafo em seu trabalho de explicar o mundo.

O uso consciente dos conceitos no trabalho pedagógico, permite maior desenvolvimento nos processos de análise, observação, descrição e interpretação envolvidos na compreensão do espaço geográfico, o objeto principal de estudo dessa disciplina. O aluno, com a mediação dos conceitos, passa a ter outra perspectiva daquilo que o cerca, superando a perspectiva mais imediata de seu cotidiano. Por isso destaca-se, aqui, a importância do professor trabalhar com os conceitos geográficos em suas aulas, destacando-se, nesta pesquisa, o conceito de Paisagem.

Pretendemos, por meio desta investigação, refletir sobre a importância desse conceito – a paisagem – no ensino de Geografia propondo a produção de roteiros metodológicos para a leitura e interpretação da paisagem, considerando determinados aspectos da área urbana de Maringá-PR. Buscamos, a partir do estabelecimento de um caminho didático bem definido, contribuir para o entendimento das dinâmicas envolvidas nas mudanças que ocorrem/ocorreram nesta cidade, sendo essas mudanças criadas e modeladas pela ação do homem no contexto socioespacial.

O roteiro didático de percurso urbano, portanto, é um meio para a interpretação da paisagem urbana desta cidade. Com isso, objetivamos, contribuir para transformar o modo como os conteúdos geográficos referentes a essa temática são ensinados/aprendidos, sugerindo uma forma mais dinâmica e evitando a “ideia turística” de que muitas vezes os trabalhos de campo possam ser interpretados por parte dos estudantes. Para realizar este tipo de trabalho com os alunos, propõe-se trazer questões que são discutidas em sala de aula sobre a “totalidade-mundo” de modo geral, e correlacionando com as questões que se apresentam e expressam na paisagem da cidade contemplada no estudo.

Buscamos, considerando a análise do desenrolar histórico da cidade de Maringá-Pr, produzir roteiros nos quais serão elencados, segundo determinados critérios, lugares e conjuntos de paisagens que estão presentes desde a sua fundação e desenvolvimento, mostrando, numa sequência lógica, as mudanças ou continuidades que aí ocorreram. Para além do entendimento do que é a paisagem e a paisagem urbana da cidade, busca-se instrumentalizar prática e teoricamente os alunos para serem sujeitos ativos da transformação da cidade que habitam e mostrar a importância de sua defesa enquanto cidadãos, despertando, assim, um olhar geográfico crítico sobre a cidade.

Os indivíduos estão inseridos na paisagem e desde o nascimento, passam a contemplá-la, a se relacionar de alguma forma com ela. Mas é a partir da apropriação dos conceitos científicos que seguindo o caminho do desenvolvimento de processos cognitivos a eles correlacionados, que se alcança um olhar geográfico sobre a paisagem e, assim, passa-se, não só a integrá-la, como também a descobrir formas de decifrá-la, de entendê-la e vivenciá-la.

Temos por pressuposto, que estudar e entender a paisagem nesta perspectiva, significa identificar, considerando um determinado percurso histórico, os processos visíveis e invisíveis que a configuram, seja no passado, seja no presente, sejam em projeções futuras. No âmbito das práticas de ensino, isso significa repita-se, mais uma vez, que o objetivo maior não deve ser apenas descrever a paisagem para o aluno, mas identificar as formas naturais e culturais que a compõem, explicitar as relações que a moldam.

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é propor encaminhamentos pedagógicos-didáticos para o ensino da Geografia na educação básica, considerando, especificamente, a proposição de roteiros didáticos para leitura da paisagem urbana da cidade de Maringá-PR.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Refletir sobre o conceito de paisagem presente no campo da Ciência Geográfica e sua importância para o ensino da Geografia;
- Evidenciar a importância do conceito de paisagem para o estudo da cidade, e particularmente da cidade de Maringá.
- Identificar interpretar a formação e atualidade da paisagem da cidade de Maringá-PR projetando possibilidades temáticas.
- Apresentar roteiros didáticos considerando as temáticas relacionadas de leitura da paisagem urbana de Maringá-PR, contribuindo para a produção de material didático para o estudo da cidade.

A importância acadêmica desse estudo se explicita pela necessidade do aprofundamento teórico e metodológico em relação aos diferentes temas tratados no ensino da Geografia, especialmente, do estudo da paisagem urbana, por meio de práticas didáticas que vão além da sala de aula, levando em consideração a estrutura socioespacial na qual a escola está inserida e, propriamente, a realidade do aluno.

Busca-se, assim, por meio da apresentação de roteiros para a leitura e interpretação da paisagem, não apenas reforçar as tradicionais atividades de campo no ensino de Geografia, mas, proporcionar aos alunos, como já evidenciado, uma reflexão mais profunda sobre a realidade na qual estão inseridos e, conseqüentemente, pela apropriação dos conteúdos e conceitos geográficos, desenvolver um olhar mais crítico sobre a cidade onde vivem. Pode-se assim, por um lado, levantar problemas vividos coletivamente por uma determinada comunidade escolar, e que necessitam ser resolvidos e, por outro lado, o presente estudo pode contribuir na valorização das paisagens da cidade de Maringá, a partir do seu reconhecimento como um bem ambiental, cultural, social e, portanto, fundamental à identidade individual e coletiva.

Essa pesquisa se mostra relevante também porque pretende contribuir para que os professores do ensino básico de Geografia das redes, municipal e estadual de ensino, bem como aqueles que atuam no ensino privado. Ensinando-os a conhecer e implementar criativamente os referidos roteiros ao planejarem os conteúdos geográfico-didáticos a serem veiculados por meio do currículo escolar. Para que além da sala de aula, possam explorar mais as cidades que estão inseridos.

O interesse pessoal pelo desenvolvimento da temática da pesquisa decorre de processos anteriores que levaram a autora a despertar maior interesse pelo conceito estudado, ministrando aulas na educação básica da rede de ensino, como também em trabalhos desenvolvidos em projetos durante a graduação em Geografia. Processos que evidenciaram a importância de estudar esse conceito e buscar melhores formas de se trabalhar a paisagem no ensino, para que

assim, cotejando, conhecimentos científicos com a realidade empírica dos alunos, oportunizem, o melhor aprendizado.

Em suma, com base nesta busca de aprimoramento dos conhecimentos e do ensino de Geografia, refletiu-se sobre o desenvolvimento de um trabalho que se propicia tanto aos professores quanto aos alunos, formas de se estudar a paisagem urbana das cidades, no caso desta pesquisa, de Maringá-PR, mas que não se limite apenas a esta cidade, no qual o professor pode adaptar a sua realidade local, buscando resultar no maior desenvolvimento aos processos de aprendizagem do aluno sobre a ciência Geográfica.

O presente trabalho é composto por oito seções. Nesta **primeira seção** apresenta-se a temática estudada, os objetivos e a estrutura do texto que buscamos alcançar com a pesquisa.

Na **segunda seção** apresentam-se os procedimentos metodológicos usados na consecução da pesquisa. Nesta seção também é discutido em uma aproximação, especialmente, com a pedagogia freireana (2023), mas também, com as ideias de outros pesquisadores como, por exemplo, Young (2011), Cruz (2014), Santos (2012), Almeida (1991) e Nascimento e Albuquerque (2017), que discutem a importância de considerar o aluno no centro do seu processo de aprendizado. Ainda na segunda seção, discute-se a importância do trabalho de campo no processo de ensino aprendizagem e na formação de alunos e professores, baseando-nos em Claval (2013), Tomita (1999) e Lopes e Pontuschka (2010).

Apresentamos na **terceira seção** a respeito dos conceitos norteadores da ciência geográfica, que são componentes basilares para esta disciplina para entender o mundo, respaldados por autores como Corrêa (2000; 2003), Azambuja (2018), Santos (2020), Souza (2000), Cavalcanti (2006), Suertegaray (2001), Callai (2020), Haesbaert (1999). Ainda na **terceira seção**, trabalha-se com o conceito de Paisagem na ciência geográfica e seu uso no ensino da disciplina escolar de Geografia. Busca-se, portanto, aprofundar o entendimento desse conceito estruturante da análise geográfica, dialogando com diferentes autores que já se dedicaram ao seu estudo, como, por exemplo, Schier (2003), Troll (1997), Santos (2007), Sauer (1998), Besse (2014), Lefebvre (2001), Cavalcanti (1999; 2006; 2013; 2019), Callai (2013; 2020), Carlos (2007), Monbeig (1956), Moreira (2007), Castellar (2013).

Na **quarta seção**, aborda-se sobre as Cidades de modo geral apresentando o estudo das cidades sob a perspectiva pedagógica, pautados pelos autores Carlos (2007), Cabezudo (2004), Brarda e Rios (2004), Santos (2007), Oliveira (2014), Monbeig (1956), Lefebvre (2001), Corrêa (2000), Cavalcanti (2006; 1999).

Na **quinta seção**, apresentamos a história da formação da cidade em estudo, evidenciando o contexto de seu planejamento urbano feito pela empresa Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná que reflete o modelo de cidade planejada que repercute até os dias atuais, conforme os autores Endlich e Moro (2003), Moro (2003), Luz (1997), Töws (2015; 2022), Ferreira e Cordovil (2022), Vercezi (2001), Rodrigues (2004), Damiani (2005), Corrêa (2004), Andrade e Cordovil (2008) evidenciam em seus estudos.

Na **sexta seção**, apresentamos os resultados finais da pesquisa discutindo como proposta, os roteiros didáticos de estudo da paisagem urbana. Os roteiros foram pensados e considerados conforme o levantamento histórico da cidade, pensando em apresentar uma proposta que carregasse em sua paisagem as marcas de seu contexto de formação, bem como a atualidade com as novas organizações que passam a ter esta cidade. Essa proposição evidencia então os roteiros que foram didaticamente analisados, estudados e elaborados como pontos que evidenciam as dinâmicas arroladas na cidade, viabilizando a mediação da construção do conhecimento através do conceito de Paisagem. Esse balizamento metodológico e emprego conceitual possibilita o entendimento dessas ocorrências e reafirma a importância do uso deste conceito para a compreensão da sociedade de modo geral.

Na **última seção**, concluímos o texto da dissertação, com as considerações finais.

Ao apresentar esta dissertação ao crivo crítico da comunidade geográfica (professores e pesquisadores) esperamos poder contribuir para o desenvolvimento do ensino de modo geral, especialmente do ensino da Geografia, considerando, o uso do conceito de Paisagem nos estudos relacionados às discussões das cidades e suas dinâmicas. Esperamos, finalmente, que o ensino da ciência geográfica seja valoroso para a formação do ser crítico e atuante na sociedade em que vive.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Querer ser livre é também querer livres os outros.

(Simone de Beauvoir)

O objetivo dessa pesquisa, como já anunciado, é a proposição de roteiros didáticos de percurso urbano para a leitura da paisagem da cidade de Maringá-PR desejando, desse modo, contribuir para o desenvolvimento do ensino de Geografia na educação básica. Busca-se, portanto, a apresentação de subsídios teórico-metodológicos para o estudo da cidade na perspectiva de sua paisagem urbana visando, mais amplamente, favorecer aos alunos a apropriação do modo geográfico de observar e agir o/no mundo.

Nesta seção, como já anunciado, serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos aos quais a pesquisa está alinhada e que conduzem a sua realização. Tem-se como, por pressuposto, desta dissertação, que o conceito de paisagem pode contribuir efetivamente para que os alunos compreendam o seu lugar no mundo e, em especial, o seu local de vivência, que carrega significados próprios, relações afetivas e relações de poder. Para alcançarmos a concretização dessa proposta didática, explicitaremos, num primeiro momento, a abordagem teórica na qual a pesquisa está fundamentada e, em um segundo momento, os procedimentos para a sua produção.

O presente estudo filia-se às abordagens qualitativas de pesquisa. A pesquisa qualitativa, segundo Lüdke e André (1986, p.11) “[...] tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Para Gibbs (2009, p. 8), por sua vez, “Este tipo de pesquisa visa abordar o mundo “lá fora” (fora do contexto de laboratórios) e entender, descrever e, às vezes explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras.”

Para Godoy (1995),

A pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, e não emprega instrumentos estatísticos na análise dos dados. Com intuito de procurar compreender os fenômenos de acordo com as perspectivas dos participantes da situação em estudo, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos através do contato direto do pesquisador com a situação estudada. Tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental (Godoy, 1995, p.58).

Um dos pontos essenciais de toda a pesquisa qualitativa é aproximar o sujeito estudado e o objeto a ser investigado no seu contexto histórico e cultural. Para que isso se concretize é preciso que seja utilizada uma metodologia que instigue a aproximação da realidade a ser pesquisada, para que o pesquisador entenda a realidade pela visão dos que estão sendo pesquisados como forma de aproximação entre a vida e o que vai ser investigado. De acordo com Godoy (1995), do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador “colocar-se no papel do outro”, vendo o mundo pela visão dos pesquisados (Godoy, 1995). Pretendemos com a pesquisa a “aproximação da vida diária do educador, em qualquer âmbito que ele atue tornando-a um instrumento de enriquecimento do seu trabalho” (Lüdke; André, 1986, p. 2).

A primeira etapa da pesquisa se constituiu do levantamento e da análise de referenciais bibliográficos selecionados sobre o conceito de paisagem na ciência geográfica e no ensino da disciplina escolar de Geografia com base em autores fundamentais tais como: Santos (2007), Besse (2014), Troll (1997), Schier (2003), Cavalcanti (1999;2006; 2013; 2019), Corrêa (2000), Castellar (2013), sobre a paisagem urbana e da dinâmica das cidades de modo geral, Monbeig (1956), Neris e Lopes (2012), Lefebvre (1991) Callai (2013; 2020), Carlos (2007), Moreira (2007), Cabezudo (2004), Brarda e Rios (2004), e, particularmente, da paisagem urbana da cidade de Maringá com base em autores como Endlich e Moro (2003), Moro (2003), Töws (2015; 2022), Andrade e Cordovil (2008), Ferreira e Cordovil (2022), Luz (1997) entre outros.

Busca-se, por meio desse procedimento, o aprofundamento teórico sobre a compreensão do conceito da “paisagem” e da “paisagem urbana” de forma geral na ciência geográfica e, de modo relacionado, como são ou podem ser abordados em sala de aula na educação básica. Buscar-se-á, portanto, discutir como esses conceitos são utilizados, segundo a literatura consultada, nas práticas cotidianas dos professores, procurando identificar as possibilidades e os desafios.

Diante dos diferentes modos de abordagem e compreensão do conceito de paisagem na ciência geográfica (sistêmica, fenomenológica, dialética, etc.,) optou-se, sem negar as contribuições das duas primeiras, pelo aprofundamento teórico-metodológico proporcionado por essa última (dialética) entendendo, como observa Cavalcanti (2013, p. 56) que “O propósito da análise geográfica é, neste caso, o de compreender a dimensão espacial – a espacialidade – como uma dimensão da realidade estudada”. Nessa perspectiva, segundo a autora,

O espaço geográfico não corresponde a um referente direto da experiência empírica, não é um objeto em si mesmo, a ser descrito em suas características externas. Ele é uma abstração, uma construção teórica, uma categoria de análise que permite apreender a dimensão da espacialidade das/nas coisas do mundo. O espaço geográfico é, desse modo, construído intelectualmente como um produto social e histórico, que se constituiu em ferramenta que permite analisar a realidade buscando compreender sua unidade material e simbólica (Cavalcanti, 2013, p. 56).

O conceito de paisagem, nesse sentido, como um dos conceitos estruturantes do pensamento geográfico, oferece um caminho metodológico interessante para a compreensão do espaço geográfico das cidades de modo geral e, segundo os objetivos dessa dissertação, da cidade Maringá, PR.

Em continuidade e, integradamente, foi analisada a literatura que contempla o desenvolvimento geográfico da cidade de Maringá visando identificar, numa primeira aproximação, possíveis temáticas para a posterior produção dos roteiros didáticos de leitura da paisagem urbana da cidade de Maringá. Foi considerado, neste processo, áreas da cidade que representam as questões que remetem ao surgimento, como também áreas com mais atrativos de especulação imobiliária que também traz questões de problemáticas urbanas como o direito a acesso dos espaços da cidade, situações urbanas divulgadas pelos meios de comunicação e debatidos comunitariamente pela população da cidade e pela própria observação cotidiana da autora. Em segundo momento, então, foram elencadas as temáticas buscando identificar, previamente, as potencialidades didáticas.

Após o levantamento bibliográfico que dá a sustentação a esta pesquisa, foram realizados os trabalhos de campo para o reconhecimento didático da área, ou seja, ver se há a possibilidade de ser realizado com alunos as propostas aqui consideradas para trabalho de campo. Que consistiu em observar a paisagem, identificar as temáticas que foram trabalhadas ao longo deste presente texto, e projetar um percurso que abarque pelo recorte da cidade as diversas dinâmicas que ela possui. É importante ressaltar que o trabalho não teve a possibilidade de ser realizado juntamente com alguma escola e/ou turma escolar, para que assim fossem aplicados os roteiros com os alunos, devido as dificuldades que se encontra no sistema escolar Estadual do Paraná. Dificuldades que descaracterizam a autonomia do professor desde a preparação de suas próprias aulas, sendo encaminhados modelos prontos de aula e que são cobrados a sua aplicação, um sistema duro que dificulta a retirada dos alunos de sala de aula para realizar trabalhos de campo e desmotiva o professor de realizar o seu trabalho com eficiência e dignidade, assim como também que afeta os alunos no desenvolvimento de sua aprendizagem valorosa.

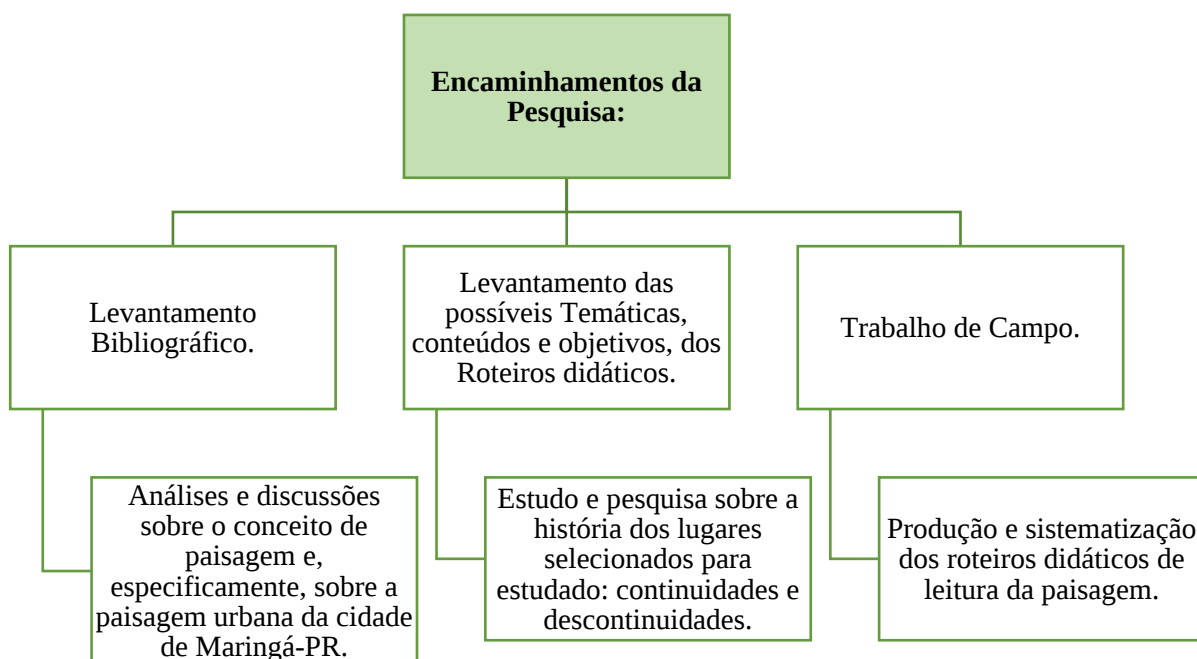
No estabelecimento dos roteiros e na seleção dos lugares consideramos os seguintes objetivos: se ao olhar para a paisagem apresentada no local, se há contrastes históricos do processo de fundação da cidade; se há evidências de desigualdade social; processo de verticalização; segregação socioespacial; mercantilização do espaço social da cidade; e, também, o uso do espaço. Foram considerados os momentos de pausa, isto é, se as “paradas” eram adequadas para os alunos se alimentarem e utilizarem os sanitários.

Os momentos de pausa-observação de estudo, já foram considerados nos roteiros, indicando os momentos de estudo da paisagem orientados pelo (a) professor (a), bem como a produção de registros tais como, fotografias, croquis, desenhos, entrevistas, etc. Ressalta-se que esta é uma primeira proposição, portanto, as adequações a serem complementadas são bem-vindas.

Depois de definidos, segundo uma determinada temática, a sequência de locais a serem visitados/investigados, os roteiros foram refinados didaticamente de tal modo que venham a ser utilizados criativamente por professores da educação básica. Busca-se produzir uma determinada metodologia que permita aos professores, ao conhecerem e se apropriarem dela, reproduzirem em suas práticas pedagógicas com os alunos e criarem novos roteiros com questões relevantes sobre a paisagem urbana da cidade Maringá-PR.

Na Figura 1 – explicitam-se os procedimentos que foram adotados no desenvolvimento desta pesquisa:

Figura 1: Mapa Conceitual



Elaboração da autora.

Na próxima subseção, ainda explicitando pressupostos metodológicos e éticos, realizamos uma discussão a respeito da defesa de um sistema educacional que respeite tanto professores e os alunos na realização do trabalho educativo. Observamos a importância de o aluno estar ativo dentro do seu processo de ensino-aprendizagem e o professor como mediador deste processo, no qual evidencia-se uma educação mais valorosa para o desenvolvimento do sujeito perante a sociedade e na compreensão dos conhecimentos científicos.

2.1. O ALUNO NO CENTRO DO APRENDIZADO

Nesta subseção, como já mencionado, nos dedicamos a dialogar a respeito do ensino que se preocupa em colocar o aluno no centro do processo e apresentando um papel ativo em seu ensino-aprendizagem. O professor, nesta condição é o mediador das atividades, o que não torna insignificante sua participação neste processo, muito pelo contrário, nessa concepção entende-se, que cabe ao professor – considerando seu domínio didático do conteúdo – proporcionar ao aluno uma posição participativa para melhor desenvolver suas habilidades cognitivas e mentais de aprendizado.

Nessa perspectiva, a escola possui um papel importantíssimo na sociedade pois, sofre, constantemente – mais precisamente o currículo escolar, – interferências, que, muitas vezes, não estão buscando, precisamente, a melhoria da qualidade do ensino, mas a procura de tentar solucionar, ingenuamente, problemas sociais mais abrangentes e que ultrapassam as funções e as possibilidades da escola. Assim, ela pode deixar de lado seu papel mais fundamental: o de prover ao aluno o conhecimento que não é adquirido em casa ou no convívio social.

Michael Young (2011) nos faz um alerta sobre os perigos de se tentar resolver os problemas sociais e econômicos por intermédio da escola e do currículo. Para esse autor, a concepção é de que se torna menos provável o tratamento da raiz desses problemas, que não se encontram na escola.

Quando mencionamos o currículo apoiamo-nos em Young (2011) que defende o currículo centrado no “conhecimento”, no qual o papel central da escola é o de maximizar o potencial desenvolvimento intelectual dos seus estudantes. Vale ressaltar assim como este mesmo autor observa em seu trabalho, que o currículo [e as disciplinas que o compõe], não salvarão o mundo como um todo das questões sobre a desigualdade, pois, isso, é uma questão muito maior e que não cabe (apenas) à escola.

Mas que, por meio da escola, o currículo é reconhecido como um poderoso instrumento para a construção do conhecimento poderoso e não conhecimentos dos poderosos (Young, 2011), é que se faz possível de mudar realidade, assim podemos dizer, e quando não mudar as realidades, mas proporcionar ao aluno o entendimento e a compreensão da sociedade.

Considerar o aluno o centro do aprendizado e valorizar os seus saberes empíricos não implica em deixar de lado a cientificidade do saber escolar, pelo contrário, consideramos que é por meio do acesso ao conhecimento que o aluno pode ter uma relação atenta e interessada pelas questões sociais presentes no cotidiano. É assim que se efetiva o valor do saber científico.

Young (2011, p.612) nos revela uma concepção muito importante na diferenciação entre o currículo e o saber pedagógico. Para ele “[...]currículo, se refere ao conhecimento que um país considera importante que esteja ao alcance de todos os estudantes. Pedagogia, se refere as atividades dos professores para motivar os alunos e ajudá-los a se engajarem no currículo e torna-lo significativo”.

Levantamos essa discussão sobre currículo pois queremos trazer outra questão que esse autor destaca que é importante e que nos revela ser essencial aos interesses teórico-metodológicos dessa investigação. O currículo e a pedagogia não se podem confundir, mas um depende do outro; os formuladores do currículo dependem do professor e seus saberes

pedagógicos para desenvolver atividades e práticas que estimulem os alunos a utilizar conscientemente os conceitos que estão no currículo (Young, 2011).

À cerca disso o mesmo autor salienta,

Deve-se distinguir currículo e pedagogia, uma vez que se relacionam de modo diferente com o conhecimento escolar e com o conhecimento cotidiano que os alunos levam para a escola. O currículo deve excluir o conhecimento cotidiano dos estudantes, ao passo que esse conhecimento é um recurso para o trabalho pedagógico dos professores. Os estudantes não vão à escola para aprender o que já sabem. São os professores com sua pedagogia, e não os formuladores de currículos, que se servem do cotidiano dos alunos para ajudá-los a se engajarem com os conceitos definidos no currículo e perceberem sua relevância (Young, 2011, p. 614).

Paulo Freire (1921-1997) partindo de uma pedagogia que busca a autonomia do indivíduo, afirma que, ao “aprender a ler”, o aluno não deve apenas reproduzir as palavras. Nesta concepção o “aprender a ler” está relacionado não apenas ao ato de puramente decifrar as letras, mas, considerando diferentes contextos, saber interpretar. “Ler” então, para ele, é processar informações mentalmente relacionando-as à vida e aos fatos e as coisas relacionadas que ocorrem no espaço. Para esse autor a relação do homem é homem-mundo, por isso, é de suma importância que o ensino seja conectado com a realidade dos educandos. (Freire, 2023).

Freire (2023) enfatiza que uma educação que busque o desenvolvimento do homem **no** e **com** o mundo é, necessariamente, uma educação problematizadora. O ato de entender a realidade que nos cerca vem do despertar da nossa curiosidade, para que assim, sejamos estimulados a agir para transformar o mundo. O sentido de mudança e o despertar acontece quando a educação visa a libertação, negando a perpetuação de uma “educação bancária”.

A respeito da “educação bancária” Freire (2023) ressalta que esta é a perpetuação da narração dos fatos sem correlacionar diretamente com a realidade dos educandos. Nesta situação, os alunos são os meros receptores do conhecimento e o professor o único sujeito do processo ensino-aprendizagem. Para o autor, esse modelo de educação (a educação bancária) pouco tem a ver com a forma revolucionária que se almeja para a educação, e na qual se busca o educando como o sujeito do processo do ensino-aprendizagem, sujeito de sua própria história, que indague e questione o mundo.

A “educação bancária” em sua concepção, portanto, é a que considera os educandos como “depósitos” de conteúdos para serem memorizados, repetidos e arquivados sem, de fato, ocorrer a reflexão sobre o sentido maior daquilo que se está sendo ensinado, aquilo que se está aprendendo. Colocar o professor como o ser “que sabe” e, contrariamente, o aluno na posição

“do ser de que nada sabe” é negar o conhecimento como processo de busca e aprendizado contínuo (Freire, 2023).

O “saber” como destaca Freire (2023, p.8), existe “[...] na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. E quando o processo do conhecimento lhe é negado tendo os alunos como “depósitos” como o autor denomina, os homens são vistos como seres adaptáveis, como seres do ajustamento, ou seja, seres passíveis de dominação. Assim evidencia o autor,

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos. (Freire, 2023, p.83).

Anular o poder da criatividade do aluno e desestimular a criticidade na sua relação homem-mundo, satisfaz aos interesses dos opressores. Não é do interesse dos opressores, a formação de pessoas críticas, questionadoras e entendedoras da realidade que ocorre ao seu redor, no país e no mundo. Aos opressores, aos estimuladores da educação “bancária” lhes interessam a perpetuação da desigualdade, em preservar a situação que lhes concedem privilégios (Freire, 2023).

Essa concepção de educação que simplesmente visa adaptar o indivíduo ao mundo do trabalho após a finalização do ensino escolar, é uma continuidade do processo de desigualdade entre os seres humanos típicos da sociedade capitalista. O ensino deve servir aos interesses fundamentais das pessoas, ou seja, ele tem a função social de, para além da formação para o trabalho, formar o cidadão para entender e agir na sociedade em que vive. Os conteúdos disciplinares de modo geral e particularmente os geográficos, quando desprendidos e desintegrados da realidade, emitidos como algo pronto e acabado e sem reflexão perdem o seu poder transformador:-

Os meios capitalistas encontram pelo viés da educação, um modo de dominação do ser, visto que,

Para a concepção “bancária” a consciência é, em sua relação com o mundo, esta “peça” passivamente escancarada a ele, à espera de que entre nela, coerentemente concluirá que ao educador não cabe nenhum outro papel que não o de disciplinar a entrada do mundo nos educandos. (Freire, 2023, p.88).

Os homens considerados seres passivos, nesta concepção de educação, seu papel é dominá-los ainda mais para adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados mais adequados para o mundo eles são (Freire, 2023).

Cruz (2014) acentua que o ensino técnico ganhou notoriedade, da parte dos educadores e também da sociedade, mas que essa prática leva a ação pedagógica ao caminho do pragmatismo, no sentido utilitarista, orientado à uma prática individualista predatória e insustentável. É o que Freire (2023) chama a atenção à cerca da “educação bancária” que serve aos interesses neoliberais, como é destacado por Cruz (2014, p.25)

Desprovida de qualquer reflexão sobre a realidade sócio histórica, tem-se uma educação voltada aos interesses neoliberais, estimulando a competitividade como norma para garantir a felicidade e o sucesso. Não obstante, a mídia impõe constantemente um padrão de vida “feliz” que interfere de sobremaneira na construção da percepção e apreensão dos processos de produção da existência. Criam-se as condições para a construção de uma cultura homogeneizadora, massificadora dos gostos, gestos e do pensar, em que se associa a felicidade ao consumo. E, o consumidor toma o lugar do sujeito social, crítico e participativo.

A manutenção desse modelo neoliberal de educação, que busca a simples memorização dos fatos sem a devida reflexão que o conhecimento deve proporcionar, não rompe com a alienação do ser. Na verdade, apenas favorece a manutenção de seres desprovidos de pensamento crítico. Freire (2023), portanto, chama a atenção sobre como as “influências bancárias” agem na educação visando retirar a visão profunda que ela pode ofertar e Young (2011). Como vimos anteriormente, revela que é a presença de conteúdos valiosos no currículo o conhecimento científico, que pode contribuir na superação dessa situação.

Realizando uma análise geográfica, Santos (2012) evidencia a influência do capital na produção do espaço e como isso ocasiona as diferenças de classes sociais que se perpetuam até os dias atuais. O espaço é tido como mercadoria universal, no qual pelo consumo de mercadorias e das forças produtivas torna o homem alienado em relação ao seu entorno (Santos, 2012). Milton Santos foca seus estudos na análise do espaço geográfico como tema central na compreensão dos dilemas urbanos e as dinâmicas sociais e, analisando as relações capitalistas agravadas pelo contexto mundializado do mercado internacional, evidencia como isso afeta o homem, o mundo do trabalho e produz as desigualdades do meio urbano. Do mesmo modo, isto se reflete na atualidade no sistema educacional. Trata-se de uma estrutura criada por todo um mercado neoliberal que encontra na educação meios de manter as desigualdades.

Uma das grandes questões do ensino de Geografia é: o que se deve ensinar? Almeida (1991) levanta esse questionamento quando manifesta preocupação sobre o que ensinar e, também, como ensinar essa disciplina escolar. Almeida (1991, p.84) observa:

A geografia encontrada na maioria dos livros didáticos e que é ensinada, geralmente, nas escolas apresenta uma análise descritiva – ou apenas uma descrição – do que se vê no mundo. Essa geografia escolar consiste, portanto, em uma “visão de mundo”: inicia-se pela descrição e explicação do espaço próximo, “vivido”, passando, depois, para o estudo de espaços mais distantes.

Tecer críticas aos materiais didáticos disponíveis nas escolas não é o nosso objetivo, longe disso, estamos neste momento fazendo observações que mostram como o ensino da disciplina de Geografia, muitas vezes, ainda é desconectado da realidade, o que causa regularmente, dificuldades de compreensão pelos alunos. Concordamos com a autora quando afirma que, nesse tipo de abordagem “[...]os fenômenos aparecem como ocorrências parceladas, desvinculadas do todo, sem conexão com o processo social no qual estão inseridos”. (Almeida, 1991, p.84).

A autora traz observações significativas pois quando visto deste modo (tanto a sociedade quanto a natureza) o contexto de organização social e produtivo (de forma não relacionada) faz parecer como algo já pronto e inserido no mundo, como uma coisa já determinada e não ajustada e adaptada para o mundo.

Almeida (1991) continua enfatizando que visto dessa forma – ao apresentar uma abordagem inerte dos fatos e fenômenos o ensino de Geografia terá pouco valor na formação dos estudantes, acarretando, desse modo, em sérias deformações na visão de homem e do mundo.

O ponto em que queremos chegar na relação entre método e conteúdo refere-se ao fato de que a geografia ensinada pode apresentar estudos sobre a relação homem-meio, ou estudos da organização do espaço pelo homem, omitindo, no entanto, que a relação homem-meio ocorre em uma determinada forma de organização espacial porque essa relação é uma relação de trabalho. Explicando melhor, a sociedade produz uma forma de organização que é observável no espaço; assim, há uma forma concreta e visível da sociedade no espaço: essa é a organização espacial que a geografia deve analisar. (Almeida, 1991, p.85).

Trata-se, portanto, do estudo da sociedade de classes da qual a organização espacial ao longo do processo histórico a moldou (Almeida, 1991). Concordamos com Cruz (2014, p. 108) quando ressalta a respeito de se tratar de uma educação que “[...] ao desenvolver a consciência

individual do “ser para si”, também assume compromisso histórico pela mudança social, pelo desenvolvimento da consciência crítica e da autêntica cidadania.”

Entendemos, vale evidenciar, que a educação não pode resolver todas as desigualdades sociais. Assim parafraseando Paulo Freire, reafirmamos que educação não transforma o mundo, ela muda as pessoas e pessoas mudam o mundo. Defendemos, em concordância com Nascimento e Albuquerque (2017, p. 68), que “[...] o homem se transforma a partir da educação, o mundo e seus atores, se conhecem de maneira mais ampla por meio da geografia. Assim, a educação se presta a mudar as pessoas do mundo e a geografia, por sua vez, a mudar o mundo dessas pessoas”.

Evidenciamos a importância de um trabalho que centre na evolução do indivíduo, mediados pelos conceitos geográficos na busca incessante de ler, compreender e analisar a realidade social. Respaldados por autores que mesmo de diferentes áreas, mas que tiveram a preocupação com a relação do ser humano com o mundo e a educação que busque o conhecimento para todos na compreensão crítica de mundo e sociedade.

2.2. O PAPEL DO TRABALHO DE CAMPO NA DISCIPLINA GEOGRÁFICA

A observação e a leitura do espaço por intermédio da paisagem compõem uma das atividades essenciais para a análise da ciência geográfica em todos os seus âmbitos. Assim, o “trabalho de campo”, o “estudo do meio”, ou as demais formas que esta atividade pode assumir constituem em práticas clássicas e identitárias dessa disciplina escolar. É essencial, pois, estudar o espaço geográfico em todas as suas dimensões, considerando recortes espaciais de uma cidade, bairro, etc., tornando o trabalho de campo mais significativo devido a colocar os estudantes e professores em contato direto com a realidade em estudo.

Para Claval (2013) o geógrafo não é apenas um viajante ou um explorador. O seu trabalho não se resume em relatar e observar o que acontece em um determinado lugar, mas, em transformar a visão da realidade orientada apenas pelo “senso comum” numa visão mais sistemática e de conjunto: o olhar geográfico. Esse olhar é abrangente e carrega todos os elementos que compõe e moldam determinada paisagem.

Nossa ciência não é construída apenas em laboratórios. Nosso laboratório é, assim pode-se dizer, o mundo. O trabalho de campo na formação do professor, do geógrafo e também dos alunos da educação básica de ensino é um meio fundamental para ler o mundo.

Claval (2013, p. 4) reafirma a importância do trabalho de campo para além de coletas de informações. Segundo ele:

A realidade não resulta da justaposição aleatória de dados. Ela se apresenta sob a forma de paisagens; tem uma fisionomia de conjuntos que nos convém apreender: afinal, não é através dela que a harmonia dos fatos terrestres se revela? A saída de campo não serve apenas para recolher dados e assegurar a autenticidade factual dos ensinamentos da disciplina; ela é também o vetor de um entendimento global que não pode ser alcançado de outra forma, o mundo é feito de individualidades que precisamos perceber. É crucial possibilitar ao público a oportunidade de captar essas individualidades.

Esta prática, portanto, é extremamente valiosa e, no caso da educação básica, não se resume a ser apenas um dia diferente na realidade escolar. Ela propicia o contato visual direto e investigativo sobre aqueles conteúdos estudados em sala, nos livros didáticos e, muitas vezes, vistos em jornais/ televisão.

Tomita (1999) reflete sobre a evolução da disciplina de Geografia – das descrições e memorização de nomes de cidades, estados, rios – para o estudo da sociedade e de como ela se organiza no e sobre o espaço, e na relação homem-natureza. De modo que o ensino geográfico buscando o entendimento de como o ser humano na relação com o mundo e o trabalho se organiza, precisa da participação ativa dos alunos no processo de ensino aprendizagem.

Empenhando-se em um ensino que priorize conteúdos que condizem com a evolução da sociedade e a evolução do pensamento crítico tanto aos professores e alunos, para que assim coopere na aprendizagem e a participação viva dos alunos Tomita (1999, p. 13) traz observações a respeito do ensino desta disciplina na educação básica, no que diz a respeito à sua proposição curricular:

Propõe-se que o ensino de Geografia proceda enriquecido de um bom embasamento teórico, partindo do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, do próximo para o mais distante. Sendo assim, o ponto de partida é o estudo da realidade a partir das áreas mais próximas dos alunos.

A autora defende, neste sentido, um ensino que agregue conhecimentos valiosos na vida do aluno que o conduzirá a indagar-se sobre os problemas do mundo, evitando ser, assim, um simples espectador. Concordamos com Tomita (1999) quando a autora defende o trabalho de campo como o meio propiciador para concretizar esses objetivos na aprendizagem aos alunos, em razão de ser a junção teoria e prática. A autora observa que o trabalho de campo é “[...] antes de tudo uma atividade metodológica, pois é no trato direto do trabalho de campo que o aluno fará o aprendizado e passará a entender as contradições e o processo de apropriação da natureza, entendendo o porquê da dinâmica que ocorre no espaço” (Tomita, 1999, p. 14).

Seguindo nesta linha, a importância sobre os trabalhos de campo, Lopes e Pontuschka (2010, p. 9) referem-se ao “estudo do meio” como uma atividade orientada que visa proporcionar aos estudantes e professores o contato direto sobre determinado lugar, sendo rural ou urbano. Os autores ressaltam a sua importância pois “[...] esta atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos. ”

A realização do trabalho de campo é uma atividade indispensável ao ensino de Geografia (Tomita, 1999), mas não se deve confundir tal atividade como um dia de passeio ou lazer como, ocasionalmente, pode ser visto pelos alunos. Ela não representa uma ruptura do processo de ensino aprendizagem, mas uma parte dele, uma complementação. Lembrando do cuidado de ao ressaltarmos a sua importância não se descaracteriza a efetividade da sala de aula, muito pelo contrário. O estudo do meio, o trabalho de campo começa antes de tudo em sala de aula:

A pesquisa de campo é reveladora da vida, ou seja, por meio dela pretende-se conhecer mais sistematicamente a maneira como os homens e as mulheres de um determinado espaço e tempo organizam a sua existência, compreender suas necessidades, seus desejos, suas lutas com vitórias e fracassos. Assim, durante o trabalho de campo, educadores e educandos devem submergir no cotidiano do espaço a ser pesquisado, buscando estabelecer um rico diálogo com o espaço e, na condição de pesquisadores, com eles mesmos (Lopes; Pontuschka, 2010, p. 31).

No entanto, ao propor essa atividade, sabemos que diante das condições atuais do currículo da educação básica e as condições de trabalho do professor, há obstáculos a serem superados. Para que o professor possa realizar uma prática pedagógica como esta, ele precisa de autonomia, precisa-se de um currículo escolar ajustável para tais práticas pedagógicas. A cerca disto Lopes e Pontuschka (2010, p. 13) ressaltam:

O papel do professor não pode ficar reduzido, burocraticamente, a um simples executor desse currículo e aplicador eficiente de manuais didáticos. É à luz, de fato, do exame do contexto sócio espacial em que se desenvolve seu trabalho educativo e da análise das reais necessidades dos beneficiários de seu trabalho – os alunos e a comunidade escolar como um todo – que o professor deve selecionar os conteúdos a ensinar e os métodos de ação.

Não há como propor um trabalho que exija tempo, reflexão e análise social por parte dos alunos quando isto é retirado do próprio professor. Este, em sua condição como mediador

do saber científico, deve ter as devidas condições para refletir e analisar as possibilidades didáticas de sua ação.

Não é algo simples tirar os alunos de dentro de sala de aula e coloca-los diante de qualquer outra realidade que não seja o espaço escolar. É preciso de planejamento para a sua execução, momentos de reflexão sobre a objetividade do trabalho a ser realizado e, finalmente, para que ao ser aplicado em conjunto com os alunos, se tenha clareza sobre o conteúdo a ser estudado.

Na seção seguinte, apresentamos os conceitos chave do pensamento geográfico, as bases de analisar e entender o mundo na perspectiva dessa ciência e, em seguida, especialmente, aprofundamos conceitualmente acerca da Paisagem.

3. OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: BASES TEÓRICAS PARA ENTENDER O MUNDO

*A questão está em que pensar autenticamente
é perigoso
(Paulo Freire)*

Assim como ressalta Corrêa (2000), a Geografia é uma ciência social e tem como objeto de estudo a sociedade. As diferentes análises conceituais dentro desta ciência colaboram, desse modo, para os avanços dentro da teoria geográfica. Sobre a análise geográfica Azambuja (2018, p. 16) nos diz que ela “[...] é a interpretação da realidade social histórica, referenciando a dimensão socioespacial dessa realidade enquanto produto e processo da dinâmica da natureza e da natureza humanizada. ”

O acontecer de nossa vida cotidiana é permeado pelos saberes geográficos e pela Geografia. O viver humano, pode-se dizer, é geográfico. Os saberes geográficos, portanto, estão em todo lugar e a formação dos conceitos desta ciência é sua maneira, um modo específico de contribuir para o entendimento mais profundo e detalhado do mundo, ou talvez, de uma parcela de seu todo. Assim, pode-se dizer que os conceitos vistos separadamente no fim acontecem simultaneamente, pois no acontecer diário não há separações. O que se espera com o ensino de Geografia é a compreensão integral e conexa da realidade, daquilo que vemos, sentimos e daquilo que não vemos de imediato, mas que se faz necessário um olhar mais apurado, diga-se: um olhar geográfico.

Estudar os processos naturais e sociais que ocorrem no espaço geográfico não é uma tarefa simples e a ciência geográfica utiliza-se do sistema de categorias e conceitos para realizar a sua análise diante de todos os processos históricos ocorridos e também a atualidade. Sobre os conceitos fundamentais iremos destacar: o espaço geográfico, o território, o Lugar, a Região e a Paisagem, sendo este último, o conceito fundamental desta pesquisa, como já destacado. Iremos, a seguir, discorrer brevemente a respeito de alguns desses conceitos chaves desta ciência, antes de adentrarmos na categoria norteadora deste trabalho.

3.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO

O espaço geográfico considerado o “objeto de estudo” da Geografia, se apresenta como categoria central de estudo desta ciência pois é nele e sobre ele que todas as relações que

ocorrem no mundo se dão. Os conceitos que compõe a base disciplinar desta ciência se dão como “recortes” deste espaço a qual a Geografia se debruça em seu esforço do entendimento da totalidade do mundo.

Santos (2020, p.62) traz a concepção do espaço geográfico como “[...] um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações” e a relação desses elementos se dão separadamente, eles acontecem juntos. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2020, p. 63).

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (Santos, 2020, p. 63)

Para entender melhor a configuração espacial a mesma se dá como a formação natural de uma determinada área junto com as modificações ocorridas pelo trabalho humano. Configuração espacial e espaço não são as mesmas coisas, pois a configuração espacial é o objeto material e o espaço é a relação material existente mais a atividade humana que as anima, como é retratado pelo autor. O estudo do espaço geográfico é a análise dos sistemas de ações que ocorrem de modo inter-relacionados ao sistema de objetos, modificando e dando novos significados ao espaço.

Os objetos representam tempos passados da natureza e da sociedade, ou seja, são produtos de sistemas de objetos e de sistemas de ações anteriores são agora trabalho morto, porém, ao seu tempo constituíam trabalho vivo. O espaço geográfico compreende essas formas mais a função ou as ações no tempo presente, trabalho vivo ou a vida que as anima. Por isso os objetos e ações precisam ser um conjunto indissociável, um todo. (Azambuja, 2018, p.17).

O estudo do espaço geográfico não ocorre alheio as relações sociais, pois são elas consideradas os sistemas de objetos que transformam o espaço pelo trabalho, por isso a relação é mútua, não há como estudar separadamente o sistema de ações e os sistemas de objetos. “Uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (Corrêa, 2000, p. 26).

O espaço segundo Corrêa (2000, p. 28), “[...] organizado pelo homem, desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social”. Para Milton Santos o espaço deve ser analisado segundo as categorias

analíticas **estrutura, processo, função e forma**. Essas categorias compõem a análise geográfica do espaço, que acontecem mutuamente e, por isso, são estudadas em conjunto. Elas são definidas, conforme Corrêa (2000), do seguinte modo:

- **Forma** é o aspecto visível, aquilo que está à vista, a exterioridade do objeto. Sendo ele visto isoladamente ou em um conjunto de objetos. É a *forma* tal qual se apresenta um bairro, uma casa, uma cidade, formando um padrão espacial em diferentes escalas. Ela não pode ser vista e estudada isoladamente, pois isso seria uma empiria, a constatação de apenas o visível no qual se apresenta e atribuindo a ela a autonomia do qual não a pertence. A forma, assim como a paisagem, precisa ser interpretada, pois possui significados ocultos.
- **Função** significa dar um encargo à forma, ao objeto criado. A função de uma rede de lazer, a função de um shopping center, o vivenciar o habitar atribuído às construções que dão significado à forma [cidade, casa, trabalho]. Essas duas forma e função não são possíveis de serem analisadas separadamente.
- **Estrutura** diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade num dado momento do tempo. Ela é a base central no qual as formas e as funções são criadas e ganham significados.
- **Processo** é o caminho que se realiza de modo contínuo, implica tempo e mudança. Assim como Corrêa (2000, p. 29) ressalta ele é “[...] uma estrutura em seu movimento de transformação”. Ocorre sobre o contexto de uma estrutura social e econômica e sucedem de contradições internas das mesmas.

Resumidamente essas categorias de análise na qual recorreremos a Corrêa (2000) para exemplificar a respeito do que propõe Santos (2020), elas não podem ser vistas e analisadas separadamente, pois elas atuam no espaço em conjunto, simultaneamente. Analisá-las separadamente seria um estudo limitado como afirmam ambos autores. Estudadas em conjunto representam a totalidade do qual o estudo do espaço presente chegar.

3.2. TERRITÓRIO

Território é “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2000, p.78). O território, marcado pelas relações de poder, não é

apenas a relação de Estado-Nação, como muitos os identifica. A noção de território é muito ampla e pode ter faces diferentes ao longo do dia, como uma cidade pode apresentar – o centro de uma cidade as 11hrs da manhã apresentam-se de uma forma e a noite de outra, pois pode ser territorializado por outros tipos de pessoas em diferentes horários (Souza, 2000).

Souza (2000) ao abordar sobre o uso conceitual de Território e de como ele é interpretado por grande parte das pessoas remete-se à questão de poder e o poder estando intrinsicamente ligado ao Estado-Nação, o que o autor discorda e evidencia os fatos que comprovam seu ponto de vista. Para o autor o território é sinônimo de poder, mas não apenas por parte do Estado e dos governos, mas também por parte da população. O autor chama a atenção para grupos que ocupam parte do território e o reclamam para si, em lugares de cidades como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Nesta cidade, as comunidades, ou bairros que durante o dia são direcionadas as atividades “normais” de pessoas e durante a noite ocupados por outros grupos.

Esta é uma forma evidenciada pelo autor que ao tratar sobre o conceito de território afirma que usá-lo apenas para referir-se ao poder hegemônico das forças dos governantes é uma maneira rasa e supérflua de se remeter a ele. Souza (2000, p. 111) ressalta que:

O poder não se circunscreve ao Estado nem se confunde com a violência e a dominação (vale dizer, com a heteronomia), da mesma forma que o conceito de território deve abarcar infinitamente mais que o território do Estado-Nação. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, desde o quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens e até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN.

Destarte, as associações de poder sobre um território vão além das ligadas ao Estado, é um campo de forças que possui múltiplas escalas. Produzido após a apropriação e ocupação de um determinado grupo sobre um determinado espaço (Cavalcanti, 2006). Território não é apenas ligado ao poder, mas também às questões de identidade. A identidade de um povo sobre um território e a sua reivindicação sobre este espaço.

A vinculação social sobre determinado território pode ser temporária ou definitiva e isto, depende do tipo de uso e ocupação deste espaço, sendo por grupos humanos, empresas ou também pelo próprio Estado.

Portanto, Território pode ser definido pela suas relações de poder – poderes do Estado, grupos sociais, empresas – e pela identidade, relação afetiva de determinado grupo, sociedade multicultural; e pelo campo de forças – correlacionado a conflitos e disputas territoriais por determinados territórios ao redor do mundo, ou por grupos/ gangues pelo poder de determinado

bairro na cidade, até mesmo de venda sendo por “camelos” e lojistas como ressalta Souza (2000), e as relações estáveis e instáveis que determinados territórios podem apresentar devido a questões de geopolítica (Souza, 2000; Cavalcanti, 2006).

3.3. LUGAR

O conceito de lugar pode estar carregado de significação pois abarca um recorte do espaço em que o sujeito pode atribuir-lhe significados (lugar de vivência, trabalho, lazer, etc.). Suertegaray (2001, n.p) observa que o conceito de lugar nos remete a “[...] reflexão de nossa relação com o mundo” e a mesma autora observa que essa conexão local do lugar é também uma relação com o mundo, já que este reflete diante das inserções tecnológicas, influências de outros lugares no local.

Santos (2020, p. 314) a respeito do lugar nos diz que “[...] cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. O lugar, local que se desenrola a vida humana o cotidiano, também possui interferências globais. “O lugar produz-se na relação do mundial com o local” (Cavalcanti, 2006).

Suertegaray (2001, n.p) ressalta que o lugar, para além das relações afetivas, também pode ser tratado “na perspectiva de um mundo vivido, que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico”. O lugar, nesta concepção é a correlação das associações existentes entre o global e o local, o global referente as magnitudes que se inserem em um determinado lugar de ordens e processos variados do mundo. Enquanto o local possui a afetividade, o cotidiano a identidade, muitas vezes pessoal inserida neste determinado lugar (Cavalcanti, 2006).

Callai (2020) recorrendo a Serres (1994, p.40) diz que “[...] a vida reside, habita, mora, aloja-se, não consegue passar sem um lugar. Dir-se-ia que ela desenha e codifica a sua definição” ao tratar sobre a importância desta categoria de análise dentro do ensino geográfico para a promoção de um ensino que seja expressivo condizente com a vida do aluno. Callai (2020, p. 62) continua, “[...] um lugar nunca é isolado no mundo e nem exclusivamente separado dos outros lugares, sendo que as fronteiras ao mesmo tempo em que demarcam limites, são transitoriedades entre os aspectos que são da natureza, que são da cultura, enfim do fazer e do viver a vida”.

3.4. REGIÃO

O uso deste conceito é polissêmico e varia conforme a corrente de pensamento (ou área) abordado, assim como os outros conceitos. Partindo de uma análise social e não apenas descritiva, o conceito de região, busca uma análise mais contextualizada e ampla de determinado espaço, sem se limitar apenas as características físicas, ambientais e econômicas que uma determinada região apresenta. Busca, deste modo, a compreensão física, ambiental e também a construção social e política que as regiões apresentam.

Rejeitando uma abordagem apenas descritiva, este conceito possui uma abrangência muito grande, pois abarca grandes parcelas do espaço, se relacionando não apenas ao espaço físico como o espaço humano e político. Segundo Haesbaert (1999) no passado a região podia ser vista com uma forma contínua, uma unidade espacial não fragmentada. Nos dias atuais com os processos acelerados pelas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas contemporâneas faz com que as unidades espaciais sejam fragmentadas; por isso o cuidado ao se trabalhar com a região de não atrelar a esta categoria uma concepção de unicidade. O autor ressalta que ao trabalhar com este conceito deve-se levar em conta “[...] o grau de complexidade muito maior na definição dos recortes regionais, atravessados por diversos agentes sociais que atuam em múltiplas escalas; - a mutabilidade muito mais intensa que altera mais rapidamente a coerência ou a coesão regional; - a inserção da região em processos concomitantes de globalização e fragmentação” (Haesbaert, 1999, p. 32).

Ao apontar esses fatos, o autor reafirma o tratamento que se deve dar ao examinar este conceito como veículo de uma análise investigativa da realidade. Para este autor, região pode ser definida como,

Qualquer recorte do espaço geográfico, independente da escala ou do processo social dominante; pode ser um simples instrumento para a análise do geógrafo ou, no senso comum, um instrumento para referência de localização das pessoas; um tipo de recorte do espaço geográfico, definido pela escala em que a diversidade territorial dos processos sociais se manifesta com maior evidência ou coesão; um determinado recorte do espaço geográfico, decorrente de fenômenos sociais próprios, não generalizáveis a todos os espaços, notadamente os regionalismos políticos e as identidades regionais. (Haesbaert, 1999, p. 33)

Corrêa (2003, p.46) considera região como,

Uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

O autor, portanto, refere-se a região como “[...] uma realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral – modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador – e o particular – as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação” (Corrêa, 2003, p. 46).

Todos os conceitos e as categorias geográficas possuem diferenças no seu modo de interpretação nas diferentes linhas do pensamento dentro da ciência geográfica. Como neste momento, não procuramos nos aprofundar em cada conceito e seus respectivos diferentes modos de interpretação, pois não é o nosso foco, apresentamos, mesmo que resumidamente as abordagens dessas categorias dentro da perspectiva histórico crítica que nos alinhamos. Aprofundaremos conceitualmente na categoria de Paisagem, pois ela nos norteará a ir mais afundo para o desenvolvimento deste trabalho.

3.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA IMPORTÂNCIA COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR DE ROTEIROS DIDÁTICOS PARA O ESTUDO DA PAISAGEM URBANA

Os roteiros didáticos de observação e de estudo da paisagem urbana que se pretende apresentar nesta dissertação compõem, juntamente às atividades escolares semelhantes, como, por exemplo, a “excursão geográfica”, os “trabalhos de campo”, “itinerários didáticos”, o “estudo do meio”, os “passeios escolares”, as “visitas educativas”, etc., instrumentos pedagógicos presentes de longa data nos currículos educacionais de modo geral e, particularmente, no ensino de Geografia. Representam, outrossim, uma tradição escolar presente, não somente no Brasil, mas também em sistemas escolares de diferentes países. Ainda, destarte, que não seja, propriamente, uma atividade didática inovadora, guarda um imenso poder motivacional e de comprovado lastro para promover aprendizagens significativas aos alunos. Seu vigor histórico-pedagógico, portanto, permanece atual (Freinet, 1975; Carvalho, 1941; Gómez; Corrochano; Parra, 2017; Lopes, 2019; Souto, 2007; Pontuschka, 2004).

Os roteiros ou itinerários didáticos são entendidos como atividades realizadas fora do ambiente escolar cujo objetivo é colocar os estudantes em contato direto com uma determinada

realidade, rural ou urbana, que se deseje estudar. Visa, desse modo, proporcionar ao estudante a apropriação de valores, de habilidades e de conhecimentos curriculares que dificilmente conseguiriam acessar pelas tradicionais atividades da sala de aula. Nesta perspectiva, assumindo uma postura ativa, participativa e significativa, o aluno alça compreender determinado conteúdo para além das experiências cotidianas.

Neste contexto, considerando a especificidade dos roteiros didáticos que se pretende apresentar nesta dissertação – o estudo da paisagem urbana da cidade de Maringá – discute-se a seguir o conceito geográfico de paisagem e seu uso na ciência geográfica e no ensino da disciplina escolar. Tem-se, por pressuposto, que para além do domínio empírico e descritivo das paisagens de modo geral e, particularmente, da paisagem da cidade de Maringá-Pr, este conceito oferece um caminho potente para ajudar os alunos a desenvolverem um olhar geográfico – leia-se teórico – sobre o mundo.

Ou seja, um olhar mediado pelos conceitos desenvolvidos pelos geógrafos ao longo do tempo. Como afirma Cavalcanti (2013, p. 62) “A formação de conceitos geográficos é uma capacidade essencial para a compreensão da realidade, para além de sua dimensão empírica. Com ela pode-se fazer generalizações e ver o mundo, não somente com um conjunto de coisas, de objetos”. O modo de pensar considerando conceitos, portanto, é capaz de converter tais coisas/objetos, por meio de operações intelectuais (análises, sensações, imaginação), em objetos espaciais (teoricamente espaciais).”

Associamo-nos, nesse trabalho, à ideia de que ensinar Geografia, é ensinar um modo específico de pensar e que, este processo, a construção do pensamento geográfico, é realizado pela apropriação consciente dos conceitos estruturadores desse tipo de pensamento entre os quais podemos destacar o espaço, a região, o território, o lugar e, considerando os objetivos mais específicos dessa dissertação, a paisagem.

3.5.1. O conceito de paisagem na ciência geográfica

Com o aporte de diferentes autores, refletiremos sobre a Paisagem, evidenciando, inicialmente, tratar-se de um conceito que possui muitos significados devido, entre outros aspectos, ao uso multidisciplinar e, ao mesmo tempo, aos diferentes modos possíveis de, teoricamente, abarcá-lo. Cada ciência que usa a paisagem em suas análises possui a sua definição ou definições assim, não é o mesmo na visão de um arquiteto-urbanista, do biólogo, do engenheiro, do geógrafo e entre outros, que podem utilizá-lo em seus trabalhos.

A paisagem, como anunciado, é um conceito muito amplo e polissêmico. Verifica-se, no exame da literatura que “nasceu” e foi se reformulando ao longo do tempo no processo de evolução do pensamento geográfico, devido, especialmente, às diferentes abordagens das escolas de pensamento (Schier, 2003). Dependendo da abordagem selecionada, este conceito pode ter diversas interpretações, podendo ser analisado por uma perspectiva natural, cultural ou mesmo econômica. O que queremos dizer é que o olhar sobre a paisagem pode ter diversas interpretações nas mais diversas linhas de pensamento e no campo das profissões.

Seguindo neste caminho evidenciaremos, a seguir, algumas das perspectivas a respeito deste conceito sobre a ótica de diferentes autores, para que alcancemos o enfoque que nos norteará para o desenvolvimento dos roteiros didáticos urbanos.

Troll (1997, p.3), discutindo o conceito, distingue a “paisagem natural” e a “paisagem cultural”, ressaltando ser a paisagem cultural aquela que já foi modificada pelas ações do homem, ou seja, que é marcada por “[...]fenômenos pertencentes à economia, ao cultivo, ao tráfego, à população com sua língua, sua tradição e sua nacionalidade, à estrutura social, às artes e à religião [...]”, enquanto que a “paisagem natural”, por sua vez, é aquela que se conserva intocada. O mesmo autor ainda nos diz que:

Todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto paisagens naturais só variam em ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria observação do geógrafo (Troll, 1997, p.3).

Para Besse (2014, p.27) a paisagem pode ser definida como “[...] um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais”, nesta concepção já traz implícita a relação da paisagem com a produção humana, na sociedade como ela se organiza. Neste sentido, o autor continua enfatizando que a paisagem possui um valor, e este valor econômico é relacionado ao lugar e a especulação imobiliária,

O valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético (embora também seja), é considerado mais em relação com a soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidas por um grupo humano nesse lugar (Besse, 2014, p.27).

Essas impressões evidenciadas pelo autor decorrem de sua análise sobre a escala de estudo ao trabalhar com a paisagem como um “território fabricado e habitado”, no qual

evidencia que o conceito de paisagem pode mudar conforme a escala de análise e usa, como exemplo para tratar disso, a história dos jardins – sendo um lugar construído, cuidado, que possui um conjunto de afetos, mas que mesmo assim, ainda é um lugar habitado e fabricado – que possui a significação humana, o trabalho humano e as relações e processos sobre esse espaço.

Fazendo essa relação dos jardins com as cidades – a paisagem urbana das cidades – paisagem produzida que contém histórias e políticas por trás. É neste contexto que o autor fala sobre o “valor paisagístico”; a paisagem não é a mesma na cidade inteira e devido a isso cada local de uma cidade pode possuir diferenças de valores imobiliários, resultando na diferenciação paisagística do espaço, pois a produção e a ação do capital não são a mesma para todos os espaços da cidade.

Besse (2014) dialogando sobre a teoria de John Brinckerhoff Jackson, no qual, chama de “teoria jacksoniana da paisagem”, evidencia o diálogo com a Geografia Humana e as ciências sociais de sua época, no qual se articula sobre dois enunciados: “a paisagem é um espaço organizado – composto e desenhado pelos homens; e a paisagem é uma obra coletiva das sociedades”. (Besse, 2014, p. 29). Nesta abordagem considera-se a paisagem como uma produção cultural de todos os níveis materiais e espaciais (Besse, 2014). Considerando-se a relevância de tais afirmações reconhecemos nestas produções da paisagem as produções que estão além da visão comum da população, aquelas impostas à sociedade devido às demandas do capital.

A paisagem, ainda segundo Besse (2014), pode ser vista como uma identificação a um determinado modo de vida da sociedade, e mesmo que represente um “local fechado”, ela não é uma realidade exclusiva, pois, necessariamente, está inserida dentro de um sistema de produções globais. Pode apresentar singularidades e significados, pois cada local possui uma organização – rede de poderes, porém por estar inserida na sociedade tecnológica ela não é unificada, pois possui sistemas de produções que não possui apenas aquele lugar. Assim, “Ler a paisagem é perceber modos de organização do espaço” (Besse, 2014, p. 31).

Segundo Sauer (1998, p.42) “[...] não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição.” Neste sentido, há a valorização da história ligando o tempo presente ao passado, compondo todo o conjunto das formas que se expressam na paisagem.

O autor continua enfatizando que as ações do homem sobre a paisagem são caracterizadas por uma dinâmica de “continuidades” e “descontinuidades”, pois a cada

mudança – o que ele identifica como mudança cultural – sucedem às modificações no espaço que resultam na alteração da paisagem e nas permanências, pois “a paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição da cultura.” (Sauer, 1998, p.43). Essas mudanças que ele denomina como culturais são as mudanças que ocorrem na sociedade, que cada vez mais inserida no meio técnico-científico realiza mudanças na paisagem, mudanças em decorrência das influências das dinâmicas do capital e suas demandas e nas novas formas da sociedade se organizar.

Santos (2007, p.67), por sua vez, ao dissertar sobre o conceito de paisagem, nos diz que “tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem” e continua dizendo que ela pode ser “[...] definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca e formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”. Para o autor “A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos”. Em consequência a nossa visão depende da localização (escala) em que está inserida, pois, dependendo do lugar do observador, a visão muda, e conseqüentemente, a abrangência de seu alcance muda também.

É importante destacar que para o autor (Santos, 2007, p. 103) a “paisagem” e o “espaço” não são sinônimos. Ele explicita tal distinção ao afirmar que “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Ou seja, a paisagem é um conjunto de objetos ou formas naturais e artificiais que caracterizam uma determinada área, refere-se à configuração territorial. Por sua vez, “O espaço são essas formas [mencionadas anteriormente] mais a vida que as anima” (Santos, 2007 p. 103). As formas que compõem a paisagem estão sujeitas a sucessivas modificações devido aos sistemas de ações que dinamizam continuamente espaço geográfico. Assim, para Santos (2007):

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (Santos, 2007, p.103).

Em seus estudos, Milton Santos (2007) remete a paisagem aos sentidos e percepções individuais, pois para ele os processos cognitivos e a apreensão de cada pessoa é individual e procede de sua educação formal ou informal, resultando na seletividade das percepções, pois cada ser individual aprende de uma forma, pois tem na sua subjetividade os processos de

desenvolvimento o que leva a duas pessoas diferentes apresentarem duas versões sobre o mesmo fato real. A paisagem, então, não é percebida pela mesma forma por duas pessoas diferentes. Neste sentido, ele ressalta:

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; desse modo, a visão – pelo homem – das coisas materiais é sempre deformada. **Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado.** (Santos, 2007, p. 68). (Grifos nossos).

Deste modo, ao trabalharmos com a paisagem de um lugar como, por exemplo, da cidade de Maringá, não devemos considerar apenas sua configuração ou seu aspecto externo, superando a percepção inicial – importante, sem dúvida – identificar e estudar os processos que a moldaram e continuam delineando-a, pois “[...] com a produção humana há a produção do espaço” (Santos, 2007, p.70) e isso se reflete na configuração e representação da paisagem: “Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas” (Santos, 2007, p.70).

À semelhança de Troll (1997), Santos (2007) também distingue a “paisagem natural” e “paisagem artificial”, sendo que, para ele, a paisagem artificial é aquela transformada pelos homens e a paisagem natural aquela que não foi mudada pelos homens. Santos (2007) evidencia que nos dias de hoje, devido ao complexo sistema tecnológico em que a sociedade vive, a modalidade de paisagem natural já não existe mais, pois “[...] se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele é, todavia, objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas” (Santos, 2007, p.71).

Neste sentido, apoiando-nos nos aportes teóricos de Santos (2007) focamos nosso esforço de análise na “paisagem artificial”, isto é, a paisagem criada e modificada devido a interesses especialmente econômicos e políticos dos grupos e sujeitos que vivem na cidade de Maringá, Pr. Paisagens que retratam as formas que a sociedade se organiza e de como as relações de poder agem nos espaços criados.

Na esteira dos aportes produzidos por Santos (2007), Callai (2013, p. 38) afirma que a paisagem representa “[...] um retrato do espaço em determinado momento, é a herança (resultado) de todos os processos naturais e de todos os processos humanos com o patrimônio construído, e que os povos herdam, e modificam, como território de atuação no seu viver cotidiano.” A paisagem, destarte, nunca é a mesma, ela muda pela relatividade do tempo e das

ações humanas que ocorrem neste espaço. E a cada movimento histórico observamos, mudanças e permanências. A autora continua:

A paisagem mostra em um determinado momento aquilo que é visível, mas, por detrás deste visível, a história diz muito daquilo que ali aparece, e os processos que se sucedem demarcam características específicas. A paisagem é o pano de fundo onde acontecem as coisas da nossa vida, e por isso desperta interesse na sua interpretação e nos estudos, sendo que ela vai se transformando continuamente, às vezes de modo mais acelerado, outras vezes mais lentamente. (Callai, 2013, p.39).

Seguindo nesta linha de análise, entendemos que a compreensão da ideia de paisagem aqui defendida, comporta, além de suas determinações mais objetivas, também, percepções individuais, pois cada um tem suas particularidades de entendimento, sendo assim, ao interpretá-la não se chega sempre à mesma conclusão, visto que cada um percebe a paisagem a partir de certos interesses, de sua formação, de “suas verdades” e da motivação que o leva a fazer a análise. Longe, entretanto, de ser um incômodo, esta realidade torna a experiência de ler a paisagem muito valiosa para o ensino da ciência geográfica em sala de aula, já que proporciona ao aluno, o entendimento crítico da realidade em que se vive. (Callai, 2013).

Carlos (2007), falando sobre a paisagem e, mais especificamente, sobre a paisagem urbana, afirma:

A ideia de paisagem na perspectiva geográfica, liga-se ao plano do imediato, aquele da produção do espaço analisado como produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza em um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas sob múltiplas formas de uso, seja através da construção da moradia, do lazer, das atividades de trabalho. Isto porque a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, surge enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre o morar, trabalhar, viver (Carlos, 2007, p. 33).

Essa autora traz, como se observa, a ideia da paisagem como parte da obra coletiva da cidade, resultado da produção da sociedade na qual contempla todas as dimensões humanas (Carlos, 2007). Indo nesta direção, trata-se da concepção de analisar a paisagem carregada de significados, onde ela é a expressão viva da sociedade que se locomove e move as dinâmicas e interage, mas que também é palco dos conflitos socioeconômicos.

Perceber a paisagem urbana, como se deseja realizar nesta pesquisa, como expressão das relações que se desenrolam na cidade significa compreendê-la como um espaço marcado por relações de poder que movem e transformam, conforme as novas adequações impostas pelo

sistema capitalista e, de modo relacionado, pelas transformações tecnológicas que surgem a todo o momento.

Assim como Monbeig (1956) indica, é um erro da Geografia ensinar os fatos isoladamente, sem conexão com o processo que levou a este resultado, por isso ao trabalhar a paisagem de um determinado local, precisa-se estudar a história do lugar entendê-la na conjuntura social e econômica do qual ela se constituiu, para que se tenha a compreensão do complexo geográfico. Entende-se, que para analisar um determinado local, uma paisagem, tem que analisar primeiro separadamente cada parte isoladamente, para que assim possa se ter a análise completa e entendimento de tudo que está presente neste lugar.

Assim, se faz necessário aprofundar análises acerca deste sistema, conforme Monbeig (1956, p. 12) diz a respeito do complexo geográfico:

Este se exprime, antes de tudo na paisagem, a qual, formada una e indissolúvelmente pelos elementos naturais e pelos trabalhos dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico. Por esta razão, o estudo da paisagem constitui a essência da pesquisa geográfica. (Monbeig, 1956, p. 12).

E esse autor chama a atenção para o cuidado ao analisar a paisagem para que não fique na mera descrição e na sua aparência concreta, pois “[...] A paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes do complexo. Nem sempre nela se encontrarão expressos com clareza os modos de pensar, as estruturas financeiras, que são, entretanto, parcelas apreciáveis do complexo geográfico” (Monbeig, 1956, p. 12). Devido a isso, ela é fundamental para o estudo espacial e social, pois como Monbeig (1956, p.12) ressalta “A paisagem é um ponto de partida, mas não um fim. Resulta do complexo geográfico, sem confundir-se com ele”.

A paisagem por ser algo muito amplo envolve diversos fatores que a compõe, principalmente falando neste momento, da paisagem “não visível” (nos remetemos ao não visível sobre as ações que ocorrem, sejam políticas, econômicas e das demais esferas, mas que, se inserem e apresentam-se na paisagem, modificando-a e reformulando, atingindo a vida humana que se insere neste espaço) é algo que muda e se transforma a todo o momento, a cada decisão em instantes, cabendo ter discussões voltadas e olhares atentos a todas as transformações que ocorrem simultaneamente. Essas transformações, como já dito, impactam direta e indiretamente na vida dos moradores das cidades, por isso, é de fundamental importância que esse assunto seja, didaticamente, tratado em sala de aula.

Seguindo por uma perspectiva, concordamos com Besse (2014) quando ele diz que “a paisagem é um espaço social” e é sobre esse espaço social e político construído que iremos nos

debruçar. Nos estudos sobre a paisagem há múltiplas concepções teóricas de análise, reconhecemos que todas são muito importantes, mas como este trabalho parte de uma concepção de entender o meio vivido – a cidade, para que além de entender as formas e funções das cidades, este passa a se reconhecer como um cidadão crítico sobre a sua realidade, partiremos de uma visão crítica sobre a análise da paisagem urbana.

Contudo, antes de dar continuidade e entrarmos no assunto sobre as Cidades e as suas dinâmicas para falarmos de sua paisagem urbana, vamos discutir e refletir no próximo tópico desta seção a respeito, mais propriamente, do conceito de paisagem no ensino de Geografia.

3.5.2. O uso do conceito de paisagem no ensino de Geografia: a formação de conceitos como meta para processo ensino-aprendizagem de Geografia na Educação Básica

Como já mencionamos nesta dissertação, temos por pressuposto que a educação geográfica tem por objetivo desenvolver no aluno um modo específico de pensar – o pensamento geográfico – habilitando-o, considerando as demais disciplinas do currículo escolar, para uma leitura crítica do mundo, neste caso específico, para a compreensão da espacialidade da vida humana (Brasil, 2017; Cavalcanti, 2013; 2019; Azambuja, 2018; Lopes, 2010; Callai, 2013). Por meio dos conteúdos por ela veiculados, a finalidade fundamental do ensino de Geografia, e podemos dizer, da escola como um todo é, nesta perspectiva, prover aos alunos a reflexão teórica para que, por meio dela, possam estabelecer as conexões existentes entre o que vivem e experimentam em seu cotidiano com outros lugares do mundo: o olhar geográfico.

Assim, como observa Cavalcanti (2013, p. 59) “Os conceitos geográficos, que perpassam os conteúdos escolares que se veiculam nas aulas de Geografia, são instrumentos para compor esse olhar. O sentido da escola e das aulas dessa disciplina tem, então, esse sentido: o de ajudar o aluno a relacionar-se com o mundo como um objeto de pensamento”. Na mesma perspectiva de Cavalcanti, afirma Lopes (2010):

O repertório de teorias que compõe a ciência geográfica [e ressignificados, segundo os objetivos da disciplina escolar], se constitui, assim, em uma ‘janela’ da qual o geógrafo e o estudante de Geografia (ainda que em diferentes níveis de compreensão) podem observar e analisar a sociedade (Lopes, 2010, p. 85).

Por conseguinte, entendemos que a apropriação pelos alunos dos conceitos estruturantes do pensamento geográfico (espaço, região, lugar, território e paisagem) é uma condição

fundamental para a compreensão da realidade, conforme já foi afirmado, para além de sua dimensão meramente empírica. Como afirma Cavalcanti (2013, p. 62-63) a formação de conceitos permite aos alunos realizarem “[...] generalizações e ver o mundo, não somente como um conjunto de coisas, de objetos. O modo de pensar por conceitos é capaz de converter tais coisas/objetos, por meio de operações intelectuais (análises, sensações, imaginação), em objetos espaciais (teoricamente espaciais).”

Sobre, especificamente o conceito de paisagem a mesma autora afirma:

Quanto ao conceito de paisagem, é importante observar que trabalhar esse conceito na perspectiva dialética significa levar ou proporcionar momentos para o aluno aprender a ir além do nível empírico-objetivo com paisagem: ela é uma realidade dada (pode ser a paisagem do bairro, da casa, da escola, mas, também, pode ser a de uma cidade, de uma área de preservação localizada em regiões distantes); seu conhecimento e seu significado extrapolam essas características mais objetivas, pois envolvem a imagem, a construção cultural, as rerepresentações sociais. Ela é uma realidade objetiva, possui uma dimensão sensível, da observação, da imaginação. Porém, aprender uma paisagem com seu significado requer uma aprendizagem; uma aprendizagem do ‘olhar’. Pela observação, mas, mediada pelo pensamento teórico, o sujeito constrói uma representação objetiva/subjetiva da paisagem (Cavalcanti, 2013, p.62).

Conforme elucidado inicialmente, o uso dos conceitos é uma importante ferramenta educativa no ensino geográfico. Mas como o conceito de paisagem pode ser utilizado no ensino de Geografia? Como usar esse conceito de forma teórico/prática fazendo a conexão com o cotidiano dos alunos, visando superar o seu uso meramente descritivo? Enfim, como tornar os conteúdos geográficos de modo geral e, particularmente, o conteúdo cidade mais significativo¹ aos alunos?

Observamos ocorrer de modo intenso e veloz modificações nas dinâmicas sociais, que acompanham o ritmo global de mudanças ligadas às diversas questões como, por exemplo, tecnologia da informação, mercado internacional, questões políticas, e entre tantas ações que ocorrem no mundo, e que acabam influenciando a vida das pessoas de modo geral e, especialmente, as atividades escolares.

Assim, os alunos, hoje, ainda que desigualmente, possuem acesso às novas tecnologias: cada vez mais com acesso a todo momento à internet, ao celular, às redes sociais, etc., o que acarreta em consequências, não raramente negativas para o cotidiano da sala (pois o acesso de à celular em sala de aula mesmo que proibido, ocorre e muito durante as aulas), mas também

¹ Utilizamos a concepção de aprendizagem significativa em uma concepção mais restrita, no uso consciente do cotidiano dos alunos, por isso destacamos que ao utilizar este termo não estamos empregando o conceito de aprendizagem significativa de David Ausubel.

positivas, pois o professor pode usar isso em favor da dinâmica das aulas com atividades que utilizam internet, entre outros. Mas mesmo tendo uma “face” positiva, esta situação torna o trabalho do professor ainda mais desafiador.

Muito se levanta a questão a respeito de como a Geografia escolar lida e pretende lidar com essas novas formas de sociabilidade no atual momento em que vivemos. Percebemos que na paisagem de um determinado lugar estão inseridas as muitas relações que ocorrem neste mesmo espaço. Podemos chamar de relações internas e também há a expressão inserida de relações externas. Observamos, neste momento, que o estudo geográfico mediado pelo uso da paisagem, mais especificamente da paisagem urbana, pode estudar essas muitas ligações que ocorrem das paisagens.

Moreira (2007) fala a respeito das novas formas do capital e do sistema de mercado que atuam nas cidades e também dos países se relacionarem na intensificação das trocas com a mundialização das redes onde ele chama de “fluidificação - onde o espaço vai se tornando liso e fluído. A mobilidade e a compreensão do espaço eliminam a barreira das fronteiras, arrumando em rede o espaço que vai resultando desse desenho” (Moreira, 2007, p. 97).

Devido a esse processo de fluidificação a paisagem se torna “mutante”, o que torna as novas categorias de representação pensarem novas formas de representá-la, porque se no passado a paisagem mudava em ritmo secular, quase sem movimento, hoje com o processo avançado de inserção das novas tecnologias de informação, segundo esse autor aparece a paisagem das mutações aceleradas (Moreira, 2007).

Em consequência, estamos cada vez mais inseridos em um mundo marcado pelas transformações tecnológicas. Há, rapidamente, o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e ela ocorre simultaneamente, então passamos a ter acesso muito mais rápido a conteúdos que antes só víamos nos jornais impressos e televisivos. E diante de todo esse processo, Cavalcanti (2006) questiona sobre como que fica o ensino da paisagem no ensino de Geografia? Considerando a atualidade da sociedade fortemente tecnológica ela afirma:

Por um lado, eles permitem a simultaneidade, ou seja, “presenciar” todos os fenômenos e acontecimentos, pois a comunicação ocorre em tempo real. Permitem também colocar “à disposição”, para o mundo, o conhecimento acumulado. Mas, por outro lado, a comunicação de massa tem levado a um processo de homogeneização cultural – como a universalização dos gostos, da alimentação, dos hábitos de consumo, do lazer, dos modelos de vida social; à democratização da ideia de consumo, do ideal de consumo (Cavalcanti, 2006, p. 29).

Esse processo ocorre aproximando e distanciando realidades, e a preocupação que a autora levanta sobre as tecnologias é a de que “[...] essa realidade tem afetado a percepção espacial a tal ponto que já se questiona a validade de algumas categorias clássicas da Geografia, como a paisagem, que tem tradicionalmente um componente empírico e, no entanto, atualmente pode ser produzida e percebida virtualmente” (Cavalcanti, 2006, p. 29).

Essa preocupação é muito pertinente, pois há todo um processo tecnológico e o ensino tem sim de acompanhar as novas demandas da sociedade, ou seja, se questionar, criar novos modelos para se tornar atrativo e também comunicar com essas novas linguagens existentes. Mas também temos de ter cuidado, pois perder o conhecimento sobre o espaço imediato torna os estudantes apáticos quanto a sua realidade, por isso o conhecimento da paisagem, além dos demais conceitos geográficos se torna muito importante com essas novas realidades instantâneas.

Segundo Cavalcanti (2006) esses novos contextos evidenciados demonstram mais que uma simples mudança de fatos e processos econômicos, correspondendo por ser essa conjuntura social a produção de uma nova cultura, um novo espaço, uma nova espacialidade, configurando-se por ser bastante complexas e requer análises amplas. E “[...] para essa análise, é necessário articular conhecimentos integrados, interdisciplinares, abertos, que consigam abalar a tradição moderna de produção científica” (Cavalcanti, 2006, p.30).

De acordo com Moreira (2007, p. 105) “A geografia é uma forma de leitura do mundo” e, “A educação escolar é um processo no qual o professor e seu aluno se relacionam com o mundo através das relações que travam em si na escola e das ideias”. E assim, conclui: “A Geografia e a educação formal concorrem para o mesmo fim de compreender e contribuir com o mundo a partir das ideias que formam dele” (Moreira, 2007, p. 105). Dentro dessa nova conjuntura marcada por uma sociedade “tecnizada”, a Geografia se torna uma ciência mais plural, reafirmando-se o seu foco que é o estudo da análise do espaço e, por outro lado, torna-se mais consciente de que este (o espaço) é uma dimensão da realidade, e não a própria realidade, complexa e interdisciplinar por si mesma.

Neste contexto, respeito do papel da Geografia escolar Cavalcanti (2006) afirma:

A educação geográfica, realizada com os conhecimentos da Geografia escolar, considera que os interesses, as atitudes e as necessidades sociais e individuais dos alunos mudam em função dessa nova realidade espacial, sendo assim, não pode ficar alheia às mudanças da Geografia acadêmica. Para que os alunos entendam os espaços de sua vida cotidiana, que se tornaram extremamente complexos, é necessário que aprendam a olhar, ao mesmo tempo, para um contexto mais amplo e global, do qual todos fazem parte, e para os elementos que caracterizam e distinguem seu contexto local. Entendendo que para atingir os objetivos dessa educação, deve-se levar em consideração, portanto, o local, o lugar do aluno, mas visando propiciar a construção pelo aluno de um quadro de referências mais gerais que lhe permita fazer análises mais críticas desse lugar (Cavalcanti, 2006, p. 32).

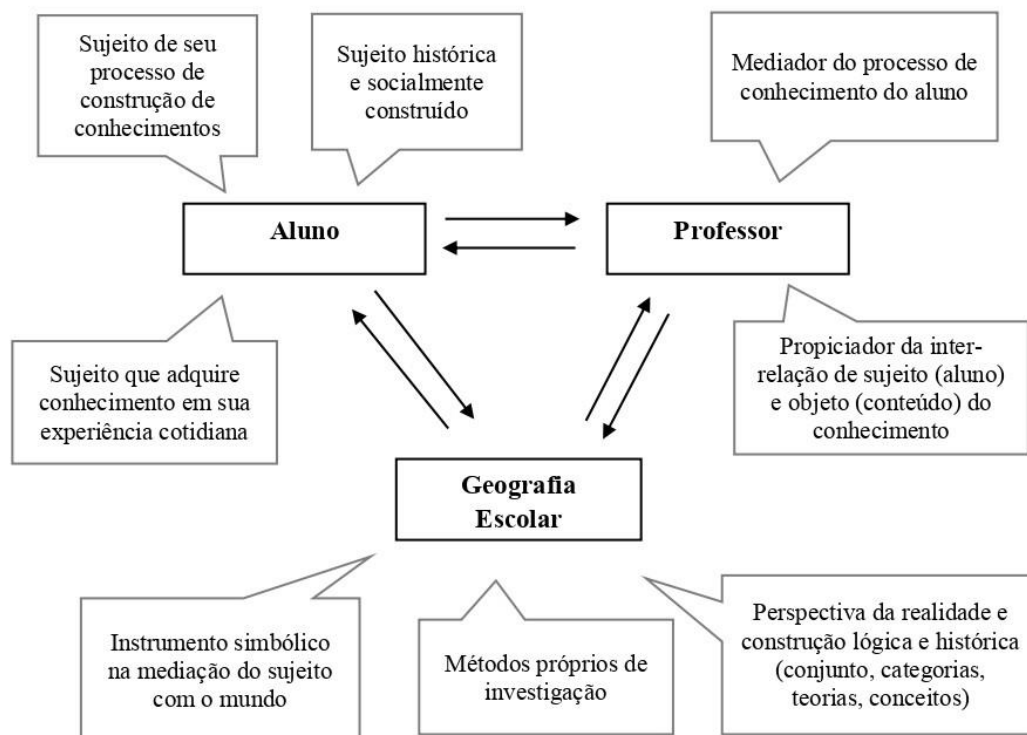
Nesse sentido, o ensino de Geografia pretende despertar no aluno uma visão crítica sobre o mundo e a sociedade, que alcance certo entendimento sobre suas espacialidades considerando, didaticamente, o entorno do aluno, isto é, a realidade na qual está inserido. A partir do desenvolvimento intelectual que a Geografia pretende, Cavalcanti (2006, p. 33) indica certas capacidades e habilidades que por meio do ensino atrelado nas aulas pelo uso dos conteúdos geográficos devem alcançar, considerando as novas dinâmicas da sociedade. São elas:

- Uma atitude indagadora diante da realidade que se observa e se vive cotidianamente;
- Uma capacidade de análise da realidade, de fatos e fenômenos, em um contexto socioespacial;
- A consideração de que os objetos estudados têm diferentes escalas, ou seja, levar em conta suas inserções locais e globais;
- A consideração de que há uma multiplicidade de perspectivas e tipos de conhecimentos;
- Uma compreensão de que conhecer é construir subjetivamente a realidade;
- Uma percepção de que há temas complexos que devem ser tratados como tais (que as coisas não são simples, que sempre há várias perspectivas na construção de explicações sobre uma dada realidade);
- Uma compreensão de que os fenômenos, processos e a própria Geografia são históricos;
- Uma convicção de que aprender sobre o espaço é relevante, na medida em que é uma dimensão importante da realidade.

Para construir uma educação geográfica significativa, tal qual mencionado, é necessário superar a didática tradicional pautada na simples memorização e na repetição de conteúdos ou conceitos. De nosso ponto de vista, se pretendemos desenvolver nos alunos uma perspectiva crítica e indagadora diante do mundo, isto é, para que estes possam “pensar geograficamente” temos que colocá-los como participantes ativos do processo de ensino, considerando, por óbvio, as espacialidades, nas quais estão imersos, ou seja, pelo exame atento do cotidiano que os envolve.

É salutar, neste sentido, o exame da Figura 2, elaborada por Cavalcanti (2012), na qual demonstra os elementos do processo de construção do conhecimento crítico – por ela denominada construtivismo crítico –, na qual se considera o aluno como sujeito ativo de seu próprio processo de desenvolvimento e o professor mediador qualificado deste mesmo processo.

Figura 2: Elementos do processo de ensino pela perspectiva do construtivismo crítico



Como observamos nesse esquema (Fig. 2) a autora apresenta os três elementos fundamentais do processo de ensino: o **aluno**, o sujeito da aprendizagem, que já tem uma bagagem de conhecimentos empíricos socialmente construídos na experiência cotidiana; o **professor**, mediador do processo de ensino e do conhecimento do aluno, aquele que domina o conhecimento científico sistematizado; e os conhecimentos, habilidades e valores que compõem; e a **Geografia escolar**, instrumento simbólico que permite aos alunos o estabelecimento de uma nova (e profunda) relação com o mundo mediada por conceitos. É importante salientar que nesse processo didático os alunos são sujeitos ativos de seu desenvolvimento e da apreensão de novos conhecimentos e habilidades e não meramente receptores. Nessa perspectiva, asseveramos que colocar o aluno em posição de destaque em seu próprio processo de aprendizagem é respeitá-lo enquanto ser humano que trilha um caminho que visa a seu pleno desenvolvimento intelectual.

Sobre essa concepção, Cavalcanti (2012, p.42) diz:

Esse entendimento implica, resumidamente, afirmar que o objetivo maior do ensino é a construção do conhecimento pelo aluno, para que todas as ações estejam voltadas à eficácia do ponto de vista dos resultados no conhecimento e do desenvolvimento do aluno. Tais ações devem pôr o aluno, sujeito do processo, em atividade diante do meio externo, o qual deve ser “inserido” no processo como objeto de conhecimento, ou seja, o aluno deve ter com esse meio (que são os conteúdos escolares) uma relação ativa, como uma espécie de desafio que o leve ao desejo de conhecê-lo.

Como observamos, adquirir novos conhecimentos não é um processo espontâneo, pelo contrário, como ressaltava Cavalcanti (2012, p. 42) “É uma atividade consciente e intencionalmente dirigida por outro agente, que é o professor”. O aluno, portanto, deve ser colocado em situações didáticas para pensar e desenvolver as suas habilidades, confrontados com questões e problemas impostos pelo professor-mediador, resultando em uma construção coletiva e o mais importante centrado no objetivo do aprendizado eficaz para os alunos perante a sociedade em que vive para que esse aprendizado tenha verdadeiro significado.

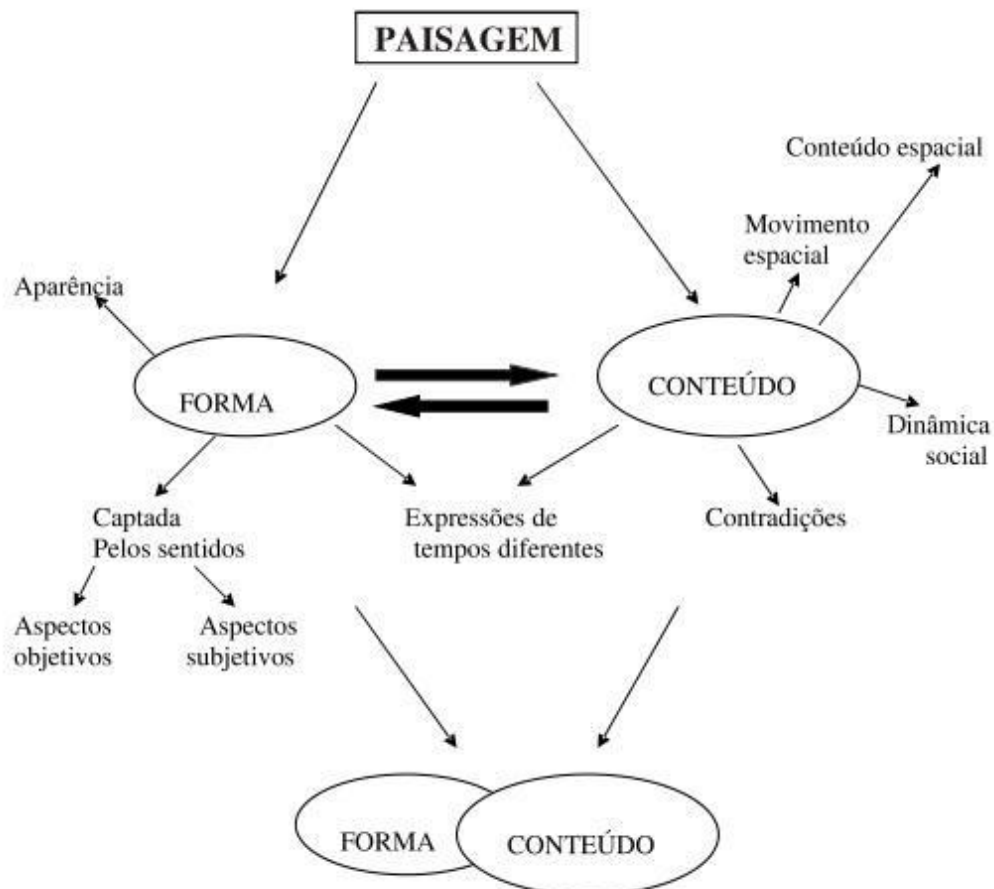
Segundo já vimos, a partir das ideias seminais de Santos (2007) e corroborada por outras autoras, como, por exemplo, Cavalcanti (2006; 2013; 2019) e Callai (2013) a paisagem é a materialização de um instante da sociedade - uma fotografia -, enquanto o espaço geográfico contém o movimento dessa sociedade. Daí podemos afirmar, por isso, que “paisagem” e “espaço geográfico” constituem um par dialético, ou seja, se influenciam mutuamente no fluir histórico.

O uso didático do conceito de paisagem no ensino da Geografia escolar busca, portanto, afastar-se da mera descrição dos objetos geográficos que compõe o espaço geográfico. Muito embora o processo de descrição seja um momento importante na metodologia que aqui se vislumbra, é preciso ir além. Como indica Cavalcanti (2006, p.39):

No ensino de Geografia, é necessária a formação do conceito de paisagem, que pressupõe a concepção de que os espaços têm uma forma que expressa seu conteúdo (o movimento social), de que a paisagem revela as relações de produção da sociedade, seu imaginário social, suas crenças, seus valores, seus sentimentos.

Neste sentido, Cavalcanti (2006) afirma que a paisagem é reveladora não somente das relações de produção da sociedade, a estrutura da sociedade, como também é reveladora do imaginário social, as crenças, os valores, os sentimentos das pessoas. O esquema retratado na Figura 3 permite aprofundar a compreensão das instrumentalidades didáticas presentes no conceito da paisagem geográfica e disponíveis ao ensino de Geografia.

Figura 3: Sistematização do conceito de Paisagem



Essa representação (Fig. 3) evidencia os elementos fundamentais que compõem a paisagem, mostrando, para além das formas visíveis, a relação dialética que se estabelece entre estas e seu conteúdo, ou seja, a forma e o conteúdo se condicionam mutuamente, pois uma se apresenta na outra. O conteúdo (a dinâmica social, econômica e cultural – locais e globais – que ocorrem no lugar) determina o surgimento das formas geográficas que constituem a paisagem.

Nessa condição, a forma é a aparência, ou seja, aquilo que pode ser captado pelos sentidos humanos, mas que, ao mesmo tempo, pela análise tal qual se apresenta, é reveladora das diversas ações (conteúdos) que ocorreram ao longo do tempo. O estudo da paisagem pode ser muito complexo, pois, como vimos, considera os elementos que não estão visíveis ao observador, mas que se apresentam nas formas que constituem uma cidade que, como sabemos, pode ser mutável durante as horas do dia, com a composição do movimento das pessoas indo e vindo do trabalho, em datas comemorativas que, eventualmente, gera o turismo e muda temporariamente a configuração da paisagem.

Evidenciamos, portanto, que o aluno, à semelhança do geógrafo, deve aprender a ver e analisar a cidade como um sistema de conceitos e que o conhecimento empírico, ainda que importante, é incapaz de revelar a essência dos processos que a produzem e a transformam, menos ou mais intensamente, de forma contínua. Por essa razão, reiteramos que ensinar Geografia é ensinar um modo de pensar mediado pelo uso dos conceitos estruturantes dessa ciência, especialmente, nesse caso, o de paisagem.

Como assinalamos, há uma seletividade quando trabalhamos com a percepção da paisagem de um determinado local ou lugar, porque cada sujeito tem, em seu particular, percepções diferentes. Cada paisagem, portanto, “[...] tem memórias e essas são as histórias do que ali naquele lugar já foi vivido e acontecido seja pela natureza, seja pelos homens e na sua relação entre homem e meio” (Callai, 2020, p.63). Duarte (2006) faz considerações sobre as percepções individuais do sujeito sobre o imaginário urbano. A fim de entender mais claramente, o autor nos revela que a imagem concreta da cidade não é o único referencial, ou seja, a cidade tal qual se apresenta em sua paisagem e suas dinâmicas, mas cada um possui uma percepção individual da cidade devido a sua vivência e essa projeção é distinta para cada um.

Para compreender melhor, ele propõe um trabalho de pesquisa sobre a cidade percebida e cidade comunicada, que compreendemos por ser um bom caminho para ser realizado com alunos. Em primeira posição a cidade percebida, é a análise de como as pessoas percebem e representam esta percepção da cidade vivenciada. Existe a cidade tal como ela é, e existe a cidade na ideia das representações individuais. Nesta concepção “consideramos que a cidade

é tanto a sobreposição irregular das cidades que estiveram antes dela, nela, que foram o antes do que ela é, como também a justaposição das vivências urbanas de seus habitantes e de seus usuários” (Duarte, 2006, p. 106).

A cidade percebida origina-se tanto das percepções concretas que se tem da cidade como das projeções feitas sobre ela. O autor faz a análise como, por exemplo, de um bairro considerado perigoso mesmo que não ocorra mais crimes que em outros bairros, mas que olhando e analisando a imagem do bairro, podendo ser por falta de iluminação, arruamento estreito, ser favelizado, a percepção que se projeta é de insegurança, e assim a assimilação interna que se faz é de que é um bairro perigoso, e a informação que é projetada e passada a diante. Portanto, a compreensão da cidade percebida é reter a informação da cidade percebida por quem vivencia ela (Duarte, 2006). Duarte (2006, p. 107) nos revela que “a cidade é formada por uma sobreposição de camadas de outras cidade que existiram antes”.

Comunicando o que Duarte (2006) chama de rastros urbanos e no exercício de análise da paisagem da cidade consideramos as heranças do passado, e como o autor nos apresenta, a busca desses rastros, a busca da história nos faz entender a cidade tal qual ela é nos dias atuais do que a de reconstruir o seu passado.

A cidade comunicada é em relação a imagem da cidade, observa-se, não a sua paisagem, mas a imagem a que é atribuída. A imagem da cidade pode ser formada tanto pelo o que ela é e tanto mais pelo o que é dito que ela é. É inserção mental de uma futura cidade, “[...] é o uso futuro da cidade que busca, se inserir na cidade presente para já formá-la no imaginário urbano” (Duarte, 2006, p. 108).

Foi feita essa conexão sobre as percepções no estudo da cidade para evidenciar como estudar a cidade é algo complexo e que exige, antes de tudo, entender como é entendida por quem a vive, e assim entender sua história na busca de compreender as suas dinâmicas atuais, pois muito do que se realiza na atualidade é reflexo da história de uma cidade, como o caso de Maringá, que veremos mais adiante.

Seguindo a análise e referindo, especificamente a paisagem urbana:

Pode-se dizer, enfim, que a paisagem de uma cidade é o resultado dos dados físicos, que decorrem da natureza, tais como a vegetação, o relevo, a hidrografia, o clima, estes todos em sua versão natural, mas de natureza transformada também. Mas há outras formas físicas também que são os edificados: os prédios, as ruas, os caminhos, as praças, os monumentos, os símbolos, a estrutura urbana. E há também a história e as diversas histórias particularizadas, a memória, a simbologia, que expressam os sentimentos, a cultura do lugar. Esta (cultura) é a síntese, é o que permite dar a identidade. (Callai, 2020, p. 63).

Podemos dizer que a memória também faz parte da paisagem, essa pode se remeter a paisagem afetiva do lugar, podendo representar épocas passadas e que no transcorrer das mudanças do espaço, modifica-se para se integrar nos novos meios que a sociedade está vivendo, e há os espaços de continuidade, representando esse período (também afetivo) passado. As construções antigas permanentes nas cidades junto com as novas construções que refletem a atualidade trazem um contexto interessante para o estudo da paisagem, pois mostra as continuidades e descontinuidades que refletem as mudanças socioeconômicas do local e também de mundo.

Fazer a leitura da paisagem é, portanto, uma possibilidade para que seja lida a realidade, seja lido o mundo da vida que acontece no lugar. Ao fazer a leitura vai se percebendo a história, o movimento, a mobilidade territorial, a seletividade espacial que é resultado do social. Pela cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma ou de outra forma, pode-se perceber os laços que os indivíduos traçam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente, à natureza. (Callai, 2020, p.64).

Para o ensino, busca-se meios e caminhos para que o ensino Geográfico seja efetivo e valoroso aos nossos alunos, ao analisar a paisagem utiliza-se da observação, descrição, interpretação e representação do espaço tal qual ele se representa, buscando a compreensão efetiva. Desta forma:

A leitura da paisagem se apresenta como uma possibilidade de fazer a leitura da realidade por meio de tudo o que existe naquele lugar, que se torna visível porque está edificada, materializada no território. Mas também nas entrelinhas daquilo que é visível, e estes expressam os motivos que desencadearam os fenômenos e expressam as relações dos homens entre si e destes com a natureza. (Callai, 2020, p. 64).

Uma prática pedagógica que considera o aluno no processo do ensino aprendizagem e não apenas como ouvinte em sala de aula contribui para a formação cidadã e trabalhar as imediações, a cidade vivida contribui para a formação dos conceitos científicos. Destarte:

Compreender a Geografia do lugar, onde se vive significa saber que as paisagens são diferentes, que podemos identificar nas construções diferentes momentos históricos em uma mesma rua; compreender os fluxos de pessoas e mercadorias, e as áreas de lazer, industriais e comerciais. [...] Reconhecer que ao estudar os lugares por meio da paisagem o aluno tem a possibilidade não apenas de aprender a realidade, mas de ter a noção da complexidade da Geografia do lugar que está expressa no local. (Castellar, 2013, p.188-189).

A escola possui um papel muito importante na vida dos alunos, por ser um ambiente acolhedor abrindo os espaços para os alunos serem criativos é de suma importância, para alguns,

é apenas neste espaço que se pode desenvolver melhor suas habilidades. A escola - espaço físico e o ensino são duas coisas que precisam estarem alinhadas no propósito de formação científica dos alunos, pois como salienta Castellar (2013) é preciso ter coragem para enfrentar e propor um ensino de qualidade contrapondo as imposições neoliberais que se firmam nas escolas.

Entre os muitos problemas que os sistemas educacionais da rede básica de ensino passam na atualidade é a perda de atenção e ânimo por parte dos alunos em estudar. Isso pode estar atrelado a diversos fatos, mas um que se destaca é a perda de atenção para o uso das tecnologias, como também ao modelo das aulas sendo apenas tradicionais. O uso tecnológico atrelado aos objetivos educacionais podem ser muito positivos, mas não é o único caminho.

Assim como o modelo tradicional das aulas centrados em quatro paredes, ficar apenas em sala de aula pode ser extremamente desestimulante, assim como não facilita na compreensão mental de atividades que requerem o exercício do olhar. Ressaltamos que o trabalho de campo é muito significativo no desenvolvimento das habilidades de compreensão e correlação dos temas e conceitos geográficos, sendo ambos (sala de aula e campo) trabalhados juntamente.

Na próxima seção, falamos sobre as relações que transcorrem nas cidades, para assim entendermos o que há por trás do visível na paisagem urbana.

4. O ESTUDO DA PAISAGEM URBANA: A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO NA CIÊNCIA E NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A educação é um processo social, é desenvolvimento.

Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

(John Dewey)

Apresentamos, na seção anterior, a discussão sobre conceito de paisagem na Geografia destacando, de modo relacionado, sua importância para a organização didática do ensino comprometido com a formação do pensamento geográfico dos alunos. Buscamos, nesse sentido, mostrar a relevância da apreensão dos conceitos geográficos de modo geral e, especialmente da paisagem, como instrumento simbólico potencializador do desenvolvimento do pensamento e da ação dos alunos.

Em continuidade, considerando o objetivo geral dessa dissertação: a apresentação de roteiros didáticos para a leitura e a interpretação da paisagem urbana da cidade de Maringá, discutimos os significados atribuídos à cidade e à paisagem urbana de modo a subsidiar o cumprimento de nossos objetivos. Depois de apresentar, segundo a literatura selecionada, uma visão mais geral a respeito das cidades e da paisagem urbana ofereceremos aos leitores uma caracterização da cidade de Maringá, Pr.

Oliveira (2014), recorrendo Ana Fani A. Carlos, afirma que

A cidade é, antes de qualquer coisa, trabalho objetivado, materializado, fruto do processo de produção realizado ao longo de uma série de gerações, que, com a acumulação dos tempos, aparece por meio da relação entre o ‘construído’ (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o ‘não construído’ (o natural) articulando o novo e o velho de um lado; e de outro, o movimento, a realização das marcas da vida que se realiza no lugar (Oliveira, 2014, p. 612).

As cidades foram se reformulando ao longo do tempo, conforme se estabeleciam novas relações econômicas e sociais que exigiam e provocaram efetivamente, mudanças na estrutura da sociedade de modo geral. Na transição do feudalismo para o capitalismo, por exemplo, a cidade aparece como um lugar de trabalho livre. A cidade, neste momento, representa a liberdade do homem, mesmo sendo relativa (a noção de liberdade) pois os ofícios já eram regulamentados pelas corporações. A cidade “nasce” e “renasce” devido à intensificação das relações de trocas, o que intensificou com as relações comerciais entre cidades e consequentemente países (Santos, 2007).

Na atualidade, além de locais de moradia e do trabalho das pessoas, as cidades representam o local de consumo das pessoas. A respeito do consumo, Santos (2007), salienta que nos grandes centros urbanos os motivos de migração da população a outras cidades são em busca do consumo, as que dispõem da mobilidade de ir e vir para outra cidade e consumir e retornar ao seu local de moradia – cidades pequenas que não oferecem esses benefícios, e os que não tem a disponibilidade de ir e vir por possuir menos renda, vão e ficam nas cidades grandes. “Quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para o aumento do número de migrantes para os maiores centros”. (Santos, 2007, p.62).

As cidades evoluíram de lugares de trocas de produtos para o local como o produto propriamente dito, os centros das cidades se tornaram lugares de consumo e também consumo do lugar como afirma Lefebvre (2001). Isso ocorre devido ao valor agregado ao lugar da cidade, local de poder.

A hierarquia das cidades muda conforme as suas necessidades, mas muito o que se vê são centros urbanos destinados ao consumo e a periferia das cidades destinadas às pessoas de classe média-baixa. A instituição dessas hierarquias dentro do urbano ocorre quando as pessoas de classe alta se sentem com seus privilégios ameaçados devido à democracia urbana, quando o proletariado ocupa o mesmo espaço que pessoas abastadas. Então ocorre a “expulsão” do centro urbano e da própria cidade, o proletariado destruindo a urbanidade. (Lefebvre, 2001).

Os centros são servidos de redes de lazer e consumo, quando relega à classe trabalhadora a moradia fora dos centros urbanos, nas “bordas das cidades” essas redes de serviços não são instaladas nesses locais, o que dá direito ao acesso a uma pequena parcela da população das cidades, assim,

A consciência social vai deixar pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianidade, do consumo. Com a “suburbanização” principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitação, disponível para um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai dissipar. (Lefebvre, 2001, p.25).

Em contrapartida, ocorre outro movimento urbano, no qual as pessoas abastadas buscam moradias em localidades não centrais, e ficando ao centro construções comerciais, destinadas para o consumo e escritórios destinados ao trabalho. Mas essa população que sai da centralidade

o seu habitar não é parecido com os do proletariado, as paisagens dessas localidades são diferentes e o acesso ao lazer é garantido. (Lefebvre, 2001).

O valor do solo urbano muda conforme a destinação de seu uso, antes era observado nas periferias urbanas lugares de segregação socioespacial, hoje com a presença cada vez maior de condomínios horizontais fechados nas áreas periféricas urbanas, como observa-se em cidades médias e grandes brasileiras. A realidade desses condomínios evidencia como o uso do solo urbano é especulativo, mudando o valor conforme os agentes imobiliários destinam o seu uso.

Observa-se que desde a concretização da cidade pós-industrial inicialmente já ocorria a segregação do espaço e o uso do espaço pelo valor, o que se agrava com os processos de industrialização acelerada, a sociedade torna-se cada vez mais capitalista e desigual e os espaços das cidades são fatiados pelo valor agregado, ficando em áreas privilegiadas e com acesso às redes de informação às classes altas e ao comércio e as classes médias/baixas áreas mais periféricas, ou se bairros da classe mais alta passa a se localizar na periferia, estes são dotados de equipamentos e estrutura.

As cidades apresentam uma funcionalidade para dar suprimento as demandas capitalistas. Sobre isso Lefebvre (2001, p.51-52) ressalta,

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediate, das relações diretas entre pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa num meio-termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de **ordem próxima** (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a **ordem distante**, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado) por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. (Lefebvre, 2001, p.51-52). (Grifos nossos).

Entender o sistema de ordens que rege as dinâmicas nas cidades mencionadas pelo autor, é entender, ao mesmo tempo, o funcionamento social. A **ordem distante**, nível superior dotado de poderes, é o que dita como se organiza e funciona o social e o econômico, se projeta na realidade prático-sensível. E essa **ordem distante** se insere na **ordem próxima** e através dessa

ordem é que ela exerce o seu poder. (Lefebvre, 2001). Assim, nestes sistemas de ordens as cidades:

É uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e propriedade; é o local de reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre o terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano de vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a. (Lefebvre, 2001, p. 52).

Há na estrutura social do mundo muitas ações, que como mencionado, funciona em ordens, essas ordens representam os sistemas de leis de uma cidade, Estado e País, no qual muitos se revelam favoráveis ao sistema de ordem do capital. Quem o obtém (capital) possui influência sobre as classes mais inferiores, ditando e modelando e remodelando a estrutura social – o que envolve desde as diversas camadas sociais como também o ambiente vivido do ser humano.

Essas ações ocorrem conforme as determinações econômicas, o que, não raramente, exclui os mais pobres e segregam os espaços. Esse movimento do capital não é algo sutil, mas pode ocorrer sem transparência a olhos não atentos, porém é sentido nas mudanças culturais, informacionais, sentidos no urbano da cidade, nas relações e, conseqüentemente, na vida das pessoas.

Como observado, as modificações que ocorreram são principalmente devido às Revoluções Industriais que ocorreram e transformaram as dinâmicas da sociedade como um todo, levaram as cidades a se apresentarem tais como são hoje, acompanhando o ritmo do capitalismo de crescimento e comercialização de produtos. Esses processos que ocorreram (e ocorrem) e modelaram as cidades são de ordens político, econômico, social e cultural que se “infiltram” na sociedade por meio dos grupos dominantes. Eles se introduzem, se encarregam dos espaços e se apropriam modelando e remodelando conforme suas ambições. “Essas transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar delas suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo, o local e o meio, o teatro e arena dessas interações complexas” (Lefebvre, 2001, p.58).

Vale ressaltar que as mudanças que ocorrem nas cidades não são apenas devido aos processos de ordens globais, mas também em decorrência desses processos, da relação da cidade com o campo, pois o campo que antes atendia as necessidades da cidade, do seu local e comunidade passa a atender as demandas mundiais exportando seus produtos, e passando a sua produção para exportação. “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance”. (Santos, 2007, p.61).

A respeito das transformações espaciais, Corrêa (2000) nos diz que estas não são iguais em todos os espaços, tanto devido à sua natureza quanto à intensidade, quando se é retratado aos espaços urbanos e agrícolas. “O campo se adapta, metamorfoseia-se com relativa facilidade às demandas da formação espacial da qual faz parte”. (Corrêa, 2000, p. 125). E esse mesmo autor continua e afirma que:

A cidade, e por sua extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas – próprio das formações espaciais capitalistas – a cidade e a rede urbana reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas. (Corrêa, 2000, p.125).

As cidades apresentam grande capacidade de se reformularem para se adequarem aos meios do qual a sociedade se atualiza, que ocorre por meio da “continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas – próprio das formações espaciais capitalistas – a cidade e a rede urbana se reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas novas e velhas” (Corrêa, 2000, p.125).

Apresentando-se na paisagem das cidades as continuidades (espaços construídos velhos) e as descontinuidades (formações novas). Essa dinâmica do novo e velho que se refaz reflete a atuação de nível global da influência do capital que ocorre nas sociedades reformulando os espaços conforme as novas inovações vão surgindo, assim, como afirma Corrêa (2000, p.125) “[...] uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve inserida”.

As relações e definições que ocorrem no ambiente das cidades são diversos, pois trata-se de lugares de vivências e da realização da vida da maioria das pessoas, sendo assim todo o seu viver se passa dentro das cidades. Mas como de fato, a sociedade é regida pelo sistema capitalista, as transformações econômicas e sociais são para objetivar e concretizar a sua funcionalidade, sendo assim o espaço urbano – as cidades, o melhor destino para efetivar o sistema.

Por isso ao falarmos sobre a cidade e as suas dinâmicas falamos das relações sociais, pois elas compõem e dão forma junto ao movimento da construção das cidades, assim como ressalta Corrêa (2000),

Nas sociedades de classes, nas quais o fato urbano emerge, as características técnicas das atividades de produção, envolvendo uma necessária relação com a natureza, a finalidade da produção, os meios de circulação, as relações de produção, a estrutura de poder, os valores, crenças, mitos e utopias - que aparecem integradamente, definindo um dado modo de produção e suas formações espaciais - são determinantes das densidades demográficas, da renda e sua distribuição, e dos padrões culturais dominantes e subordinados. Estas características modelam a densidade de centros, o tamanho deles, as funções urbanas e as relações espaciais derivadas (Corrêa, 2000, p. 125).

A cidade comporta uma variedade de situações e atividades humanas e produtivas (em diversas escalas), neste local de encontro de diferentes culturas vivem e produzem suas vidas as pessoas que residem ou não nelas, podendo haver o movimento pendular de pessoas ao trabalho e a volta as suas cidades dormitórios. Neste sistema complexo que envolve muitas camadas para estudo e análise que é a cidade, sobre as ordens do Estado e de capitalistas, o encontro de diversas culturas, a dinâmica social, toda essa rede de encontros torna a cidade tal como ela é, onde ela demonstra variações de funcionalidades ao decorrer do dia, da semana e dos meses, ora local de trabalho, ora local de encontro e lazer e ora local de reivindicações sociais, etc., que compõe todas as dinâmicas que se passam sobre e na cidade.

Segundo Carlos (2007, p.21) ao realizar a análise espacial da cidade, relacionado aos processos de produção, não há a separação entre o espaço e a sociedade, visto que “[...] na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática social”. Por isso os espaços da cidade estão carregados de significações amplas que cabe a Geografia estudar. A autora continua:

A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. Desloca-se, assim, o enfoque da localização das atividades no espaço, para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução do espaço da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade — neste contexto, a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida. (Carlos, 2007, p.21).

Seguindo nesta direção, a cidade funciona como o local de reprodução e produção da vida humana, e junto com a vida humana as obras que ela produz. Podemos dizer assim, que a cidade é o local de encontro, como já dito, mas também o ponto de partida dessas realizações, pois elas se materializam-se na cidade – com as obras, edifícios, consumo, a vida de modo geral.

Portanto, ela pode ser entendida como “[...] produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais – relações produtoras de vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade”. (Carlos, 2007, p. 21). Abre-se assim, com esta perspectiva de análise da cidade, na dimensão espacial, para a análise da vida humana nas relações complexas que tudo abarca (Carlos, 2007).

Segundo Carlos (2007), há três planos nos quais se deve se atentar para o movimento do mundo global que se realiza nas cidades, sendo eles: o econômico, o político e o social; no quadro 1 a seguir está mencionado como esses três planos funcionam:

Quadro 1 – Planos de articulação sobre as Cidades

Econômico	Se caracteriza na cidade produzida como condição de realização da produção do capital - as frações do capital se materializam e se realizam através da produção dos espaços.
Político	A cidade é produzida como espaço de dominação pelo Estado – realizando-se na medida em que o Estado domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado.
Social	A cidade é produzida como prática socioespacial – elemento central da reprodução da vida humana.

Fonte: Carlos, 2007.

Org. Autora, 2023

Como é retratado neste quadro, no qual a autora menciona os três planos principais que possuem ordem global e que se realizam e aplicam no local – a cidade. Então, para analisar as suas relações precisa-se de ter um olhar não apenas no que se revela neste local de estudo, mas um olhar que contemple uma visão geral de mundo, para que assim a análise seja mais ampla, mesmo que sendo o estudo voltado para um município específico.

A cidade para além das realizações do capital e de suas demandas, ponto do desenrolar da vida humana-urbana, é o local que segrega e exclui a parcela da população que não “atende” as necessidades da vida de consumo, pois ela também é o local de poder, e na relação expressa do poder, quem não o tem está condenado a ser excluído e marginalizado de determinados espaços.

Ela é o local da materialização e produção do capital, mas também da luta social. Habitada por diferentes povos culturais, a cidade não é apenas um local físico, é local de reivindicação social, no qual diversos grupos e agentes sociais trabalham para uma melhoria

das condições de habitação para todos. A interação da vida urbana de diferentes grupos compõe a essencial natureza da vida urbana.

Esse complexo espaço marcado por relações de poder, de consumo, conflitos sociais e econômicos na produção desigual dos espaços e o acesso a eles e as lutas pelo direito cidadão da cidade, fazem parte das dinâmicas que ocorrem na cidade. Ressaltando que essas relações que ocorrem no espaço urbano ocorrem de maneira intensa. Se hoje a cidade é o lócus da materialização das relações produtivas, ela se configura de maneira essencial para o estudo e a análise geográfica nas escolas de nosso país.

No próximo tópico desta seção, destacaremos a “cidade ensinada”, ou seja, como a cidade numa perspectiva crítico-dialética, tem sido ou pode ser apresentada, na sala de aula de Geografia na educação básica.

4.1. A CIDADE ENSINADA NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Como já exposto, o foco desse tópico é a cidade ensinada na Geografia escolar a partir das possibilidades proporcionadas pelo estudo da paisagem urbana. Considerando-a em suas múltiplas relações – relações com as camadas sociais, com a organização social, com o consumo.

E de como tudo isso se envolve no cotidiano das pessoas que vivem e trabalham neste ambiente, destacamos a importância de se ensinar a cidade nas aulas de Geografia. Para que, por meio deste ensino os alunos possam se tornar mais conscientes sobre as características do seu entorno – do seu lugar de vivência – na devida interdependência com o mundo.

Segundo Cavalcanti (1999, p. 41), o ensino de Geografia de modo geral e, particularmente, o conteúdo cidade, contribui para a formação da cidadania por meio da “[...] prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escala organizada como um espaço aberto e vivo de culturas.” A sociedade mundial tem-se tornando cada vez mais urbanizada, devido a todo o processo que ocorreu após a Terceira Revolução Industrial, no qual a sociedade tem se tornado mais urbanizada e cada vez mais tecnológica.

A sociedade vive hoje intensas e contínuas mudanças, num processo cada vez mais rápido de inovações e de circulação de informações que torna, cada vez mais necessário, o estudo de temas relacionados ao espaço urbano e as cidades na educação básica (ensino fundamental e ensino médio).

Cavalcanti (1999) corrobora nos dizendo que:

A cidade torna-se tema importante a ser trabalhado na escola fundamental, num projeto de formação da cidadania. A escola, porém, não é a única instância de formação de concepções práticas de cidade, habilidades básicas no exercício da cidadania (Cavalcanti, 1999, p. 41).

Para a autora, como vimos, não cabe apenas à escola a responsabilidade de prover o acesso à cidadania ao aluno, ou seja, isso diz respeito às próprias experiências de cada um no convívio social e familiar (em diferentes instituições) e aos gestores das cidades na qual estão inseridos. Mas, a escola, enquanto agência socializadora do conhecimento (científico, artístico, técnico, etc.) historicamente produzido pela humanidade desenvolve um papel crucial neste processo acolhendo, cotidianamente e, por um logo período de tempo, crianças e jovens.

Destarte, com consonância com Cavalcanti (1999, p. 41), vale repetir: “O cidadão se torna cidadão com a contribuição de várias instâncias, evidenciando principalmente a escola.” A cidade, portanto, é “palco” privilegiado onde, na atualidade, acontecem diversos processos de formação do cidadão, por isso, de modo integrado à educação escolar, não se pode deixar de destacar sua importância na formação de alunos e de professores, principalmente na ciência geográfica.

A maioria das pessoas, especialmente no Brasil, reside em cidades². Devido ao grande processo de urbanização das últimas décadas, as cidades tornaram-se, cada vez mais importantes cultural e economicamente e, por isso, têm um papel fundamental em todos os âmbitos que fazem parte da vida cotidiana. Neste contexto, é inegável a importância da organização de práticas pedagógicas capazes de instigar, tanto os alunos como os professores, a estudar a cidade com maior profundidade entendendo-a, para além da escola – mas não sem ela – que, ela própria, pelas oportunidades que oferece ou não à sua população, pode ser uma instância educadora e educativa. Como é evidenciado por Cabezudo (2004):

Uma cidade educadora deve promover o respeito à diversidade e facilitar a afirmação da própria identidade cultural, uma identidade coletiva que se apoia na adesão ao passado, na memória, nos símbolos e festas, mas também na construção de um futuro coletivo nesse território comum que a cidade lhe oferece (Cabezudo, 2004, p. 13).

Se por um lado, sabemos que a cidade deve desempenhar um papel de ampliar as oportunidades de uma vida digna a todas as pessoas o que ocorre frequentemente, na prática, é o contrário, ou seja, por outro lado, são conhecidas as influências perversas que a “dinâmica do

² Segundo dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015, constatou que a maior parte da população brasileira, 84,72%, reside nas áreas urbanas, enquanto 15,28% dos brasileiros vivem na área rural.

capital” e a sociedade do consumo imprime na paisagem urbana da mesma. Trata-se de dinâmica, destarte, contrárias à promoção da dignidade das pessoas, notadamente, daquelas que dispõe de uma quantidade menor de recursos materiais e educacionais.

Eis aqui, portanto o “porque” de nos debruçamos sobre a importância de ensinar a cidade aos alunos da educação básica, pois é na escola que devemos e podemos desenvolver, mediada pelo conhecimento, ações educativas que possam contribuir para tornar efetivos os desejos de construir uma sociedade de homens livres e plenos de seus direitos.

O objetivo prioritário é, ratificamos, formar cidadãos conhecedores de seus direitos e de suas obrigações com respeito à sociedade e que, a partir do conhecimento e da identificação com a própria cidade, possam exercer uma ação participativa e transformadora desta. Assim, de acordo com Cabezudo (2004),

Convertendo a cidade onde vivemos em cidade educadora, poderíamos nos apropriar dela, identificar-nos com seu passado, melhorar seu presente, projetar seu futuro em uma tarefa de construção cotidiana na qual todos, incluídas as autoridades locais, são responsáveis (Cabezudo, 2004, p. 14).

Mas por que a necessidade de estudarmos e entendermos a cidade quando, empiricamente, já a experimentamos cotidianamente? Podemos estar atentos ao espaço que habitamos e observamos suas formas geográficas expressas na paisagem mudarem ao longo tempo, mas é preciso alcançar uma visão mais profunda da cidade mediada agora pelos conceitos geográficos.

Ora, como vamos entender a cidade em que vivemos se não a analisamos e não estudamos a sua paisagem, desde o seu início, suas permanências e as modificações? Partindo deste pressuposto Brarda e Ríos (2004, p. 21), evidenciam que normalmente, “Cada grupo de pessoas percorrem apenas pequenos setores das cidades quando realizam suas tarefas habituais. Talvez por isso, se perca a experiência do urbano, enfraquecendo os laços de solidariedade e a ideia de pertencimento”.

Essa falta de conhecimento e de “pertencimento” relatado pelos autores está relacionada às novas formas de sociabilidade e de relação com espaços da cidade que a sociedade capitalista impõe sobre as pessoas como, por exemplo, a questão das dificuldades de mobilidade, as longas distâncias percorridas no dia a dia para o trabalho e para casa, pois, essas não se realizam no mesmo local.

O que acarreta a dificuldade de conhecer o seu entorno. Produz-se, assim, a perda de significados das formas urbanas e, portanto, certa “incapacidade” para sentir e compreender a

cidade como um bem coletivo e ao qual se está vinculado por obrigação, juntamente com os direitos individuais. (Brarda; Ríos, 2004, p. 22).

É na área urbana que se desenrolam as relações entre os indivíduos que ali habitam e, ao mesmo tempo, diferentes ações que impactam direta ou indiretamente a qualidade de suas vidas. Essas relações e ações sejam políticas, econômicas e/ou culturais não são, muitas vezes, devidamente identificadas pelas pessoas que vivem em determinadas nelas, pois, podem achar que não são do seu interesse e passar despercebidas, quando, não raramente, têm, sim, impactos em suas vidas. Por isso, é fundamental compreender que as cidades:

[...] devem ser consideradas como verdadeiros espaços de aprendizagem, organizando, sistematizando e aprofundando o conhecimento informal que adquirimos dela espontaneamente na vida cotidiana [...] Trata-se de aprender a ler a cidade, aprender que ela constitui um sistema dinâmico em contínua evolução. Para isso é necessário ultrapassar a parcela da cidade que constitui o habitat concreto de cada um. Também significa aprender a lê-la criticamente, a utilizá-la e a participar de sua construção (Brarda; Rios, 2004, p.31).

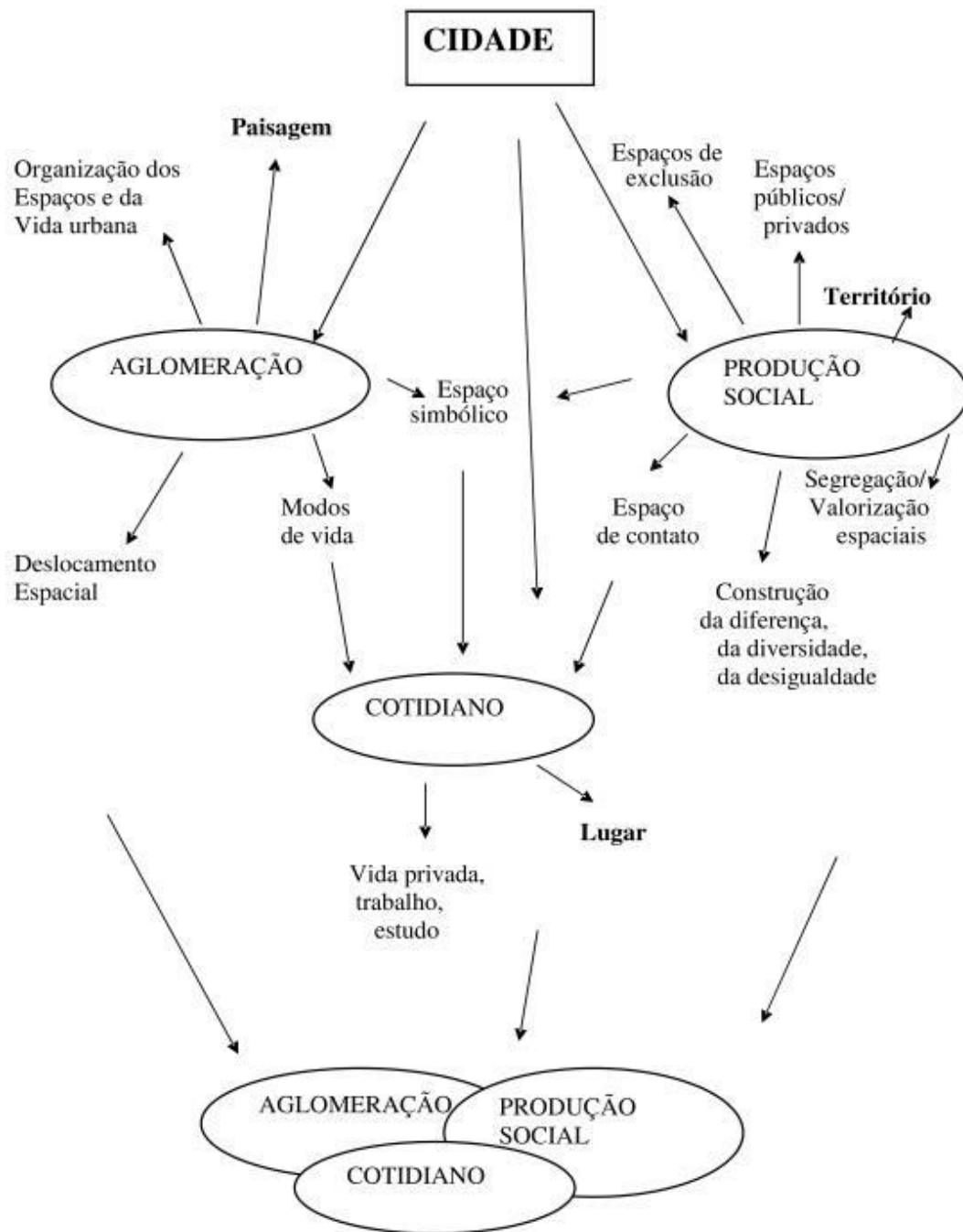
O crescimento das cidades ocorre, também, devido à população se direcionar das pequenas localidades aos grandes e médios centros, devido à procura de emprego e por melhores condições de vida. Por essa razão, é necessário pensar o desenvolvimento urbano a partir de um olhar crítico e investigativo sobre a cidade e o processo de urbanização contemporânea, incluindo a crítica à exclusão, ao aumento da pobreza e da violência na relação com os diferenciados tipos de segregação socioespacial (Oliveira, 2014).

Com base nesses levantamentos entendemos que há a necessidade de aproximar os diversos conteúdos geográficos estudados em sala de aula com a realidade vivenciada pelo aluno, considerando, especialmente, o estudo da cidade por meio da paisagem. Como afirma Pierre Monbeig (1956, p. 10), “[...] cabe ao geógrafo explicar a localização, procurar-lhe as consequências, examinando as relações, ações e interações que unem uns aos outros elementos constitutivos do complexo geográfico.”

Cavalcanti (2006) ressalta a importância de trabalhar os conceitos geográficos usando a cidade como recurso pedagógico. A autora revela que trabalhar com este tema no ensino é complexo, e necessita-se de conhecimento aprofundado sobre as relações que existem neste meio e também a interdisciplinaridade como importante ferramenta para o trabalho pedagógico.

Na Figura 4 elaborada por Cavalcanti (2006) podemos observar uma sistematização do conceito de cidade, representando os elementos que a compõe.

Figura 4: Sistematização do conceito de Cidade



Fonte: Cavalcanti, 2006.

Como podemos observar na sistematização deste conceito proposto por Cavalcanti (2006), ela pode ser compreendida como resultado de um processo de interseção contínua que se estabelece entre espaços de “aglomeração”, da “produção social” e do “cotidiano”. A “aglomeração” (Organização dos espaços e da vida urbana; deslocamentos espaciais; modos de vida; espaço simbólico) mantém uma relação direta com o conceito de paisagem. A “produção

social” (Espaços públicos e privados; espaços de exclusão; segregação e valorização espaciais; construção da diferença, da diversidade, da desigualdade), guarda relação com o conceito de território e o “cotidiano” (vida privada, trabalho, estudo), por sua vez, guarda relação com o conceito de lugar.

Cavalcanti (2006) ao propor, neste esquema os elementos que o integram, reafirma tratar-se de um lugar bastante complexo, no qual as relações que são produzidas são bastantes difusas e que, para além do espaço físico, – espaço construído –, há as relações sociais que se expressam neste espaço. Sendo assim, a importância do ensino escolar em estudar essas áreas para que seja um ensino significativo, realizando a análise mediada pelo uso dos conceitos, para que o aluno em seu contato fora do ambiente escolar ou de atividades escolares, relacionem os conteúdos estudados em suas práticas diárias, indagando e questionando seu entorno, vendo e compreendendo o mundo vivido pela análise geográfica. Dessa forma,

A cidade assim abordada, não é trabalhada somente como forma física, mas como materialização de modos de vida, como espaço simbólico, e seu estudo pretende desenvolver no aluno a compreensão dos modos de vida da sociedade contemporânea e de seu cotidiano particular, que resultam (e são condicionadas) em espacialidades determinadas. Além disso, esse estudo contribui para o desenvolvimento de habilidades necessárias para o deslocamento do aluno, seja em espaços mais imediatos do seu cotidiano, seja em espaços mais complexos, habilidades que são fundamentais, mesmo que não suficientes, para o usufruto pleno do direito à cidade. (Cavalcanti, 2006, p.44).

Para que o aluno entenda a dinâmica espacial que produz os espaços em que está inserido, como, por exemplo, a cidade em que reside, é necessário que o professor, em sua estratégia didática, considere a sua realidade mais imediata e os próprios conhecimentos que já possui sobre ela. É uma construção dinâmica como afirma Cavalcanti (2006) pois é uma sociedade em movimento, em constante interações que modificam ao seu redor as relações de vivências, e “[...] a cidade é em grande medida, a cidade vivida pelos deslocamentos” (Cavalcanti, 2006, p. 44) e nesta vivência há uma Geografia “despercebida” do dia a dia pelos alunos que relega ao ensino esse descortinar das ideias com o apoio da ciência.

5. A CIDADE DE MARINGÁ NO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.
(Paulo Freire)

Todo estudo sobre as dinâmicas urbanas necessita de um resgate histórico sobre sua origem. Buscamos, nesse sentido, brevemente, entender alguns aspectos dos processos de formação da cidade de Maringá para compreendermos como ela se situa atualmente. Evidenciamos, portanto, que áreas selecionadas para estudo nesta dissertação e que compõem os roteiros didáticos para leitura da paisagem, não ocorrem aleatoriamente, pois tem fortes ligações com este processo de formação.

O surgimento da cidade de Maringá não ocorreu de forma espontânea como muitas cidades do país e ao redor do mundo. Ou seja, estamos diante de um caso interessante de cidade planejada. A cidade de Maringá, fundada em 1947, localizada no norte do estado do Paraná (Figura 5), teve como base de colonização a influência do capital privado de empresas colonizadoras apoiadas pelo governo deste estado para, assim, desenvolver a região (Endlich; Moro, 2003).

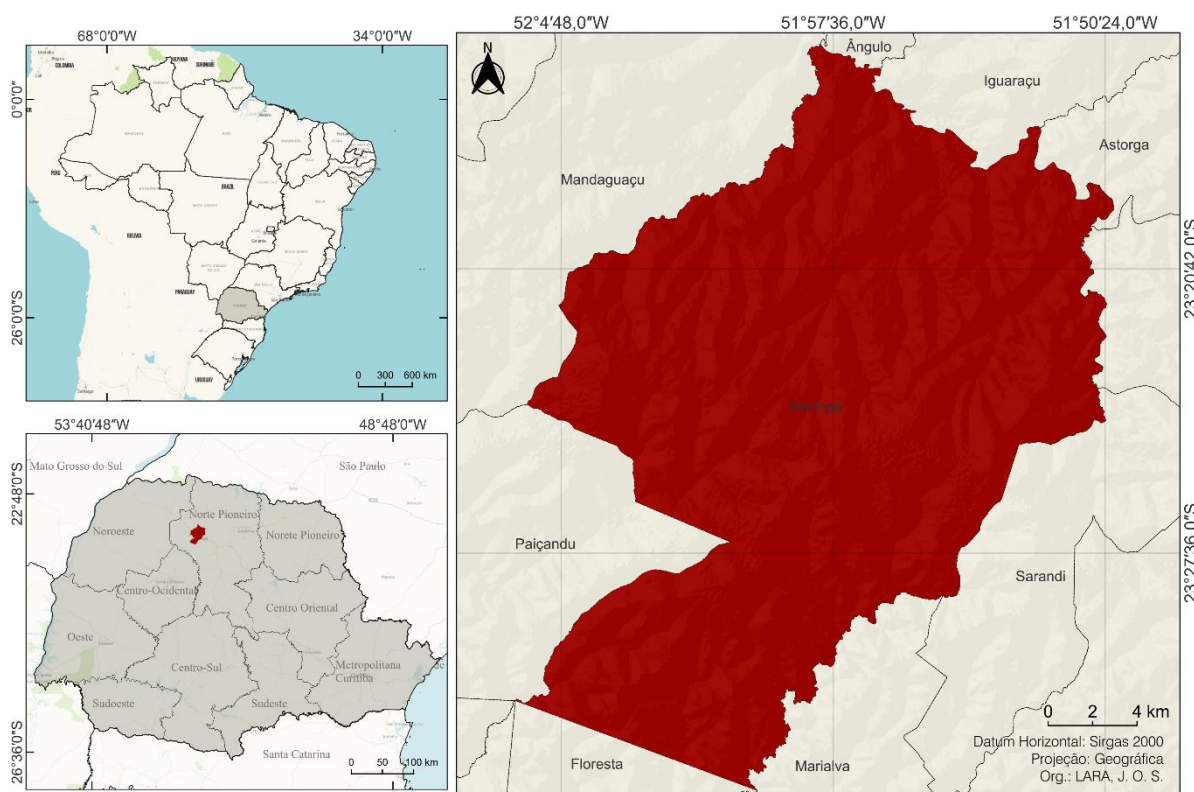
Conforme Luz (1997) observa os movimentos de ocupação territorial da região Norte do estado do Paraná foi um fenômeno até a década de 1960, devido ter ocorrido de forma muito rápida e com resultados surpreendentes como em nenhuma outra região. A respeito do processo de ocupação da região Norte e seu rápido desenvolvimento Töws (2022) atrela isso ao fator de as cidades terem sido implantadas e absorvendo os produtores de café que antes residiam na região Sudeste do país.

Assim, as condições naturais favoráveis do clima, solos férteis e a sua horizontalidade foram os cenários propícios para o assentamento e direcionamento da população que em parte vinha de São Paulo, produtores de café, em busca de condições para continuar com o plantio, quando em São Paulo já havia se esgotado. A condição da economia nacional na conjuntura internacional atrelada a crise de 1929³, a crise do café neste período e dos processos de

³ Grande Depressão de 1929 que impactou a economia Norte Americana em consequência da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Ocasinou grandes problemas sociais e econômicos nos Estados Unidos o que repercutiu em outros países, e no Brasil afetou a exportação do café.

industrialização do Estado de São Paulo, condições que propiciaram a vinda e instalação nesta região (Endlich; Moro, 2003).

Figura 5: Mapa de localização da cidade de Maringá-PR



Organizado pela autora.

Pode-se observar também, que o que atraiu esse rápido e grande fluxo migratório para a região foi a forma da transmissão de terras das companhias colonizadoras e do estado, já que eram oferecidas a venda de terras por preços acessíveis atreladas a ótimas condições de pagamento com juros baixos, junto com o suporte ofertado para a vinda dessas pessoas e a sua fixação nos locais (Luz, 1997).

O governo do estado da época preocupado com a ocupação desordenada que ocorria em outras regiões, coloca uma lei em que regulamenta a compra e venda de terras nesta região. A partir deste momento, há a ação de empresas privadas e também ações oficiais do estado para a compra e venda desses lotes de terra na região Norte do Paraná.

A empresa privada responsável pela colonização do Norte do Paraná foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), empresa de origem inglesa que adquire do governo terras para “desbravar”. Em seu plano de colonização, “desbravou” a região de mata abrindo

lotes e fazendo marcações e aberturas de estradas para em seguinte coloca-las a venda (Luz, 1997).

Esta empresa operava abrindo lotes para venda e também na abertura de infraestrutura para estradas, visando uma comunicação entre os lotes e as estradas, agindo de forma planejada. A empresa passa a ser gerida por brasileiros e também a dedicar-se a novos empreendimentos. Seu método de colonização é desde o início, dotado de infraestrutura e o estabelecimento de núcleos urbanos que veio a serem povoados rapidamente (Luz, 1997).

Segundo Endlich e Moro (2003) a empresa tinha a estratégia da venda de pequenas propriedades com baixos preços e isso atraiu muitos compradores para a região, contribuindo para o sucesso neste empreendimento imobiliário. Atrelado as condições naturais favoráveis, à instalação das cidades, a empresa CMNP fundou as cidades atreladas a estrada de ferro que ia de São Paulo ao Paraná. Estrada de ferro que até os dias atuais passa na Cidade de Maringá-PR, método de apropriação da empresa do espaço e instalando a sua indústria que até os dias atuais ainda atua na região de Jussara-PR e outras cidades (inicialmente a sua sede era em Maringá-PR).

Com o sistema das estradas de ferro articulando as regiões em estradas principais e secundárias a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná construiu diversas estradas no interior da região ligando à São Paulo, e fazendo uma articulação com diversos núcleos urbanos. Produziu-se, desse modo, um território fluido, onde o principal objetivo era a facilitação do escoamento da produção. (Endlich; Moro, 2003).

Como estratégia urbana, a CMNP arquitetou a instalação de pequenas cidades de distâncias entre si de 15km e as cidades de porte maior a cada 100km. Então as pequenas cidades atendiam as necessidades imediatas e as cidades maiores o local de destino de produtos e serviços com maior demanda. “Esses núcleos urbanos principais ganharam uma localização privilegiada no espigão mestre à margem da ferrovia e da estrada rodoviária principal”. (Endlich; Moro, 2003, p.16).

Conforme Luz (1997) nos traz, Maringá fica situada na região central da área colonizada pela CMNP, estrategicamente em contato com vias que a comunicam com as demais regiões do Estado e também com São Paulo. Antes mesmo de sua implantação, a empresa colonizadora já a pensara reservando uma área para a futura construção. Ao mesmo tempo, projetava o desenvolvimento, a habitação e a comercialização da área rural com a venda de lotes já pré-determinados e a instituição de núcleos urbanos como também de vias de transporte nas áreas que a circundam, como a linha de ferro, para que assim que esta cidade fosse plantada, servisse como referência regional.

Observa-se que o planejamento de desenvolvimento, bem como o de ocupação de toda a região Norte do estado, foi fundamental para o desenvolvimento desta cidade que se tornaria, como já mencionado, a referência regional. Ligadas pela estrada de ferro que contribuíam para o escoamento dos produtos agrícolas e também para o deslocamento populacional.

O projeto urbanístico da cidade foi feito por Jorge de Macedo Vieira, Engenheiro contratado pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná para projetar a cidade de Maringá. Configura-se por ser um moderno desenho urbano, onde estabelece a espacialidade da cidade em zonas funcionais articulando entre si por amplas avenidas, tendo como objetivo o desenvolvimento harmônico previamente definido. (Moro, 2003).

Ela já foi projetada para ser uma cidade com presença arbórea em todas as ruas e avenidas, como diz Moro (2003, p.52): “A cidade com amplos espaços abertos, largas avenidas, com rótulas viárias para amortização do tráfego, ruas com largos passeios e quatro amplos bosques no quadro urbano: “Parque do Ingá”, “Parque dos Pioneiros”, “Parque das Grevíleas” e “Horto Florestal”.

Ferreira e Cordovil (2022) evidenciam que Maringá, desde a sua concepção, foi um investimento baseado na especulação imobiliária e no mercado de terras, fato que é bem marcado por esta cidade ter sido fundada pela empresa privada CMNP, como já mencionado. O fato de desde a sua concepção a cidade ser notoriamente projetada buscando os empreendimentos imobiliários “[...] desenvolveu-se com a constituição de uma forte relação entre os agentes públicos e privados, muitas vezes com papéis sobrepostos na urbanização” (Ferreira; Cordovil, 2022, p. 59).

O projeto da cidade desenvolvido por Jorge de Macedo Vieira foi composto por 10 zonas e em sua implementação, já foram destinados os seus usos. Conforme Vercezi (2001) e Töws (2015) se caracterizam da seguinte maneira:

Zona 1: Reservada para ser o centro da cidade, cuja atuação desenvolve entre comerciais e residenciais. Área altamente verticalizada, alternando em edifícios residenciais, comerciais e bancários, no qual atende a população local e assim como de outras regiões.

Zona 2: Situa-se na região Sul da cidade entre as áreas mais verdes do município (Bosque I e Parque do Ingá) ocupado por pessoas de alto nível financeiro, bairro de elite.

Zona 3: Localizada após o Parque do Ingá, foi destinada a população de classe trabalhadora, batizada como Vila Operária e ligada inicialmente a Zona 10 de uso industrial.

Zona 4: De início seria destinado a população de porte médio de poder aquisitivo, mas conforme era próximo as áreas verdes foram habitadas por pessoas mais abastadas.

Zona 5: Localizada em uma área elevada, passou a residir pessoas de classe alta e nos dias atuais é considerado bairro de elite, superando a Zona 2.

Zona 6: Reservada para área de armazéns de forma geral, abrigando diversas funções.

Zona 7: Localiza-se a Universidade Estadual de Maringá –UEM; residindo pessoas de classe média e baixa.

Zona 8: Era próximo ao Aeroporto, o que atraiu pessoas de alto poder aquisitivo, o que hoje abriga, nos dias de hoje, a UniCesumar⁴ e também o Eurogarden, que discutiremos mais à frente como um dos focos dos roteiros de estudo da paisagem urbana da cidade.

Ressalta-se que mesmo que a cidade não tenha seguido totalmente fiel ao planejado ela mantém fortes características de seu início, já que com o crescimento espontâneo que ocorre com a “explosão” do êxodo rural e grandes contingentes pessoas se direcionam as cidades.

O primeiro local de ocupação para o desenvolvimento desta cidade ocorreu no denominado “Maringá Velho” que, conforme Vercezi (2001, p. 82), está localizado hoje no setor Oeste da cidade e [...] correspondia, na época, a mais ou menos seis quadras da Planta Geral das Zonas 5 e 6 do projeto inicial, elaborado pela Companhia de Terras Norte do Paraná”. As construções das casas neste período eram de madeira, devido a abundancia da derrubada das arvores no processo de desbravamento da região. Em outras localidades, quando a cidade passa a ter um maior contingente populacional, as construções passam a ser de alvenaria e não apenas de madeira.

O plano estabelecido para a cidade já previa as funções e localização dos bairros, assim como localizado no centro da cidade ficou reservado as construções destinadas as esferas públicas municipais, estaduais e federais (Vercezi, 2001).

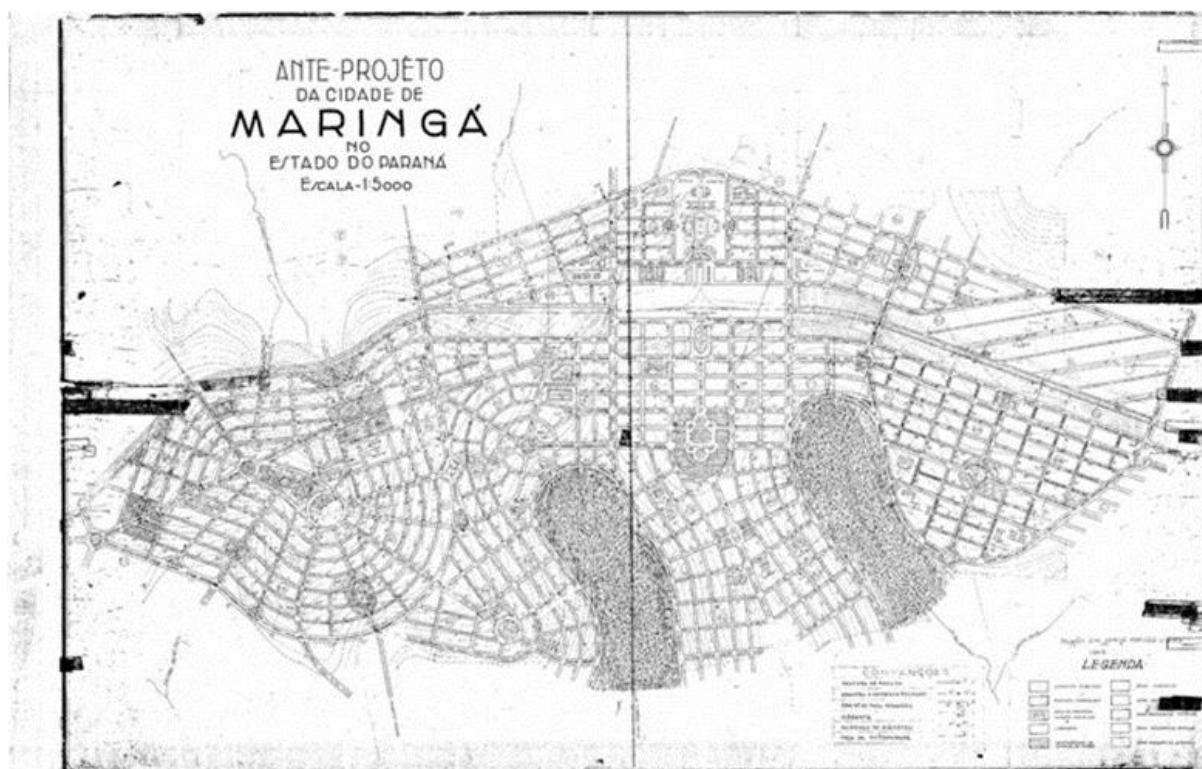
De acordo com Luz (1997, p. 73):

A planta da cidade previu a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente a função: residencial, residencial popular, industrial, operário, de armazéns (com desvios ferroviários), etc. O centro cívico e administrativo teve a sua localização prevista na parte central da cidade, próximo as estações rodo e ferroviária. Ali se ergueram, com o tempo, os edifícios públicos municipais, estaduais e federais.

Na **Figura 6** a seguir traz o projeto elaborado por Vieira para a cidade de Maringá.

⁴ Instituição de ensino superior.

Figura 6: Plano de Maringá 1947



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Na figura já demonstra, como foi observado anteriormente, o planejamento desta cidade; o desenho moderno separado em zonas, cujo papéis foram pré-definidos. Conforme Rodrigues (2004, p. 97) “[...] a implementação do espaço urbano maringaense foi planejada num arrojado projeto urbanístico que definia a possibilidade de uma ocupação residencial diferenciada segundo as condições econômicas dos compradores”

Foi projetada visando um grande aumento populacional em poucos anos. Como estratégia a companhia responsável pela venda dos lotes de terras, colocava como obrigatório a construções das casas residenciais no prazo de um ano aos compradores, mesmo que não viessem residir neste período na cidade, que naquele momento ainda estava em desenvolvimento (Luz, 1997).

Outra questão importante que já observamos são os bairros direcionados a população operária, mais distantes da área central. Estes, foram reservadas a moradias aos operários na área industrial da cidade. “O bairro industrial localizou-se ao longo da ferrovia, dispondo de vários desvios. Próximo a ele foram projetados o bairro operário e a zona de armazéns; esta última é ampla e também se situa à margem da via férrea” (Luz, 1997, p.73).

Áreas de parques, escolas, igrejas, hospitais, esportes onde inclui o que hoje é o estádio municipal, também foram reservadas para suas respectivas construções. É importante ressaltar, que como estratégia imobiliária as vendas dos lotes e, conseqüentemente, a sua ocupação não ocorreu de forma simultânea e igual em todas as áreas. Além da diferença dos valores atribuídos para cada determinada região, para por meio do valor financeiro da terra já direcionar as classes ocupantes do espaço urbano, a empresa também pensou em não abrir todos lotes de uma vez para, assim, valorizar determinadas áreas.

De acordo com Luz (1997, p. 84):

A companhia não loteou todas as zonas de uma só vez e mesmo naquelas que colocou à venda não procurou vender todos os lotes. Ao contrário, preferiu reservar alguns para vender depois com maiores lucros, enquanto simultaneamente dava início a uma nova era comercial ou residencial. Dessa forma, além de incentivar o crescimento da cidade em todos os sentidos, pôde auferir bons resultados financeiros com a valorização desses lotes vendidos mais tarde, numa fase em que o desenvolvimento da cidade e a expansão dos equipamentos urbanos provocaram uma demanda por imóveis, sobretudo os de melhor localização.

A cidade, então, passa a desempenhar o papel para qual foi projetado, isto é, de centro de influências de bens de consumo, mercadoria e serviços, polarizando as cidades próximas. Surgem assim os papéis urbanos com a instalação destes estabelecimentos comerciais de prestação de serviços, sendo eles industriais e comerciais (Endlich; Moro, 2003). Respectivamente:

À medida que as atividades sediadas no interior do seu espaço urbano passam a exercer influências e a atrair pessoas da região, verifica-se a composição de um espaço de relações. Com esse quadro econômico, o desenvolvimento da cidade estava intimamente relacionado à região que polarizava. Foi através da busca de produtos e serviços por parte da densa população regional que os papéis urbanos de Maringá foram se ampliando rapidamente. (Endlich; Moro, 2003, p.24).

Na medida que se firma como o centro comercial para as atividades econômicas tanto ligadas ao campo quanto às cidades que compõe a região, Maringá consolida-se como centro onde possui influência econômica sobre as outras cidades, função para qual foi pensada. E ao olharmos para a cidade na atualidade, percebe-se que os fatos históricos e geográficos como afirmam Endlich e Moro (2003) “[...] são importantes para a leitura espacial atual da cidade e de sua rede urbana regional, ou seja, as marcas espaciais decorrentes do processo de ocupação”.

Os pontos principais que se destacam desse processo inicial de desenvolvimento são determinantes na atualidade, sendo a localização privilegiada da cidade, o que colabora para a melhor articulação com as demais cidades, que foram intencionalmente produzidas para se consolidar como centro de referência da região. O dinamismo econômico relacionado à agricultura e a agroindústria, onde ressalta-se que o período cafeeiro trouxe condições para a continuidade agrícola; e o planejamento da rede urbana, já surgindo com posição hierárquica superior na rede urbana, consolidando Maringá como capital regional, mesmo com a substituição de culturas e crescimento das cidades. (Endlich; Moro, 2003).

Assim como Luz (1997) afirma, Maringá se diferencia das outras cidades fundadas pela CMNP e também de outras cidades como um todo, devido já ter sido “plantada” como um centro regional. Desenvolveu-se, como função desde seu início. Ela se particulariza devido ao rápido processo que ocorreu de seu desenvolvimento como centro regional. Mesmo sendo atrelada a economia rural que foi a base de sua fundação, a cidade passa a se adaptar e adequar-se a novos mercados, atraindo novas funções urbanas.

Quando andamos por Maringá, observamos que ela é bem composta de comércios e redes de consumo para a população de modo geral. Olhar para a área central é perceber uma intensa verticalidade atrelada a uma alta especulação imobiliária, enquanto em outras áreas deste mesmo município não apresenta a mesma intensidade. Percebe-se também, que a disposição dos comércios se dá de forma ordenada, com a presença de arborização intensa por (quase) toda parte e, também, de praças e os parques urbanos.

Segundo dados obtidos pelo Censo do IBGE do ano de 2022 Maringá possui 409.657 habitantes e, hoje, aos seus 76 anos desde sua fundação se configura como uma cidade média divulgada por parte da gestão da cidade “como a melhor cidade do Brasil para se viver”.

Devido as características de sua formação de designar os espaços conforme o tipo de uso e ocupação e também qual o tipo de população irá ocupar determinados lugares, esta cidade cresceu com uma característica de segregar pelo valor atribuído ao uso da terra, direcionando as áreas mais afastadas para a sua moradia a população mais pobre. Rodrigues (2004), nesse sentido, ressalta que em outras cidades médias ou grandes é comum a ocupação irregular de pessoas sem condições financeiras de obter sua casa própria devido ao mercado imobiliário formal atribuir valores altos ao uso da terra. Em Maringá, entretanto, esta é uma dinâmica que não ocorre, pois, as pessoas sem o poder de adquirir a moradia própria recorrem as moradias de aluguel ou muitas vezes na compra de suas residências próprias nas cidades que estão próximas a Maringá. A autora continua:

No território municipal, o poder público e os agentes incorporadores privados conseguiram, na maioria das vezes, manter a formalidade das transações imobiliárias. Isso levou uma parcela significativa das classes de baixo poder aquisitivo a deslocar-se em busca das condições possíveis para a aquisição de casa própria encontradas no entorno da cidade, especialmente nos municípios contíguos, Sarandi e Paiçandu (Rodrigues, 2004, p. 23).

A autora ressalta que no processo de formação de cidade esses municípios eram mais acessíveis quanto ao valor dos imóveis, com terrenos mais baratos e menores em relação a cidade de referência. Desprovidos de infraestruturas básicas por parte dos empreendedores no processo de construção o que leva a população demandar estes serviços da prefeitura de tais municípios (Rodrigues, 2004).

Devido a ser arquitetada como uma mercadoria de interesses capitalistas, determinadas áreas da cidade possuem altos valores atribuídos, principalmente na área central. Há uma especulação imobiliária muito forte desde a sua origem e que aumentou com os anos e as novas atribuições que a cidade passou a ter conforme ia crescendo.

Rodrigues (2004, p. 19) destaca a respeito desta segregação espacial desta cidade:

Pressupomos que a definição inicial destes lugares diferenciados para a moradia foi, por si só, um indicativo de segregação social que se originou do deslocamento das camadas populares para as extremidades marginais (bordas) da cidade. Esse antecedente aliado ao tempo histórico decorrido (que já evidenciou uma ocupação de espaços distintos que abrigam, claramente, as classes altas, médias e baixas) demonstra processos que excluíram a baixa renda não só dos melhores lugares da cidade, como também dos seus próprios limites, afastando-a para os municípios vizinhos, que até hoje são aglomerações urbanas desprovidas da infraestrutura básica que, em Maringá, foi oferecida desde o início de sua fundação.

Ressaltamos que na produção do espaço o Estado possui um papel fundamental, pois, os agentes capitalistas não trabalham sozinhos. É na junção do Estado com as empresas privadas que ocorreu a formação e constituição de grande parte de todo o Paraná e inclusive da cidade de Maringá. O que atua até a atualidade em Maringá, sem minimizar os efeitos negativos que a alta especulação imobiliária afeta os mais carentes.

O Estado atuando juntamente ao poder privado, evidenciando a produção espacial como um negócio muito lucrativo, onde na verdade, o Estado deveria atuar na minimização dos efeitos colaterais que o mercado neoliberal produz na desigualdade territorial.

A respeito da utilização do espaço urbano como negócio Damiani (2005) nos revela que um dos principais meios de mover a acumulação de capital ocorre por meio da cidade. Essa

autora compreende que uma das formas de se entender os movimentos do capital é pela análise urbana, já que ele se constitui como uma mercadoria primordial.

A respeito da produção do espaço urbano Corrêa (2004, p. 11) diz:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre o espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

A atuação complexa desses agentes sociais segundo Corrêa (2004), envolve práticas constantes de reorganização espacial. Com construção de novas áreas no espaço urbano, renovando o espaço e colocando novas funções sobre determinados espaços na cidade e também agregando valor a estes empreendimentos.

Sobre essas transformações do espaço urbano Corrêa (2004, p. 11) pontua:

É preciso considerar, entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado.

No caso de Maringá, como observa Rodrigues (2004) há a existência de grandes vazios urbanos no interior da cidade à espera de valorização imobiliária. A autora atrela esses vazios ao beneficiamento de agentes privados, nos quais deixam esses espaços reservados para a valorização futura e isso ocorre com a permissão do poder público da cidade.

Segundo Singer (1982, p.23) esses grandes vazios urbanos ocorrem em razão de:

Quando um promotor imobiliário resolve agregar determinada área ao espaço urbano, ele visa um preço que pouco ou nada tem a ver com o custo imediato da operação. A “valorização” da gleba é antecipada em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um certo período, que pode ser bastante longo, até que as condições propícias tenham realizado.

A produção espacial da cidade é regulada pelo mecanismo dos agentes imobiliários, são eles quem especulam e ditam os valores atribuídos a terra. Em Maringá esses agentes atuam fortemente na produção espacial visando o capital. Apossando-se de áreas públicas e

transformando em mercado privado, como o caso do **Novo Centro** e o mais recente o **Eurogarden**.

O caso do **Novo Centro** (outra área selecionada para compor os roteiros didáticos de leitura da paisagem a que se propõe esta dissertação), como apresenta Andrade e Cordovil (2008), foi, verdade, foi planejado para ser um espaço público com base no Projeto Ágora⁵ (que seria construído no local do antigo pátio de manobras e a antiga estação ferroviária da cidade), mas, se transformou em uma área residencial e comercial privada altamente verticalizado fruto de uma alta especulação do valor de terra agregado a esta localização na cidade. Trata-se de um exemplo muito grande de como ocorre a produção urbana em Maringá.

Töws (2022, p. 222) diz a respeito do Novo Centro:

O Novo Centro de Maringá constituiu-se num espaço privilegiado, direcionado às classes diferenciadas com alta capacidade de consumo. A área passou a ser produzida pelo poder público em associação com a iniciativa privada, que estava direcionada a resolver os problemas da comunidade como um todo, como propostas que teriam um benefício mais geral por meio da formulação de espaços públicos, equipamentos urbanos e bens culturais que, ao longo do processo, por intermédio da dinâmica de produção do espaço, dos interesses envolvidos e dos conflitos estabelecidos, resultou em um espaço destinado à especulação imobiliária e à reprodução do capital.

Assiste-se também a um “apagão histórico” das construções iniciais desta cidade. Não há uma preservação do patrimônio público dos edifícios; o que localizados em regiões hoje de alto interesse ao mercado imobiliário, são destruídos para dar lugar a empreendimentos privados. Andrade e Cordovil (2008, n.p.) afirma que para a consolidação destes empreendimentos a “[...] publicidade assume um papel preponderante, propagando a ideologia voltada para o sucesso empresarial, construindo uma cidade baseada na promoção imobiliária”.

No qual, a produção do espaço é permeada por conflitos de interesses “em que o agente do mercado imobiliário busca espaços de abundância dentro da cidade para transformá-los em espaços de raridade” e a atuação do Estado e do poder municipal em favorecimentos dos agentes imobiliários privados, atuando em conjunto na construção dos espaços da cidade (Töws, 2022).

Com efeito, baseado nas discussões levantadas sobre esta cidade que dão o embasamento teórico e, diga-se histórico, dos recortes espaciais de análise da paisagem urbana que irão compor os resultados da pesquisa, os roteiros de percurso didático. A próxima seção se dedica a propor esses roteiros de estudo.

⁵ Para saber mais profundamente a respeito da construção do Novo Centro na cidade de Maringá-PR indica-se a obra *As Desventuras do Planejamento Urbano* (Ferreira e Cordovil, 2022) onde realizam um estudo a respeito das mudanças ocorridas, o que nós não iremos nos aprofundar neste momento.

6. OS ROTEIROS DIDÁTICOS DE PERCURSO URBANO

“Numa de minhas viagens de conferências (a uma cidade populosa, grande e viva do sul da Europa), fui recebido no aeroporto por uma jovem professora, filha de um casal de profissionais ricos e de alta sociedade. Ela se desculpou porque a ida para o hotel não seria fácil, e tomaria muito tempo, pois não havia como evitar as movimentadas avenidas para o centro da cidade, constantemente engarrafadas pelo tráfego pesado. De fato, levamos quase duas horas para chegar ao lugar. Minha guia ofereceu-se para conduzir-me ao aeroporto no dia da partida. Sabendo quão cansativo era dirigir na cidade, agradei sua gentileza e boa vontade, mas disse que tomaria um táxi. O que fiz. Desta vez, a ida ao aeroporto tomou menos de dez minutos. Mas o motorista foi por fileiras de barracos pobres, decadentes e esquecidos, cheios de pessoas rudes e evidentemente desocupadas e crianças sujas vestindo farrapos. A ênfase de minha guia em que não havia como evitar o tráfego do centro da cidade não era mentira. Era sincera e adequada a seu mapa mental da cidade em que tinha nascido e onde sempre vivera. Esse mapa não registrava as ruas dos feios “distritos perigosos” pelas quais o táxi me levou. No mapa mental de minha guia, no lugar em que essas ruas deveriam ter sido projetadas havia, pura e simplesmente, um espaço vazio”.

(Bauman, 2001, p. 121)

Nesta seção, no primeiro momento, apresentaremos as etapas da organização didática do percurso urbano paisagem que orientou em nossas atividades de campo e, seguindo, apresentaremos finalmente os percursos, que são três, juntamente com a apresentação dos pontos de parada de estudo da paisagem que selecionamos.

A leitura da paisagem urbana dessa cidade oferece um caminho didático muito interessante e significativo para trabalhar diversos conteúdos curriculares importantes com os alunos. Por ser uma cidade, como mencionado na seção anterior, planejada e configurar-se, hoje, como uma cidade média, possui muitas “formas” marcantes presentes em suas edificações distribuídos pela cidade que são de extrema relevância. Estudá-los, assim, é contribuir para manter viva a memória deste município.

Ao evidenciar como ocorreu seu processo de formação histórico-geográfico e os agentes que continuam transformando esta cidade, pretendemos sugerir aos professores e alunos de modo geral um caminho de estudo de estudo que propicie observar as marcas que a paisagem carrega, o que, muitas vezes o olhar pode não estar aguçado para compreender.

Portanto, este é um exercício que exige um olhar atento. Não apenas trabalhar o olhar perante o movimento social, mas estudar e dar importância para a história que ela carrega, pois como se observa, ela é extremamente importante para entender e analisar esta cidade. A Geografia se utiliza de um sistema de conceitos (já evidenciados anteriormente) para realizar esse exercício.

Reafirmamos que a paisagem é o conceito geográfico norteador da realização desta pesquisa, mas é do livre arbítrio dos leitores uma possível adaptação desses roteiros para estudar outras temáticas e, ao mesmo tempo, dar maior ênfase à um ou outro conceito, ou mesmo, em um plano que combine diferentes conceitos. Estudando a história de Maringá e direcionando um roteiro que busque abarcar todo esse legado, selecionamos três pontos na cidade para realizar os trabalhos de campo. São eles: 1) O Eurogarden; 2) Parque do Ingá; e 3) O Novo Centro.

Ressaltamos que os roteiros elaborados não se “comunicam” entre si, em rotas totalmente próximas, mas que no nosso entendimento evidenciam elementos importantíssimos para estudar a cidade de Maringá. Em conjunto, como veremos mais adiante, versam sobre a questão da valorização ambiental, a cidade como um produto imobiliário, as mudanças de funções dos espaços em consequência da ação capitalista neoliberal e os processos de segregação de parte da população.

Na figura 7 podemos observar a localização das áreas selecionadas para a realização dos roteiros didáticos de percurso urbano.

Figura 7: Localização dos percursos de estudo



Fonte: Google Earth Pro.
Organização: A autora.

6.1. ETAPAS DA ORGANIZAÇÃO DOS ROTEIROS DIDÁTICOS DE PERCURSO URBANO

Ao propor o estudo da cidade via produção de “roteiros didáticos de percurso urbano”, sugerimos uma seleção de lugares ou roteiros de estudo, por meio do qual o professor realize o processo de ensino levando em conta, evidentemente, o “antes”, o “durante” e o “depois”. Ou seja, todo o processo de realização da atividade envolve fases/etapas nas quais se devem considerar, sinteticamente: 1) o planejamento, 2) a execução propriamente dita do roteiro, 3) a exploração dos resultados e 4) a avaliação.

Na base da organização de um roteiro didático de percurso urbano estão o planejamento e o desenvolvimento de uma sequência metodológica de ações que, como vimos, considera a análise da paisagem urbana da cidade em sua unidade “forma-conteúdo”. Trata-se de, via mediação qualificada do professor, proporcionar aos alunos a compreensão do meio em que se inserem, desenvolver um olhar geográfico investigativo para ler a paisagem, observar, representar, constatar fatos que ocorrem cotidianamente e que podem não ser percebidos ao olhar menos atento, como também a história que a paisagem carrega.

Projetar situações que podem colaborar para o desenvolvimento futuro da cidade, colocando o uso da imaginação em prática, para que os estudantes pensem em melhorias que podem ocorrer no meio urbano. O Quadro 2, a seguir, retrata as fases que constituem o roteiro didático e, na sequência, o seu detalhamento.

Quadro 2: Fases/etapas metodológicas do roteiro didático

FASES	ESTRUTURAÇÃO DO PERCURSO
1. Planejamento	Seleção da temática do roteiro; definição de objetivos; escolha do local (ou locais) do percurso (s).
2. Execução	Apresentação dialógica do roteiro de percurso em sala de aula e efetiva realização do trabalho de campo, considerando, estrategicamente, paradas para observação, análise e registros.
3. Exploração dos Resultados	Diálogo reflexivo em sala de aula com os alunos quanto aos objetivos alcançados. Análises e discussões considerando os materiais recolhidos no trajeto (anotações, desenhos e croquis, fotografias, vídeos, relatos de entrevistas, etc.). Produção de material didático.

4. Avaliação	Análise dos resultados e alcance os objetivos propostos; possíveis melhorias para se projetar nesta atividade didática.
--------------	---

Fonte: Autores, 2023.

Reiteramos que esse trabalho deve ser empreendido em fases metodologicamente planejadas. A primeira fase corresponde ao **planejamento** de todo o trabalho a ser realizado, lembrando que mesmo sendo previamente idealizado, eventuais adequações são bem-vindas, ou seja, é preciso evitar ações excessivamente rígidas, já que o percurso é um trabalho desenvolvido junto aos alunos e que pode haver mudanças circunstanciais.

O planejamento consiste na seleção de uma temática, definição de objetivos e, a partir deles, a elaboração de um roteiro de observação da paisagem – com locais específicos para paradas de observação e registros – com o foco de estudo na paisagem urbana da cidade.

Podemos, por exemplo, contemplar lugares históricos da cidade e seus monumentos; analisar as transformações e permanências das formas geográficas situadas na zona central da cidade; as marcas da globalização na paisagem urbana, tais como as grandes redes de comércio mundial tais como as redes de *fast food*, os *shopping centers*, hotéis, etc.; estudar a relevância dos parques urbanos para o bem-estar da população; a presença de diferentes religiões e as diferenças culturais e arquitetônicas expressas na paisagem, entre diversos temas que podem ser abordados pelo percurso urbano.

Ao selecionar os lugares de estudo, se evidencia a temática a ser estudada no trabalho de campo, visto que o uso do conceito geográfico da paisagem é o meio de compreensão e análise de certo recorte da cidade via uso mediado pelo conceito que se almeja compreender e analisar profundamente.

Depois de selecionados os objetivos e temáticas dos locais previamente estudados, passa-se para a sistematização didática – produção didática do percurso a se realizar – bem como ao prévio reconhecimento dos locais a serem estudados pelos alunos. Essa parte é muito importante, pois nesse momento se pode constatar a exequibilidade do roteiro, visto que essa atividade em um grupo relativamente numeroso com crianças e adolescentes necessita, além de paradas de observação da paisagem, de locais próximos que ofereçam o uso banheiros, venda de refeições básicas de necessidade humana, uma vez que estes não se encontram no ambiente escolar ou no entorno imediato da escola.

A **segunda fase** é a **execução**, propriamente, do roteiro didático. Apresentam-se aos alunos a atividade a ser desenvolvida, a temática conceitual a ser trabalhada e a explicação geral das características do percurso. É salutar questionar os estudantes sobre o que conhecem do

local de estudo, o que esperam com o trabalho, aguçar seu imaginário, mesmo que roteiro contemple um local já conhecido (vivido cotidianamente) por eles é essencial quando colocar o exercício da leitura da paisagem em prática.

Nesse momento, se faz uma leitura indireta da paisagem a ser estudada, podendo-se apresentar imagens/fotografias do local de estudo. Após a apresentação e o estudo do percurso, o próximo passo é a realização do percurso propriamente dito, no qual ocorrerá o contato direto mediado pelo uso do conceito, assim como se almeja alcançar a reflexão e a análise das relações que ocorrem nesse espaço.

Durante o trabalho de campo, o professor pode, se for o caso, utilizar-se de fotografias históricas do local, pois comumente há acervos contendo fotografias antigas que ajudam a contar a história das cidades. E fazer a sobreposição de imagens do passado em contato com a paisagem do momento presente pode ser um trabalho didático muito significativo. É o momento de constatar que as paisagens urbanas, assim como o espaço, se alteram constantemente para poder acompanhar as transformações da sociedade (Santos, 2007). Os alunos devem ser orientados a fazer anotações, tirar fotos, produzir desenhos e croquis durante a realização do percurso de campo para posterior sistematização em sala de aula.

A **terceira fase** ocorre na sala de aula, onde serão realizados, de acordo com os objetivos, o aprofundamento e a **exploração dos resultados**. Nesse momento, em diálogo com os alunos, deve-se realizar uma análise mais detalhada do trajeto, questionando-os sobre suas impressões, dúvidas e conclusões. Essa sistematização, considerando os dados gerados pelos alunos durante o percurso, é muito importante porque revela que a atividade efetuada não foi algo isolado, mas um exercício cognitivo que, para além das formas que podem ser observadas na paisagem, aponta para os conteúdos (o movimento social) que demonstram que a paisagem, lenta ou rapidamente, sempre se transforma para atender às novas necessidades sociais.

Na sequência, complementarmente, é o momento em que os alunos acionam a sua criatividade. É importante que o grupo que se envolveu na atividade socialize os resultados e os principais produtos do percurso urbano na forma de cartazes, desenhos, exposição de fotografias, produções de textos, etc., junto à comunidade escolar.

E na finalização, a **quarta fase** é a atividade de **avaliação**. É quando se busca verificar, reflexivamente, se os objetivos foram alcançados e o que pode ser melhorado, lembrando que o roteiro é um dispositivo didático para ser aperfeiçoado pelos professores no exercício de sua criatividade pedagógico-geográfica.

Compreendemos, assim, que a realização dessa atividade didática, em suas diferentes etapas, é uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento da habilidade de observação,

descrição e análise sistemática da paisagem orientada pela intervenção qualificada do professor. É uma ocasião para desenvolver nos alunos a capacidade intelectual para selecionar, ordenar e organizar informações visando a estabelecer, para além do visível, inferências conforme a etapa de seu desenvolvimento cognitivo.

Desse modo, para além da compreensão propriamente do lugar ou dos lugares selecionados para serem estudados, essa atividade tem a finalidade de possibilitar aos alunos, a partir do exame da paisagem, o entendimento das dinâmicas da sociedade que envolvem as decisões de diversos setores que gerenciam e configuram a cidade, formando cidadãos cientes de seus direitos e deveres e que possam trabalhar para melhorar a sociedade/cidade em que vivem.

6.2. OS PERCURSOS URBANOS SELECIONADOS

Selecionamos, como já mencionado, três pontos de observação da cidade para realizar o estudo. A região do **Eurogarden**, projeto que ainda está em fase de implantação e onde se encontra o novo centro cívico de Maringá. O projeto, segundo a propaganda que se faz dele, irá mudar o conceito de cidade e do espaço urbano dela. O **Parque do Ingá**, representando a importância dos parques urbanos para a preservação ambiental e o conforto térmico na importância da preservação do meio ambiente e também por estar na região central e onde temos o contato com a Zona 3. E por último a região da **Zona 07 e o Novo Centro**; este ponto de estudo comporta prédios históricos que marcam a origem do espaço urbano Maringaense e, também, a diferença da paisagem conforme andamos por esse percurso até chegar ao Novo Centro que apresenta um grande processo de verticalização urbana.

Diante deste contexto, discorreremos a seguir a respeito das características destes pontos de estudo e apresentaremos os percursos urbanos.

6.2.1. Roteiro I: O Eurogarden

Este percurso contempla a área do Eurogarden⁶ conforme apresentado na Figura 8, um local que ainda se encontra em fase de implementação e, por enquanto, longe de sua finalização, principalmente, quando olhamos para o projeto que foi apresentado a toda comunidade. Selecionamos este espaço para contemplar um dos percursos, pois analisando todo o contexto

⁶ Vide o apêndice dessa dissertação.

envolvido das suas fases de implementação, ele se torna fundamental para se trabalhar nas escolas a respeito das transformações da paisagem urbana e as novas funções que a cidade adquire.

Figura 8: Percurso de leitura da paisagem: Bairro Eurogarden



Fonte: Google Earth Pro

Neste percurso, propomos **oito paradas** de análise e observação da paisagem. Por se tratar de uma área que ainda está em fase de construção, utilizar o recurso de imagens impressas é fundamental para a associação mental das futuras projeções que estão planejadas para ocorrer neste espaço.

É importante questionar os alunos sobre que é o Eurogarden. Se eles conhecem ou já foram visitar e ainda se sabiam que ali naquela região estava situado o antigo aeroporto da cidade (Aeroporto Regional Dr. Gastão Vidigal), como também a importância do novo centro cívico nesta região.

Em uma análise mais profunda, evidenciar as diversas temáticas que podem ser trabalhadas neste percurso, como a especulação imobiliária, o direito a cidade, o papel dos equipamentos públicos para a cidade e a sociedade, a ação do Estado junto com os agentes privados. É valioso o aprofundamento dessas questões em sala de aula, pois no trabalho de campo quando em contato com a paisagem de estudo, ao observá-la é que se concretizará o verdadeiro aprendizado.

Sugerimos um caminho didático para instigar os alunos durante todo o percurso. Trata-se de questões que estimulem suas percepções no desenvolver do trabalho, evidencia-se que deve ser realizado tais questionamentos, antes, durante e depois para que as percepções mentais e o olhar sobre o foco de estudo estejam mais aguçados. Perguntas, tais como:

- O que é paisagem?
- O que você observa na paisagem durante o percurso?
- Quais as mudanças mais significativas que você observa durante o trajeto?
- Quais principais elementos observados?
- Como são as disposições das ruas e avenidas?
- Há muito trânsito?
- Há a presença de sinalização, tais como placas, semáforos, câmeras?
- Pode-se observar se há a presença de comércios, de redes de *fast food* ou *shoppings centers*?
- Quais os agentes que produzem a paisagem urbana?

Há diversas questões que podem ser levantadas neste trabalho, assim como estão contempladas nos roteiros de percurso urbano (APÊNDICE 1, 2 e 3) para se pensar didaticamente a paisagem do espaço urbano.

Este empreendimento imobiliário recente pretende mudar aspectos a respeito da moradia urbana desta cidade. Apresentado no ano de 2011 para os maringaenses o projeto do Eurogarden foi projetado pelo escritório francês *ARCH 5*. Estes projetos, com diversos edifícios de múltiplos usos, irão ser construídos em parte da área que antes, como já mencionado, abrigava o antigo aeroporto e no lote privado ao redor. Surge após negociações com a prefeitura para a sua construção, pois a gestão já estava com projetos de produção do novo centro cívico da cidade e interligando este com o lote privado em questão (Silva, 2015).

Visionando atrair diversas pessoas e de diversos setores, fez-se propaganda a respeito dessa gigantesca construção, como observa Silva (2015, p. 247):

A proposta é de um novo bairro que pretende abrigar 12 mil habitantes, comércios, serviços e áreas de lazer de alto padrão e para tal incorporou empresários de várias áreas nem todos vinculados a área imobiliária, que vislumbravam como seus futuros clientes, moradores não só da cidade, como de outras localidades, que segundo eles, visualizarão um paraíso para viver os restos de suas vidas.

No site da empresa⁷ encontra-se informações sobre este empreendimento como sendo o “paraíso maringaense” ancorado em uma imagem de sustentabilidade, inovação, *smart city*, confiável, democrático, saudável, seguro e acolhedor. A referida empresa cita que revitalizou parte da área que correspondia ao antigo aeroporto integrando a paisagem urbana da cidade com novas tecnologias, técnicas construtivas e paisagismo que potencializam o mercado imobiliário local e valorizam a qualidade de vida das pessoas.

Evidencia-se que o marketing urbano gerado foi muito grande e altamente divulgado pelos canais midiáticos da cidade. Podemos até ver um vídeo que se encontra em sites de jornais e nas páginas relacionadas, toda a estrutura “brotando e dando à luz” ao novo empreendimento, algo totalmente futurístico, tecnológico e atrativo aos interesses comerciais, do qual se propõe.

Silva (2015) em seus estudos sobre este empreendimento evidencia a relação entre o público-privado para a efetivação deste projeto. Este local já era destino do novo centro cívico da cidade e com a compra deste grande lote por parte de empresários da cidade houve as negociações para que este projeto enfim saísse do papel.

O uso de imagens é de substancial importância, visto que ainda não está finalizado, os alunos recorrem a imagem gráfica para pensar e elaborar mentalmente como esse projeto ficará e indagar sobre quais as mudanças que causarão na cidade como um todo e também ao redor, na população que vive ali. Nas figuras 9, 10 e 11 a seguir retrata o projeto do Eurogarden de autoria da empresa de arquitetura francesa *Archi 5*.

⁷ Endereço do site da empresa: <https://www.eurogarden.com.br/>

Figura 9: Projeto Eurogarden



Fonte: Archi5, 2019. Disponível em: <https://archi5.fr/portfolio/urbanisme-maringa>. Acesso em dez, 2023.

Figura 10: Projeto Eurogarden



Fonte: Archi5, 2019. Disponível em: <https://archi5.fr/portfolio/urbanisme-maringa>. Acesso em dez. 2023.

Figura 11: Projeto Eurogarden



Fonte: Archi5, 2019. Disponível em: <https://archi5.fr/portfolio/urbanisme-maringa>. Acesso em dez, 2023.

Silva (2015) evidencia que nesta região já há a presença de condomínios horizontais fechados, mas que ainda há a presença de considerável população residente no entorno de média a baixa renda, o que a autora considera um possível processo de gentrificação⁸ diante da valorização imobiliária que este projeto traz. Na Figura 12 a seguir é a localização da área total deste empreendimento que ainda se encontra nas fases iniciais de sua construção.

⁸ Processo de requalificação e transformação da paisagem de bairros em áreas urbanas elevando o custo de vida e moradia, o que conduz a segregação socioespacial.

Figura 12: Área total do Eurogarden



Fonte: Google Earth Pro

Na Figura 13, a seguir, contempla aspectos da paisagem do Novo Centro Cívico da cidade localizado na Avenida Gastão Vidigal, os prédios do Fórum Eleitoral, o Tribunal Regional do Trabalho. A terceira imagem fica próximo ao Fórum, onde há uma placa identificando que nesta localidade será construído o futuro “Santuário de Schoenstatt”, que representa uma marca (futura) da religião na paisagem nesta região. E na última imagem retrata o prédio do antigo Aeroporto, que após a desativação com a construção do novo aeroporto, perdeu sua **função** (Corrêa, 2000, Santos, 2020), e hoje se encontra abandonado conforme visto em registro de campo, mas que há projetos de transformá-lo em museu de artes. Entretanto, até o presente momento, não há evidências da concretização projeto.

Figura 13: Novo Centro Cívico



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Neste ponto de observação é muito interessante a imagem histórica da paisagem que contempla esta região do antigo aeroporto. Instigando aos alunos para estarem atentos a paisagem desta avenida, olhar as construções e os espaços vazios que ainda não há edificações, mas que projetando um olhar no futuro, talvez bem próximo, mudara bastante as características que hoje são presentes. Ou seja, há um **processo** em curso que, subsidiado por uma **estrutura** (Corrêa, 2000, Santos, 2020), o transforma segundo os agentes que interferem significativamente no espaço pela lógica do capital incluindo o Estado, pois ele trabalha com/para o capital hegemônico.

O próximo ponto de observação sugerido localiza-se logo na entrada do Eurogarden. Estamos na Avenida Sônia Guerra Nogaroli, localizado logo atrás do prédio do antigo

aeroporto. É bem perceptível como se apresenta na Figura 14 abaixo, a disposição das ruas. Elas assumem uma característica bem diferente das demais e, inclusive, da Avenida Gastão Vidigal, onde, sugerimos, que se inicie este percurso.

Figura 14: Eurogarden



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Neste ponto, não há como enfatizar a respeito das permanências e as continuidades da paisagem visto que é uma área totalmente nova. Mas há muitas coisas a se observar presente nestas imagens em campo. A paisagem muda totalmente de fato, mesmo sem as edificações que comporão esta região já é perceptível o que está por vir.

Pode-se questionar os alunos a observar quais as principais diferenças observadas ao longo do trajeto e que logo na entrada se diferencia das demais, como, além da disposição bem

ordenada das ruas, observar que esta é uma região não verticalizada, mas que, mais adiante, será. Há câmeras em todas as ruas o que reflete a imagem de “ambiente totalmente seguro” que o marketing ressaltou. A fiação da rede elétrica é toda interna (subterrânea) como no “novo centro” (que será visto mais adiante) o que transmite um “ar” de paisagem “mais limpa”.

No trabalho de campo foi observado diversos fatores que consideramos importantes a serem trabalhados com os alunos, como, por exemplo, o fato de não haver pontos de ônibus. Ou seja, trata-se de uma área de vias abertas que não presenciamos ônibus de transporte público circulando para se conectar em outras ruas, mesmo tendo a presença de espaços de uso público.

Na Figura 15 podemos observar imagens da área de parque urbano destinada ao uso comum. Como está bem representado nas imagens que compõe esta figura, houve um intenso trabalho de “paisagismo”⁹ por todo o bairro. Antes mesmo de haver residências e comércios, já há a presença de um novo modelo de praça de bairro chamando a atenção das pessoas para fazer caminhadas ao ar livre e andar de bicicleta, pois há a presença por toda a área do empreendimento imobiliário de ciclovias.

⁹ Entendemos por “paisagismo” o trabalho planejado realizado sobre determinado lugar, sendo espaços públicos ou não com a utilização de plantas, árvores e outros objetos com a intencionalidade de comunicar um ambiente agradável e bonito para o uso coletivo.

Figura 15: Jardim Eurogarden



Fonte: arquivo pessoal da autora.

As fotografias que compõe a Figura 16, a seguir, registram aspectos do interior do parque do Eurogarden. Podemos observar placas de avisos de autocuidado para com os futuros moradores e, também, as pessoas que estão a passeio. Observamos também a disposição de lixeiras por todo o bairro, toda uma imagem que se diferencia e muito, de outras localidades da cidade.

Figura 16: Placas instrutivas do Jardim Eurogarden



Arquivo pessoal da autora.

Outro ponto de observação que chama a atenção é a presença de uma cafeteria conforme vemos na Figura 17 que funciona diariamente, mesmo o lugar ainda correspondendo, à um relativo “vazio urbano”, isto é, sem a presença de moradores, a não ser o próprio escritório do Eurogarden, os colaboradores e o café como comercio aberto a população.

Figura 17: Placa indicativa do La Dolce Vita Café - Eurogarden



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Trabalhar e registrar a história desta cidade e o processo de transformação da paisagem urbana, se torna cada vez mais de suma importância, visto que não se observa uma tradição forte na preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade. Desse modo, as antigas edificações (as **formas** que compõem a passagem) não são preservadas e, consequentemente, estão nos olhos dos grandes negociadores da cidade, que se apropriam e transformam em espaços privados, como este caso de estudo. Corre-se o risco de as gerações mais novas e os novos residentes não terem contato com a história e as memórias se não pela leitura das produções que se tem a respeito desse período e dos registros fotográficos.

O Eurogarden, tem assim, atrativos didáticos interessantes de estudo. Ainda que no momento de finalização desta pesquisa, não sejam identificados plenamente as construções em desenvolvimento que se planeja para esse espaço, há indícios de um forte **processo** de

transformação em curso. Representa, portanto, um espaço de uso público e privado como um atrativo ao nosso ver, para as pessoas visitarem e apreciarem a “boa vida” que ele oferta. Ou seja, as pessoas que adquirirem os imóveis nesse local representam uma pequena parcela da população e de alto poder aquisitivo que podem obter e usufruir de todos componentes que o integram.

Este local, como destacado, representa as novas **funções** na produção do espaço que a cidade passa a ter, relacionando com a origem e mudanças ocorridas, bem como a transferência do novo centro cívico da cidade e também um espaço que segrega a população mais carente, um possível processo de gentrificação como sugere Silva (2015). Evidencia a ação dos gestores públicos e capitalistas na reserva desse espaço como um vazio urbano, devido a um projeto de execução a longo prazo.

6.2.2. Roteiro II: O Parque do Ingá

Diante do fato de que esta cidade de estudo é conhecida como uma cidade jardim¹⁰ e muito arborizada, apresentando uma qualidade ambiental urbana aos moradores e, também, pela presença de dois grandes parques urbanos na região central, apontamos como percurso urbano de análise da paisagem a área do “Parque do Ingá¹¹”.

Um dos objetivos, portanto, é trabalhar com a preservação ambiental e a sua importância para a qualidade de vida dos moradores e o equilíbrio ambiental e, também, analisar a paisagem que compõe o entorno deste parque. Saindo da Zona 3, área onde, inicialmente foi destinada aos operários e indo em direção a entrada do parque, apresentando grandes mudanças na paisagem.

Conforme Bovo e Amorim (2009, p. 62) dizem:

As pesquisas realizadas em áreas verdes apontam para a necessidade de uma distribuição mais homogênea de tais áreas nas cidades, uma vez que se encontram associadas à especulação imobiliária. Assim, o espaço destinado ao lazer, quer sejam parques ou praças, quando bem equipados, tornam as áreas de seu entorno mais valorizadas e, consequentemente, procuradas pela garantia de uma vida mais saudável devido aos benefícios que esses espaços oferecem. Dessa forma, observa-se que as áreas verdes no espaço urbano são de interesse da maioria da população, sendo esta beneficiada pela existência do verde urbano.

¹⁰ A concepção de Cidade Jardim tem origem do Le Corbusier (Paris) na década de 1930.

¹¹ Vide o apêndice desta dissertação.

Segundo Bovo e Amorim (2009), os parques urbanos foram pensados pelo responsável do planejamento da cidade de Maringá desde a planta pelo engenheiro João de Macedo Vieira. O aspecto de cidade verde é retomado na década de 1980, quando o responsável pela gestão em evidência busca a mudança de *slogan* da cidade, pois o de “Cidade Canção” estaria ultrapassado, adotado o de “Cidade Verde”. Localizado ambos parques em áreas estratégicas do desenvolvimento da cidade, representou o que os autores atrelam ao “discurso ecológico”. Segundo Bovo Amorim (2009, p. 64):

O discurso ecológico está diretamente implícito na produção do espaço urbano. Através dele, a cidade torna-se agradável do ponto de vista estético. Entretanto, as preocupações das contradições do capital e do trabalho ficam em segundo plano. No primeiro plano, a causa ecológica pode parecer neutra e desprovida de qualquer poder ideológico ou manifestação de classes. Porém, a produção e divulgação dos discursos ligados à ecologia não são neutros; ao contrário, são ideológicos e representam interesses da classe dominante. Isso que fica evidente quando Maringá divulgou o cognome “Cidade Verde”.

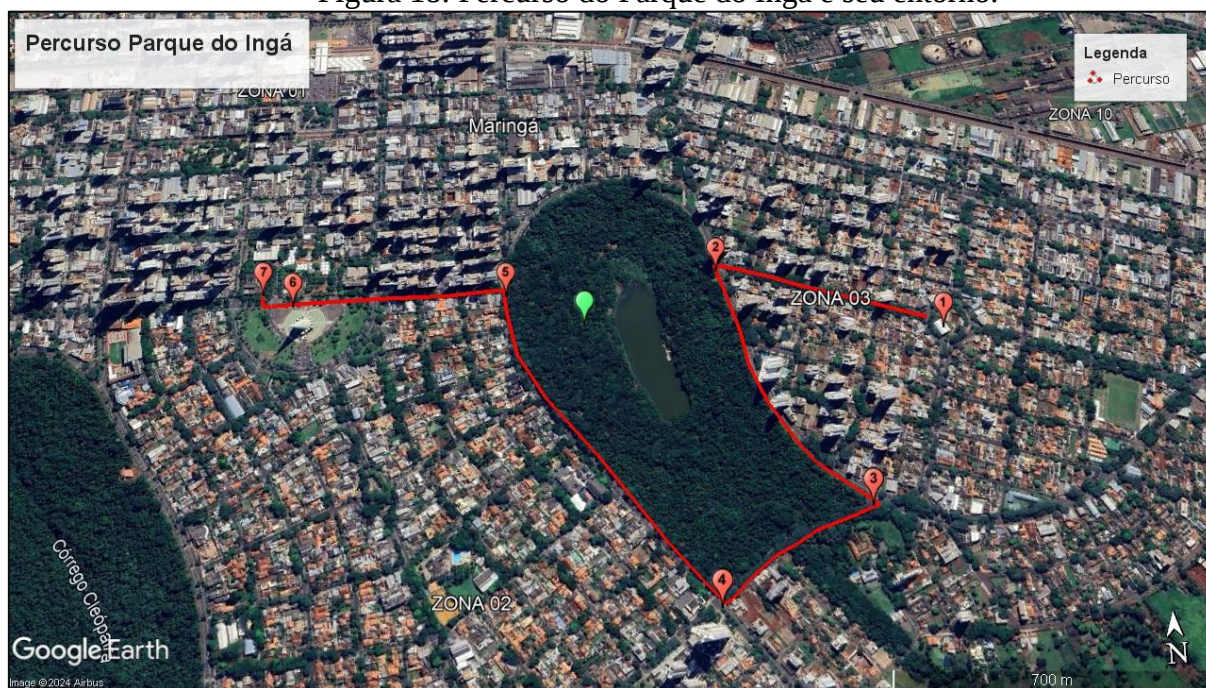
Fica evidente, segundo a análise dos autores, que a ocupação residencial nas áreas desses parques é de moradias de classe alta (exceto a Zona 3 que foi projetada para os operários), apresentando uma grande verticalização e que está totalmente atrelada a grande procura e como também ao valor alto dos imóveis deste entorno.

Por isso destacamos o cuidado ao se retratar a cidade quando for estudá-la com o *slogan* que o marketing da cidade vende, devido a ser uma estratégia comercial que, de fato, deu certo para atrair pessoas para a cidade, seja relacionado ao consumo, como também para a moradia e o trabalho.

Mas é importante estudar também os parques urbanos e apresentá-los aos alunos devido à valorização ambiental e também para eles analisarem a paisagem que o cerca que se diferencia de outras localidades da cidade, podendo até se diferenciar muito do local de sua residência.

O percurso do Parque do Ingá tem por objetivo, portanto, analisar a paisagem desta área e também propor uma discussão sobre a importância da preservação ambiental para a cidade e o planeta de modo geral, como também a influência que essas áreas produzem na dinâmica cidade e em seu entorno. Sugerimos, conforme a Figura 18, a seguinte rota:

Figura 18: Percurso do Parque do Ingá e seu entorno.



Fonte: Google Earth Pro

Neste percurso colocamos como início (o ponto 1) na Praça Regente Feijó localizada na Avenida Paissandu indo em direção ao Parque do Ingá. Seleccionamos este ponto de “entrada” para o início do percurso devido, ao longo desta avenida e, até mesmo os aspectos que a praça apresenta, se diferenciar bastante do que compõe a paisagem do outro lado do parque como podemos observar na Figura 19 e 20 inserida abaixo. Ao longo desta avenida, ainda há a presença de casas de madeira em meios aos prédios comerciais e residenciais que compõe este bairro. Isso evidencia as marcas do processo de inicialização de ocupação que ocorreu, bem como, da população que ali residiu no passado e que alguns ainda residem na atualidade.

Figura 19: Praça Regente Feijó - Zona 3



Fonte: arquivo pessoal

Figura 20: Entorno da Praça Regente Feijó



Fonte: arquivo pessoal

Indo em direção ao parque indica-se, contornar, ou seguir por dentro do parque. Isto fica a critério do professor, mas neste caso, sugerimos contorná-lo em um exercício de observação, verificando o que em um trajeto tão curto vai mudando as **formas** que compõe a paisagem conforme segue em direção a entrada principal do parque. A parada dos pontos 3 e 4 é para realizar esta observação e descrever quais são as características apresentadas, quais os tipos de edificações que se apresentam em ambos os lados.

O ponto 5 (Figura 21) está localizado na entrada do parque. É onde pode-se fazer paradas para beber água, entrar no parque e realizar a caminhada interna e trabalhar com as questões

que envolve a preservação do meio ambiente, qualidade de vida urbana, a arborização e demais conteúdos que podem abarcar esta temática.

Figura 21: Parque do Ingá



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Os pontos de observação 6 e 7 (Figura 22) se localizam na Avenida Tiradentes: a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória e o Hotel Bandeirantes. Este hotel faz parte do Patrimônio Cultural do Paraná, mas não é aberto à visitação. Ambos pontos (A Hotel e a Catedral) possuem uma história importante na cidade de Maringá e são considerados pontos turísticos.

Figura 22: Catedral Basílica e Hotel Bandeirantes



Fonte: arquivo pessoal

Buscamos, por meio deste percurso, evidenciar conforme foi destacado na apresentação da “planta da cidade”, os tipos de ocupação desses bairros e que os alunos, possam desse modo, identificar, na paisagem, os traços que marcam este período. Analisando, pelos tipos de comércio que apresentam em ambos os bairros por este pequeno recorte de observação.

6.2.3. Roteiro III: O Novo Centro¹²

Contemplamos, neste percurso, a região central da cidade, incluindo, nas rotas, diferentes momentos cristalizados na paisagem desta cidade. Ressaltamos, porém, tratar-se de uma área em intensa transformação. Ou seja, mesmo que ainda presentes na paisagem dessa área da cidade, algumas **formas** presentes desde a sua fundação, no futuro, muito provavelmente, não se encontrem mais. É o caso das casas de madeira. Neste caso, o registro fotográfico se torna essencial para guardar este registro do tempo.

Figura 23: Percurso do Novo Centro



Fonte: Google Earth Pro

A Universidade Estadual de Maringá-UEM localizada na Avenida Colombo, foi selecionada como ponto 1 (Figura 24) deste roteiro por ser uma instituição renomada e pública de grande importância para esta cidade e, também, para as demais cidades que compõe a Região Metropolitana. Como um grande fato histórico, é importante a visita ao “Museu da Bacia do Paraná” localizado nesta Universidade. Suas instalações funcionam em uma das primeiras casas construída nesta cidade de estudo e que, antes, pertencia ao administrador da CMNP. Ela foi cedida a esta Universidade e conta com um acervo gigantesco de fotografias históricas de Maringá.

¹² Vide o apêndice desta dissertação.

O **ponto 2** (Figura 24) de observação da paisagem encontra-se na Avenida Colombo também. A Paróquia Santa Maria Goretti foi fundada em 1964 e, de início, abrangia a área rural e uma pequena parcela urbana desta cidade. Esta paróquia foi importante para o desenvolvimento da Zona 7.

Seguindo em direção ao **ponto 3** (Figura 24) localizado na Rua Ruy Barbosa podemos observar a presença das casas de madeira que ainda compõem essa região. São os rastros urbanos do processo de inicialização da cidade, reflete-se a diferença da paisagem dos pontos anteriores.

Figura 24: Pontos de Observação I: Universidade Estadual de Maringá; II: Igreja Santa Maria Goretti; III: Rua Ruy Barbosa – casas de madeira.



Fonte: arquivo pessoal

O **ponto 4** (Figura 25) representa o rebaixamento da linha férrea e a criação do “Novo Centro”. Neste momento pode-se contextualizar com as fotos históricas as **formas** que compunham antiga paisagem desta região e com a qual se apresenta agora. Observar que com o crescimento da cidade surgiu novos interesses (novas **funções**, novos **processos**). A ferrovia, por exemplo, que antes cortava a superfície do centro e transportava pessoas e cargas, perdeu a função de transporte de pessoas, perdendo competitividade com a vinda de empresas de transportes rodoviários de passageiros.

Figura 25: Rebaixamento da Linha Férrea



Fonte: arquivo pessoal

Próximo a este ponto na Rua Fernão Dias há o “Atacadão”, empresa que desempenha o papel da venda de produtos para o comércio e varejo e que atende a toda região da cidade de Maringá. Na mesma rua Fernão Dias, também se encontra o “Albergue Santa Luiza de Marillac”, que desempenha o papel de atender e acolher as pessoas em condição de vulnerabilidade social, atuando desde 1959 nesta cidade.

Seguindo em direção à Avenida Advogado Horácio Raccanelo Filho, o **ponto 5** (Figura 26) de parada de observação é a área do “Terminal Intermodal Urbano Dr. Said Felício Ferreira”, inaugurado em meados de 2020. O nome se dá em homenagem ao ex prefeito Said Ferreira, que teve sua gestão na década de 1980 e 1990 desta cidade.

Em exercício didático é interessante analisar as diferenças no transcorrer desta atividade que contempla diversas paisagens da cidade e, também, os diversos momentos históricos da cidade e, assim, seguirmos na direção dos próximos **ponto 6** e o **7** (Figura 26) que contemplam o Novo Centro.

Figura 26: Novo centro



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Neste ponto de observação verificamos diferenças profundas da paisagem. Estamos diante de uma área com alta verticalização e grande especulação imobiliária. Com já mencionado a respeito desse espaço, ele seria destinado ao “Projeto Ágora”, mas acabou resultando em uma área comercial e residencial privada. Uma grande presença nesta região dos comércios que marcam como as redes de *fast food*, shopping centers, padarias, cafés, mercados e demais atividades comerciais.

O “Mercadão Municipal” é indicado neste percurso como o **ponto 8** (Figura 27) de análise da paisagem localizado na Avenida Prudente de Moraes, um centro gastronômico que possui diversos bares e restaurantes, mas que, historicamente, faz parte da cidade desde a

década de 1950 e foi um dos primeiros armazéns cerealistas desta cidade. Neste caso o prédio mudou de **função**, mas teve sua **forma** externa preservada.

O **ponto 9** (Figura 27), a última parada, corresponde ao “Complexo Esportivo Jaime Canet Júnior” ou “Vila Olímpica”, local de referência de esporte para esta cidade e também de lazer. Sua construção foi importante para o desenvolvimento da cidade e da Zona 7 e, hoje, tem grande importância, sediando diversos jogos dos mais variados tipos de esportes. Também neste espaço, durante a semana ocorre a “Feira do Produtor”, atividade que reúne diversos produtores da cidade para a comercialização de seus produtos.

Figura 27: Mercadão Municipal e Complexo Vila Olímpica



Fonte: arquivo pessoal

Os três roteiros que apresentamos, em nossa concepção, estão pautados pelos referenciais teóricos estudadas. São paisagens que se diferenciam por estarem em locais específicos na cidade, mas que em seu todo, representam a dinâmica (**estrutura e processos**) que rege os espaços da cidade.

Ao estudar a paisagem urbana de Maringá, analisamos esses recortes espaciais, adequando-os ao que, didaticamente, seria cabível no desenvolvimento de uma atividade com alunos do ensino fundamental e médio da educação básica. Ressalta-se, entretanto, que no desenvolvimento desta atividade e com os trabalhos de campo, não foi considerado a saída da atividade de um determinado lugar, como a o espaço escolar, devido a essa pesquisa não ter sido desenvolvido em conjunto com uma escola, ou com um professor de uma determinada classe escolar.

Indicamos que na prática deste trabalho de campo, o (a) professor (a) adapte, sempre considerando as possibilidades, para o seu entorno escolar, colocando a saída da escola considerando este trajeto e a finalização em sala de aula, produzindo, como indicado, materiais em cartazes, produção de textos e expondo para a comunidade escolar como trabalho final da atividade.

Os três estudos apresentados podem contribuir significativamente para a leitura da paisagem da cidade e, também, para a compreensão conceitual do qual se propõe. Podem, oportunamente, serem comparados com outras áreas da cidade que não possuem tamanhas estruturas como nessas áreas, o que já é evidenciado no percurso 3. Trabalhados como o caso do Eurogarden uma gigantesca construção que promove uma enorme mudança não apenas na paisagem local, mas também na vida dos antigos moradores de seu entorno, um local que ainda é um grande vazio urbano; as construções ainda se iniciarão, mas que já é alvo de alta procura e uma grande especulação imobiliária.

A utilização do conceito de paisagem, nesta concepção, indica um ótimo caminho didático a ser trabalhado com os alunos e professores para estudar essa cidade. Mas ele não é único e exclusivo. Para isso, o professor pode e deve usar de seu saber científico e autonomia para a adaptação e como, também, no trabalho interdisciplinar com as demais disciplinas que integram o currículo escolar. Esperamos, portanto, uma recepção crítica e criativa da comunidade geográfica (professores e pesquisadores).

Observamos com os trabalhos de campo e mapeamentos de possíveis roteiros para a leitura da paisagem urbana, que há diversos locais nesta cidade que podem ser trabalhados didaticamente em sala de aula e, também, em trabalho de campo. Esta cidade altamente

planejada direciona os seus espaços conforme os papéis que lhe serão atribuídos e isso ocorre desde a sua fundação e se perpetua até os dias atuais.

Também foram observados espaços da cidade que não estão bem munidos de equipamentos e atenção pública como os bairros de áreas privilegiadas, como também bairros que podem passar por um possível processo de gentrificação, como é o caso do entorno do Eurogarden. Essas áreas menos atraentes para o marketing da imagem da cidade, na maioria das vezes, são esquecidas e podem sofrer possíveis “apagões” se deixarem de existir, por isso reafirma-se a importância de entender a cidade em que se vive e entender as suas dinâmicas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As palavras só têm sentido se nos ajudam
a ver o mundo melhor.
Aprendemos palavras para melhorar os olhos.
(Rubem Alves)*

A proposição de roteiros didáticos para a leitura da paisagem no ensino de Geografia, como destacado ao longo dessa dissertação, não é algo novo no campo desta disciplina escolar, e nem mesmo na educação de modo geral. Para além de um passeio ou de um “dia diferente” na rotina escolar de professores e alunos, propomos nesta pesquisa, a análise de aspectos selecionados da cidade como recurso pedagógico mediado pelo uso dos conceitos geográficos, em especial nesta pesquisa, o de paisagem. Compreendemos, pois, que a Geografia tem uma maneira específica de analisar e entender o mundo – o olhar geográfico –, e que isso é realizado pelo uso consciente dos conceitos estruturantes do pensamento geográfico. Para além da mera empiria, o que se busca, portanto, é proporcionar aos alunos um olhar sistematizado do mundo.

Partimos de uma análise crítica da paisagem, compreendendo-a, conforme Santos (2007, p.103), como “[...] o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Apoiados nesta concepção, analisar a paisagem de um determinado lugar e, em específico, do espaço urbano maringense, é analisar as suas heranças, isto é, as marcas passadas que a constituíram e que continuam estando presentes diante das novas construções. Analisando nesta perspectiva, as relações que moldaram e que moldam a paisagem da cidade, tem reflexos diretos na vida dos que a habitam.

Compreender a paisagem desse modo é identificar os diferentes **processos** que a configuraram e a modificam constantemente. No âmbito das práticas de ensino mediadas pelo uso dos “roteiros didáticos de percurso urbano” propomos, trabalhar paisagem urbana das cidades com base em seu contexto histórico e social, ampliando a discussão para além daquilo que a visão abarca. A mediação dos conceitos geográficos é fundamental, portanto, para que os alunos possam alcançar uma compreensão mais profunda da paisagem, indo além do que já é conhecido pelas vivências do cotidiano. A leitura da paisagem é assim, o ponto de partida para a compreensão do espaço geográfico (Santos, 2007; Mobeing, 1956; Callai, 2013).

É importante ressaltar que ao trabalharmos com os “roteiros didáticos de percursos urbanos”, como sugeridos neste trabalho, as análises perceptivas dos alunos são aprofundadas

e podemos dizer “despertadas”, para desenvolverem habilidades geográficas como, por exemplo, de observação, de descrição, compreensão de dinâmicas e processos do espaço estudado. Apoiado por esse procedimento didático, os alunos podem, como já mencionado, exercitar processos cognitivos mais complexos (utilizados pelo geógrafo) já que, o simples contato empírico com a realizada é insuficiente para desenvolvê-los. Os alunos poderão então, exercer uma observação mais sistemática sobre os diferentes lugares da cidade, examinando criticamente a paisagem geográfica como parte de sua rotina.

Segundo Gelpi e Schäffer (2001) o roteiro de percurso urbano pode transformar-se em excepcional recurso de apoio aos professores que atuam nos diversos níveis de ensino, trabalhando com a cidade para atingir os objetivos específicos de aprendizagem. Utilizar a cidade em que habitamos para trabalhar os mais diversos conteúdos da ciência geográfica e em especial, a paisagem urbana das cidades, com viés pedagógico, possibilitando trabalhar diversos conceitos geográficos como cidade, lugar, paisagem, território e os demais, assim como estudando o local de pertencimento dos alunos como evidencia Gelpi e Schäffer (2001, p 117) “[...] A observação, o registro das informações e a busca de fontes que expliquem a conformação e a funcionalidade espacial podem sensibilizar o aluno para as formas que o cercam cotidianamente e para os eventos que a elas estão referidos”.

Essa atividade de campo mesmo realizada sobre uma área já conhecida pelos alunos por habitarem a mesma cidade os levam a conhecer “por outro olhar” o “olhar geográfico” que a disciplina proporciona, ou seja, a análise das modificações que ocorrem neste espaço que resultou na mudança ou permanências para a paisagem urbana da cidade. As decisões que são tomadas de cunho políticos e econômicos que modificam o espaço e envolvem todo o cotidiano das pessoas que vivem na cidade. É uma atividade que se insere entre as múltiplas possibilidades de trabalho fora de sala de aula que o professor de geografia pode desenvolver. Portanto, uma prática de campo, de importante significado pedagógico, e independente da etapa de aprendizagem no qual se encontra o grupo (Gelpi, Schäffer, 2001).

Destarte, o importante ao estudar a paisagem da cidade não é apenas descrever lugares situados em regiões privilegiadas da cidade como as áreas mais centrais nas quais, normalmente, há uma percepção “positiva” da paisagem – lugares bonitos e bem cuidados e estruturados – mas também e, comparativamente, as menos favorecidas e marcadas pela pobreza e a desigualdade.

A construção e reconstrução da paisagem das cidades não ocorre de maneira natural. Se desenrolam como já mencionado, devido aos fatores de cunho políticos, culturais e que se refletem, ou melhor, se configura na paisagem urbana. Ao estudar esses elementos é

fundamental identificar e analisar esses fatores e encaminhar pedagogicamente os alunos para desenvolver a análise da forma crítica construtiva sobre o lugar e sua paisagem.

Assim, defendemos que a abordagem direta da paisagem por meio dos “roteiros didáticos de percursos urbanos” é uma importante ferramenta que, estruturados pelos conceitos geográficos permite uma compreensão mais profunda do espaço geográfico. Cabe aos professores adaptarem à sua realidade, ou seja, à realidade de suas cidades e das escolas onde atuam para realizar essa atividade de trabalho de campo guiado. O trabalho de campo é visto como uma simples saída da rotina, fora da cidade ou para conhecer outras localidades de estudo, o que é muito importante para a nossa ciência. Mas pode ser também, como evidenciamos nesta dissertação, um momento de estudo de lugares já conhecido pelas vivências diárias, mas que pode ser enriquecida pela análise mais sistemática da paisagem.

Ao chegarmos no final da jornada deste trabalho, concluímos que os objetivos propostos foram alcançados. Mas também houve contratempos. Pensar, destarte, em uma atividade didática é algo que exige muito cuidado, pois não é apenas selecionar um local que comporte a temática de estudo. É pensar em todos os detalhes que poderão desenrolar-se quando o trabalho de campo ocorrer efetivamente com os alunos, o que não foi possível no desenvolver deste trabalho realizar em conjunto com os estudantes.

Para isso, ao selecionar os locais de estudo foi compreendido que em alguns casos mesmo sendo uma área para se explorar e que há a necessidade de realizar estudos sobre e como também de expô-los a sociedade, pensar didaticamente em levar turmas do ensino fundamental e médio, não seria possível, pois como observamos anteriormente, em um trabalho de campo precisamos analisar as possibilidades considerando as paradas para refeições e também o uso de banheiros, o que levou a descartar determinadas localidades.

Portanto, quando pensados os roteiros pelos espaços da cidade, foi considerado a reflexão sobre os rastros urbanos do tempo e da história da cidade, devido a isso esses três pontos foram selecionados para este estudo. A construção do conhecimento não é algo espontâneo, ele origina-se da inquietação, da indagação da busca do saber mais e da não conformidade (Freire, 2023).

Buscamos, enfim, formar pessoas questionadoras de suas realidades, superando a apreensão ingênua dos acontecimentos que se sucedem ao redor, passando a compreendê-las como uma totalidade a partir dos conhecimentos adquiridos empiricamente, mas refinados pelos conhecimentos científicos desenvolvidos historicamente pela ciência geográfica. São muitas as possibilidades de estudos a partir da relação com a paisagem urbana e o uso dos “roteiros didáticos de percursos urbanos” é uma delas.

Espera-se que este trabalho contribua para o enriquecimento didático do uso conceitual da Paisagem, do ensino geográfico e dos professores de modo geral, defendendo o ensino e a construção cidadã dos alunos perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. D. A propósito da questão teórico-metodológico sobre o ensino de Geografia. *In: Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB (org.). Prática de ensino em Geografia*. São Paulo: Marco Zero, 1991, cap. 5. p. 83-90.
- ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. S. Na cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. Dez anos de mudanças no Mundo, na Geografia e nas Ciências Sociais, 1999-2008. **Anais do 10º Colóquio Internacional de Geocrítica**, Universidade de Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/55.htm>. Acesso em: janeiro de 2024.
- AZAMBUJA, L. D. **A Geografia do Brasil na educação básica: uma didática para o ensino da formação socioespacial brasileira**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- BESSE, J. M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. 1 ed. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2014.
- BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. T. Áreas verdes urbanas, a imagem, o mito e a realidade: um estudo de caso sobre a cidade de Maringá/Pr. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 1, n. 16, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i16.865. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/865>. Acesso em: janeiro de 2023.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 22 de mai. de 2022.
- BRARDA, A. A.; RIOS, L. G. Argumentos e estratégias para a construção da cidade educadora. *In: GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO; A. (Orgs.). Cidade Educadora: princípios experiências*. São Paulo: Cortez, 2004. p.15-44.
- CABEZUDO, A. Cidade educadora: uma proposta para os governos locais. *In: GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO; A. (Orgs.). Cidade Educadora: princípios experiências*. São Paulo: Cortez, 2004. p.11-14.
- CALLAI, H. C. Estudar a paisagem para aprender geografia. *In: PEREIRA, M. G. (Org). La opacidade del paisaje: formas, imágenes y tempos educativos. A opacidade da paisagem: formas, imagens e tempo de ensino*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013, p. 37-56.
- CALLAI, H. C. Na geografia, a paisagem, estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXIV, n. 1, p. 59-68, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxiv_1-04.pdf. Acesso em: agosto de 2023.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLAR, S. M. V. A escola, a formação docente e o ensino das paisagens. *In: PEREIRA, M. G. (Org). La opacidade del paisaje: formas, imágenes y tempos educativos. A*

opacidade da paisagem: formas, imagens e tempo de ensino. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013, p. 173-198.

CAVALCANTI, L. S. A cidadania, o direito a cidade e a geografia escolar - Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 41-55, 1999. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123346. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123346>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CAVALCANTI, L. S. **Formação de professores:** concepções e práticas em Geografia. 1 ed. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

CAVALCANTI, L. S. Geografia escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. In: SILVA, E. I.; PIRES, L. M (Orgs.). **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013, p. 45-65.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**. 1.ed. Campinas: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela geografia:** ensino e relevância social. 1. ed. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CARVALHO, D. A excursão geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 4, p. 864-873, out./dez. 1941.

CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confin.** n. 17, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/12414>. Acesso em: setembro de 2023.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. cap. 1, p. 15-47.

CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, p. 121-129, jan./jun., 2000. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/files/2014/09/Rede-urbana-Lobato.pdf> Acesso em: fevereiro 2023.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. – São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 2004.

CRUZ, C. R. **Paulo Freire e Milton Santos:** Fundamentos para uma Pedagogia do Espaço. 2014. 174 pg. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

DAMIANI, A. L. O urbano no mundo da mercadoria. In: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. cap. 7. p. 367-369.

DUARTE, F. Rastros de um rio urbano – cidade comunicada, cidade percebida. **Ambiente e Sociedade**. v. IX, n. 2, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/5xTFFpKdkFFC5LrwNYbmyjC/?lang=pt>. Acesso em: novembro de 2023.

ENDLICH, A. M; MORO, D. A. Maringá e a produção do espaço regional. *In: Moro, D.A. (orgs.) Maringá espaço e tempo*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UEM, 2003, p. 9-47.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da Escola Moderna**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 256 p.

FERREIRA, J. C. V.; CORDOVIL, F. C. S.; Do projeto Ágora de Niemeyer à privatização do espaço público: Novo Centro de Maringá. *In: FERREIRA, J. C. V.; CORDOVIL, F. C. S.; As desventuras do planejamento urbano: o novo centro de Maringá (PR), do Projeto Ágora de Oscar Niemeyer à produção imobiliária (Coleção Caramelo) do século XXI*. 1. ed. São Paulo: FAUSP, 2022. cap. 2, p. 58-103.

GELPI, A. SCHÄFFER, N. O. Guia de percurso urbano. *In: Castrogiovanni, A. C. et al. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 109-128.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. v. 35, n. 1, p. 57-63, mar/abr.1995.

GÓMEZ, A. G.; CORROCHANO, D. F.; PARRA, G. N. Itinerarios didáctico-naturales en educación primaria: el Noroeste de Zamora. **Didáctica Geográfica** n. 18, 2017, p. 111-131. Disponível em:

<https://didacticageografica.agegeografia.es/index.php/didacticageografica/article/view/385>. Acesso em: 09 mai. 2023.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13361>. Acesso em: setembro de 2023.

KAERCHER, N. A. A geografia é o nosso dia a dia. *In Castrogiovanni, A. C. et al. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 11-21.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5. Ed. São Paulo: CENTAURO, 2001. 146 p.

LOPES, C. S. **O professor de Geografia e os saberes profissionais: o processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-30042010-151609. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30042010-151609/pt-br.php> Acesso em: março, 2023.

LOPES, C. S. O estudo do meio de suas fontes. *In: GASPARIN, J. L.; MASHIBA, G. C. X. (Orgs.). Os clássicos e a educação: um retorno necessário em tempos de crise*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2019, p. 161-74.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. **O estudo do meio**: Fundamentos e estratégias. 1. ed. Maringá: Eduem – Editora da UEM. 2010. 47 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

LUZ, F. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997. 217 p.

MONBEIG, P. **Papel e valor do ensino da geografia e sua pesquisa**. IBGE, 1956.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MORO, D. A. Maringá espaço e tempo. In: Moro, D.A. (Orgs.). **Maringá espaço e tempo**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia -UEM, 2003, p. 49-87.

NASCIMENTO, J. C. D.; ALBUQUERQUE, E. A. A. Educação para transformar as pessoas do mundo, geografia para mudar o mundo das pessoas: aproximações teóricas entre Paulo Freire e Milton Santos. **Geosaberes**. Fortaleza, v.8, n.15, p. 67-80, 2017. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/562>. Acesso em: outubro de 2023.

NERIS, G. C. G; LOPES, C.S. Trilhas Urbanas: A cidade e o ensino de Geografia. **Revista Geoingá**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 3-25, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49116/751375140328>. Acesso em: mai. 2022

OLIVEIRA, M. M. O estudo do meio sobre a cidade e o urbano na geografia: (re)pensar a prática de ensino na escola é necessário?. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 609-623, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/90070> Acesso em: jun de 2022.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 249-288.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258 p. Tese (Doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. 3 reimp. São Paulo: EDUSP. 2012. 96 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. 10. reimp. São Paulo: EDUSP, 2020.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHIER, R. A. **Trajetória do conceito de paisagem na Geografia.** Revista RAEGA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SILVA, B. F. **A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paçandu-Maringá-Sarandi:** novos arranjos, velha lógica. 2015. 295f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista.** In: MARICATO, E. (org) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982.

SOUTO, X. M. Los itinerários educativos y su valor formativo. In: X. M. Souto, ed. **Itinerarios educativos y actividades escolares.** Valencia: Federació d'Ensenyament de CCOO, 2007, p. 9-14.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas.** CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. 356 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova.** n. 93, 15 de julho de 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313> Acesso em: novembro de 2023.

TOMITA, L. M. S. Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia. **Geografia.** Londrina. v. 8, n. 1, p. 13-15, 1999. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10199/9006>. Acesso em: setembro de 2023.

TÖWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR).** 2015. 359 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

TÖWS, R. L. A produção do espaço urbano e a verticalização do novo centro. In: FERREIRA, J. C. V.; CORDOVIL, F. C. S.; **As desventuras do planejamento urbano: o novo centro de Maringá (PR), do Projeto Ágora de Oscar Niemeyer à produção imobiliária (Coleção Caramelo) do século XXI.** 1. ed. São Paulo: FAUSP, 2022. cap. 7, p. 206-225.

TROLL, C. **A paisagem geográfica e sua investigação.** Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 4, 1997.

VERCEZI, J. T. **Gênese e evolução da região metropolitana de Maringá.** 2001. 196f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

YOUNG, M. Futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 609-623. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WRv76FZpdGXpkVYMNm5Bych/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: novembro de 2023.

APÊNDICES

ROTEIRO DE LEITURA DA PAISAGEM URBANA DA CIDADE DE MARINGÁ – PR

EUROGARDEN

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem.

Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que nossa visão abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

Milton Santos

Escola:

Aluno (a):

MARINGÁ – PR

APRESENTAÇÃO

O roteiro de leitura da paisagem urbana é um recurso pedagógico para auxiliar na atividade de trabalho de campo para ser utilizado na observação direta da paisagem.

Com o objetivo de contemplar os pontos pré-estabelecidos localizados na cidade, no qual ao ser utilizado pelos alunos na realização da atividade poderão usar da criatividade para elaborar croquis, desenhar, descrever, identificar, localizar e registrar durante o trabalho, para que posteriormente desenvolva a análise geográfica sobre os pontos de estudo.

ROTEIRO A: EUROGARDEN

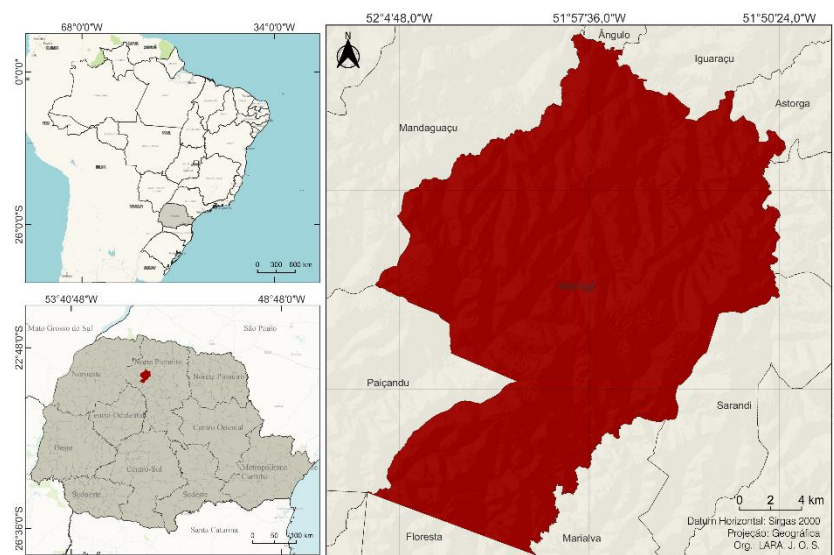


RECOMENDAÇÕES

O trabalho de campo é uma atividade ao ar livre, por isso segue algumas recomendações necessárias:

- Roupa confortável para caminhada, recomenda-se utilizar tênis de caminhada;
- Beba água;
- Use protetor solar;
- Máquina fotográfica ou celular para tirar fotos dos locais de estudo para documentação;
- Atente-se ao redor e sempre esteja em companhia dos colegas de turma;
- Telefone contato responsável: _____

MAPA LOCALIZAÇÃO DE MARINGÁ



PONTO 1: EUROGARDEN

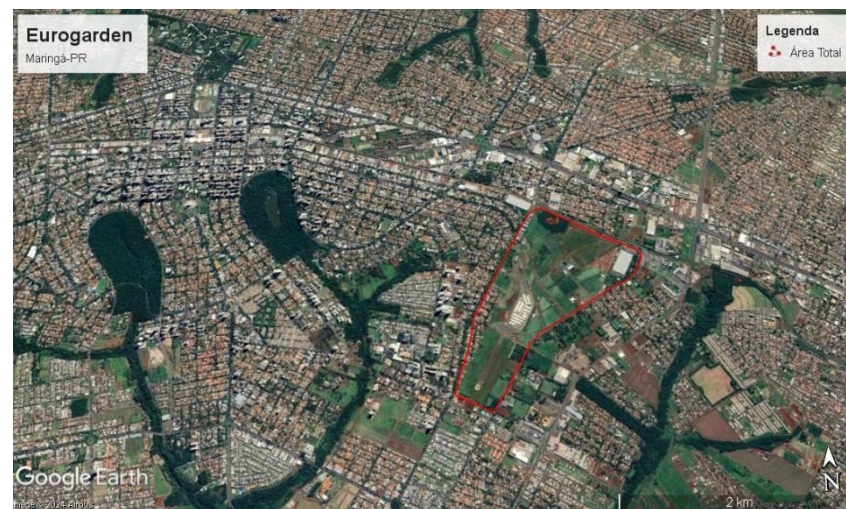
Início:

Fim:

É interessante e muito importante a observação da paisagem ao longo do caminho percorrido até chegar ao local de estudo.

Registrar por escrito as experiências vividas, como o sentimento em estar neste local.

Imagem do Percurso urbano e localização da área:



ANTIGO AEROPORTO



PARA PENSAR

Como você percebe a cidade de Maringá?

Durante percurso, o que você observa?

Ocorreu mudanças significativas da Paisagem durante o trajeto?

Quais elementos lhe chama a atenção?

Como são as ruas?

Há muito trânsito?

Há bastante sinalização?

Há presença de redes de fast food ou shoppings centers?

Quais os principais pontos observados na paisagem?

Quais os tipos de construções, horizontais, verticais, condomínios fechados?

As pessoas que residem aqui sentem dificuldade para ter acesso a supermercado, farmácias, hospital?

Tem ciclovia?

As vias de trânsito (as ruas) são “apertadas” ou são vias mais largas?

Aos residentes do bairro indagar sobre quais melhorias consideram necessárias.

Se você fosse o responsável por pensar o espaço urbano, como o faria?

O que você analisa na paisagem observada as marcas de desigualdade social?

Quem são os agentes que produzem a paisagem urbana?

Esse espaço está sendo pensado para pessoas ou para carros?

Para quem você acredita que este espaço foi construído?

Observe as pessoas, elas também fazem parte da paisagem, o que elas fazem? O seu olhar é um elemento chave de reflexão da paisagem desta cidade, o que você vê?

Que tipo de perfil socioeconômico irá adquirir um imóvel nesta região?

Com base em todo o trajeto do trabalho de campo e os pontos observados, elabore um mapa mental ou um croqui que represente os aspectos presentes na paisagem que você observou. Os elementos “invisíveis” também podem ser representados, use a sua imaginação.

ROTEIRO DE LEITURA DA PAISAGEM URBANA DA CIDADE DE MARINGÁ – PR

PARQUE DO INGÁ

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem.

Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que nossa visão abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

Milton Santos

Escola:

Aluno (a):

MARINGÁ – PR

APRESENTAÇÃO

O roteiro de leitura da paisagem urbana é um recurso pedagógico para auxiliar na atividade de trabalho de campo para ser utilizado na observação direta da paisagem.

Com o objetivo de contemplar os pontos pré-estabelecidos localizados na cidade, no qual ao ser utilizado pelos alunos na realização da atividade poderão usar da criatividade para elaborar croquis, desenhar, descrever, identificar, localizar e registrar durante o trabalho, para que posteriormente desenvolva a análise geográfica sobre os pontos de estudo.

ROTEIRO B:



RECOMENDAÇÕES

O trabalho de campo é uma atividade ao ar livre, por isso segue algumas recomendações necessárias:

- Roupas confortáveis para caminhada, recomenda-se utilizar tênis de caminhada;
- Beba água;
- Use protetor solar;
- Máquina fotográfica ou celular para tirar fotos dos locais de estudo para documentação;
- Atente-se ao redor e sempre esteja em companhia dos colegas de turma;
- Telefone contato responsável: _____

PERCURSO B

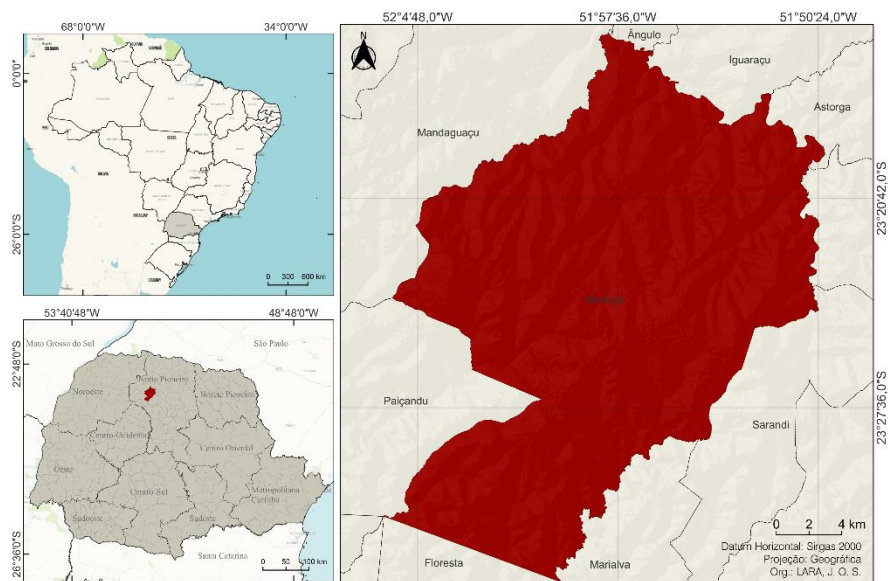
Início:

Fim:

É interessante e muito importante a observação da paisagem ao longo do caminho percorrido até chegar ao local de estudo.

Registrar por escrito as experiências vividas, como o sentimento em estar neste local.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE MARINGÁ-PR



PERCURSO A SER REALIZADO



PARA PENSAR

Como você percebe a cidade de Maringá?

Durante percurso, o que você observa?

Ocorreu mudanças significativas da Paisagem durante o trajeto?

Quais elementos lhe chama a atenção?

Como são as ruas?

Há muito trânsito?

Há bastante sinalização?

Há presença de redes de fast food ou shoppings centers?

Quais os principais pontos observados na paisagem?

Quais os tipos de construções, horizontais, verticais, condomínios fechados?

As pessoas que residem aqui sentem dificuldade para ter acesso a supermercado, farmácias, hospital?

Tem ciclovia?

As vias de trânsito (as ruas) são “apertadas” ou são vias mais largas?

Se você fosse o responsável por pensar o espaço urbano, como o faria?

Esse espaço está sendo pensado para pessoas ou para carros?

Quem são os agentes que produzem a paisagem urbana?

Que tipo de perfil socioeconômico irá adquirir um imóvel nesta região?

Para quem você acredita que este espaço foi construído?

Observe as pessoas, elas também fazem parte da paisagem, o que elas fazem? O seu olhar é um elemento chave de reflexão da paisagem desta cidade, o que você vê?

Aos residentes do bairro indagar sobre quais melhorias consideram necessárias.

O que você analisa na paisagem observada as marcas de desigualdade social?

Com base em todo o trajeto do trabalho de campo e os pontos observados, elabore um mapa mental ou um croqui que represente os aspectos presentes na paisagem que você observou. Os elementos “invisíveis” também podem ser representados, use a sua imaginação.

ROTEIRO DE LEITURA DA PAISAGEM URBANA DA CIDADE DE MARINGÁ – PR

EUROGARDEN

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem.

Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que nossa visão abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

Milton Santos

Escola:

Aluno (a):

MARINGÁ – PR

APRESENTAÇÃO

O roteiro de leitura da paisagem urbana é um recurso pedagógico para auxiliar na atividade de trabalho de campo para ser utilizado na observação direta da paisagem.

Com o objetivo de contemplar os pontos pré-estabelecidos localizados na cidade, no qual ao ser utilizado pelos alunos na realização da atividade poderão usar da criatividade para elaborar croquis, desenhar, descrever, identificar, localizar e registrar durante o trabalho, para que posteriormente desenvolva a análise geográfica sobre os pontos de estudo.

ROTEIRO B:



RECOMENDAÇÕES

O trabalho de campo é uma atividade ao ar livre, por isso segue algumas recomendações necessárias:

- Roupas confortáveis para caminhada, recomenda-se utilizar tênis de caminhada;
- Beba água;
- Use protetor solar;
- Máquina fotográfica ou celular para tirar fotos dos locais de estudo para documentação;
- Atente-se ao redor e sempre esteja em companhia dos colegas de turma;
- Telefone contato responsável: _____

PONTO 3:

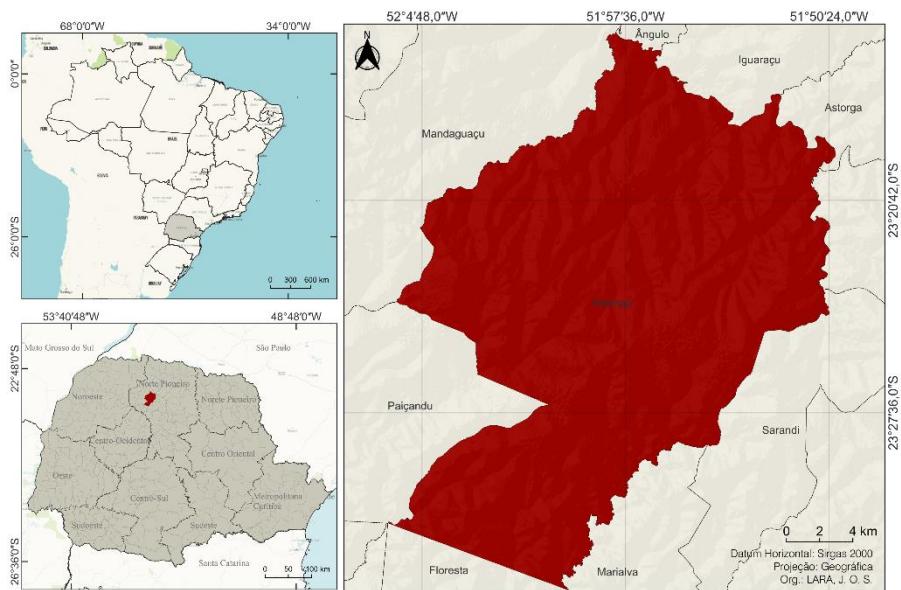
Início:

Fim:

É interessante e muito importante a observação da paisagem ao longo do caminho percorrido até chegar ao local de estudo.

Registrar por escrito as experiências vividas, como o sentimento em estar neste local.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE MARINGÁ-PR



PERCURSO A SER REALIZADO



PARA PENSAR

Como você percebe a cidade de Maringá?

Durante percurso, o que você observa?

Ocorreu mudanças significativas da Paisagem durante o trajeto?

Quais elementos lhe chama a atenção?

Como são as ruas?

Há muito trânsito?

Há bastante sinalização?

Há presença de redes de fast food ou shoppings centers?

Quais os principais pontos observados na paisagem?

Quais os tipos de construções, horizontais, verticais, condomínios fechados?

As pessoas que residem aqui sentem dificuldade para ter acesso a supermercado, farmácias, hospital?

Tem ciclovia?

As vias de trânsito (as ruas) são “apertadas” ou são vias mais largas?

Se você fosse o responsável por pensar o espaço urbano, como o faria?

Esse espaço está sendo pensado para pessoas ou para carros?

Quem são os agentes que produzem a paisagem urbana?

Que tipo de perfil socioeconômico irá adquirir um imóvel nesta região?

Para quem você acredita que este espaço foi construído?

Observe as pessoas, elas também fazem parte da paisagem, o que elas fazem? O seu olhar é um elemento chave de reflexão da paisagem desta cidade, o que você vê?

Aos residentes do bairro indagar sobre quais melhorias consideram necessárias.

O que você analisa na paisagem observada as marcas de desigualdade social?

Com base em todo o trajeto do trabalho de campo e os pontos observados, elabore um mapa mental ou um croqui que represente os aspectos presentes na paisagem que você observou. Os elementos “invisíveis” também podem ser representados, use a sua imaginação.